



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 86

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 13 de fevereiro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva e Deputado Bruno Belo (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Marta Matos)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, passou-se para o [Debate de Urgência sobre “Precariedade laboral na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, usou de imediato da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Para além dos oradores referidos, pediram a palavra para participar no debate os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Silva (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), José Contente (*PS*), António Lima (*BE*), as Sras. Deputadas Sabrina Furtado (*PSD*), Graça Silva (*PS*), Rute Gregório (*CDS-PP*).

De seguida, foi apresentado pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*) um conjunto de iniciativas legislativas no âmbito da [“Sustentabilidade Ambiental”](#): [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XI – “Aprova o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública”](#), [Projeto de Resolução n.º 125/XI – “Recomenda o estabelecimento de medidas com](#)

vista à redução do uso de embalagens e produtos em plástico na Região Autónoma dos Açores” e Projeto de Resolução n.º 126/XI – “Recomenda o estabelecimento de medidas para a redução da produção de resíduos de embalagens e a utilização eficiente da água nos serviços da Administração Pública Regional e na Assembleia Legislativa”.

Posteriormente, foi apresentado o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XI – “3.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de dezembro, Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2009/A, de 6 de março, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 43/2012/A, de 9 de outubro”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros, proferiram intervenções os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Mendes (*BE*) e Luís Maurício (*PSD*).

Após o debate, o diploma foi retirado pelo proponente.

O Projeto de Resolução n.º 88/XI – “Resolve recomendar ao Governo Regional que cumpra integralmente o que se encontra definido na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 9/2015/A”, apresentado pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*) foi aprovado por unanimidade, não sem antes terem usado da palavra os Srs. Deputados Carlos Silva (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Por fim, foi apresentado o Projeto de Resolução n.º 89/XI – “Recomenda ao Governo Regional que tome a iniciativa de transformação do Serviço Regional de Estatística dos Açores em Instituto Público Regional” da autoria do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), usaram da palavra para o efeito os Srs. Deputados Carlos Silva (*PS*), Francisco Coelho (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Vasco Viveiros (*PSD*), André Bradford (*PS*), assim como o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 20 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Peço que ocupem os vossos lugares para que o Sr. Secretário da Mesa possa fazer a chamada.

Tem a palavra Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Secretário: Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

Elisa Lima Sousa

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Mónica Reis Simões Seidi

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Partido Popular (CDS/PP)

Jorge Miguel Azevedo Paiva

Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados. Significa que temos quórum.

Declaro aberto a sessão.

Pode entrar o público.

(A Deputada Graça Silva foi substituída na Mesa pela Deputada Marta Matos)

A manhã de hoje está reservada ao **Debate de Urgência sobre “Precariedade laboral na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;**

Regem esta matérias os artigos 185º e 186º do nosso Regimento e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, sendo os seguintes:

O Interpelante, Partido Socialista e Governo Regional dispõe de 32 minutos; o PSD, 24 minutos; o CDS-PP, 15 minutos; o PCP e PPM, 10 minutos.

Presidente: Para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda trará a precariedade como tema de debate a esta Casa as vezes que forem necessárias, quer na forma de propositura, quer na lógica de denúncia das políticas governamentais traduzidas em situações concretas de precariedade que coexistem, hoje, a par do desemprego.

A precariedade é a maior chaga social que afeta quem trabalha, impedindo uma geração de ter e planear a sua vida, assumir novas responsabilidades e constituir família.

Numa altura em que a economia cresce, em que as empresas assumem os seus ganhos e o bom clima de negócios é bandeira deste Governo, existem os deserdados deste progresso que são cerca de três dezenas de milhares de trabalhadores só nos Açores.

Não podemos deixar sem combate esta situação e compete-nos denunciar a hipocrisia política do Governo Regional e do Partido Socialista sobre esta questão.

Não há ilha, concelho e freguesia onde a precariedade não se faça sentir, assim como se faz sentir tanto no setor privado como no setor público.

Os dados estatísticos oficiais dão-nos conta de uma realidade que, infelizmente, tão bem conhecemos.

No último trimestre de 2018, os Açores ainda ocupavam um lugar cimeiro no pódio do desemprego, sendo a segunda região do país com a maior taxa de desemprego (8,5%).

Apesar desse lugar cimeiro que ocupamos, não deixa de ser verdade que se registou, nos últimos anos, uma redução significativa no número de desempregados, o mesmo não se constata quanto à precariedade que tem vindo a aumentar.

Assim, e de acordo com dados do INE, em 2017, 20% dos trabalhadores por conta de outrem, nos Açores, eram contratados a termo, ou seja mais 1,5% comparativamente à percentagem nacional. Por conseguinte, os Açores eram em 2017 os líderes em precariedade, se comparados com o continente (18,4%) e a Madeira (18,5%).

Em 2018, a situação mantém-se com um ligeiro agravamento, os contratos a termo, representaram 20,5% dos contratos de trabalho por conta de outrem, sem considerarmos os contratos a tempo parcial que reúnem 7%. Assim, os Açores continuam a ser líderes destacados na contratação a termo e com tendência para se distanciarem relativamente à média nacional, o continente e a Madeira.

Nestas contas oficiais sobre a precariedade não entram outros números desconhecidos, como é o caso do trabalho informal e não declarado com rendimentos tão reduzidos que são muitas vezes complementados pelo RSI.

A qualidade do emprego não pode ser uma exigência adiada, tão somente porque se considera prioritário o aumento do emprego, tal como a criação de riqueza não pode ser separada ou precedida pela sua distribuição. São condições que devem ocorrer em simultâneo.

Não é por mero acaso que ao aumento do número de contratos a termo e a tempo parcial na Região se assiste a uma quebra no rendimento médio mensal

dos trabalhadores por conta de outrem, que entre 2017 e 2018 passou de 802€ para 790€ mensais. Esta quebra no rendimento médio mensal, depois de uma evolução positiva entre 2015 e 2017 e em contraciclo com o restante país, só não foi mais grave, porque assistimos a uma política de restituição de rendimentos protagonizada por um Governo da República condicionado pelos partidos à esquerda do Partido Socialista.

Ainda muito recentemente, neste plenário, falámos sobre pobreza e exclusão social, numa interpelação ao Governo Regional durante a qual vos recordámos acerca de uma premissa, que não é do Bloco de Esquerda, mas do “Diagnóstico da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social”, da responsabilidade do Governo Regional, segundo a qual “... o problema da pobreza está, tradicionalmente, mais associado à qualidade do emprego do que ao desemprego.”

Ainda no último plenário, o Partido Socialista, quando confrontado com dados e exemplos de uma realidade social e laboral que não só se impõe como é impossível de disfarçar, sentiu-se impelido a contrariar essa mesma realidade. Foi nesse sentido que, numa declaração política, recorreu ao PIB per capita para desmentir o indesmentível: vieram anunciar um aumento de 59% do PIB per capita entre 2000 e 2016. Ora, este aumento quando cruzado com a normalização da precariedade é um indicador de que as desigualdades sociais, nos Açores, acentuam-se.

Estamos perante indícios de que a precariedade se traduz numa forma de desigualdade transversal a toda a sociedade com implicações no enriquecimento dos Recursos Humanos, nos processos de progressão profissional e, porque desemprego e precariedade estão associados, é também fator de vulnerabilidade ao desemprego. Estamos, pois, perante características de um mercado de trabalho que afeta o crescimento e a distribuição da riqueza gerada.

Quem foi responsável pela alteração ao Código do Trabalho, por forma a facilitar despedimentos, políticas de austeridade que retiraram rendimentos aos trabalhadores e veem a precariedade como fator de competitividade não pode, simultaneamente, desejar saldos migratórios positivos, taxas de natalidade nos píncaros e taxas de crescimento natural excepcionais.

Os responsáveis por políticas de compressão dos direitos laborais não se podem lamentar pelos resultados demográficos atuais, pois estes são a consequência direta das políticas que defendem.

A autonomização dos jovens, mesmo entre aqueles mais qualificados, é adiada, porquanto difícil é obter um vínculo laboral estável associado a um rendimento condigno conducente a uma qualquer forma de conjugalidade – ou não – mas sempre à mudança para casa própria ou arrendada. São adolescências que se prolongam numa espécie de moratória imposta para a idade adulta.

Quantos jovens não estudantes continuam a coabitar com os pais, ou porque estão desempregados, ou porque mesmo empregados não conseguem ter um vínculo laboral estável e um salário que lhes permitam deixar a dependência dos pais?

Não temos dúvidas em afirmar que o Governo Regional é não só cúmplice...

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: do crescimento desta chaga social, que é o trabalho precário, como é também paralelamente o instigador desta forma vil...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vil? Possa!

O Orador: ... de exploração que consome a esperança às pessoas.

O último mês, infelizmente, foi pródigo, por parte do Governo Regional e do Partido Socialista em evidências que demonstram que lado escolheu e da quanta hipocrisia usa para mascarar essa opção, a de estar sempre, mas sempre, do lado do patronato contra quem trabalha.

Deputado André Bradford (PS): Não havia necessidade!

O Orador: Vamos a casos concretos:

No dia treze de dezembro passado, a maioria do Partido Socialista, depois de mitigar a proposta do Bloco de Esquerda, lá aprovou alterações ao COMPETIR + para que empresas apoiadas com dinheiros públicos fossem obrigadas a contratar sem termo. Contudo, uma semana depois, o Governo Regional veio regulamentar o chamado programa de estágios Profissionais de Integração Contínua que não só garante mão de obra quase gratuita durante quatro meses às empresas como também as premeia com apoios pecuniários que variam entre os 1800 e os 2500€ para que contratem a prazo, sem, portanto, qualquer imposição de contratos sem termo.

Esta prática não passa de uma benesse aos patrões como que a pedir desculpa pela aprovação da proposta do Bloco de Esquerda. Aliás, na linha do PS nacional quando, em 2016, aumentou o salário mínimo para logo vir propor a baixa da TSU para compensar o patronato. Não vingou, porque o PS, na República, não tinha a maioria absoluta e o movimento de repúdio desta medida fez o Partido Socialista e o Governo da República recuar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estamos em campanha!

O Orador: Aqui, o Partido Socialista como detém a maioria absoluta permite este tipo de manobras de compensação, a dobrar, ao patronato.

Infelizmente, nesta troca de galhardetes entre o patronato e o Governo é o mexilhão que se trama.

Em reunião da Comissão Permanente de Política Geral, o Sr. Vice-Presidente do Governo afirmou que 94% dos trabalhadores da Administração Pública Autónoma têm contratos por tempo indeterminado, uma situação alcançada devido a um processo de regularização de precários que na Região se realizou em 2017.

Por estes dados ficámos a saber, e foi uma informação que não foi negada pelo Governo Regional, que quase nove mil trabalhadores estão integrados nos

quadros da Administração Pública Regional, o que nos leva a perguntar se existem trabalhadores de primeira e outros de segunda na Administração Pública Autónoma, seus serviços dependentes e de entidades do setor público empresarial?

E quem são estes quase nove mil trabalhadores com contratos por tempo indeterminado? Onde estão os outros e onde estão a trabalhar?

De entre estes quase nove mil trabalhadores, encontram-se os beneficiários de programas ocupacionais que prestam serviço na RIAC?

No último plenário, denunciámos a falta de abertura do Governo Regional para valorizar a carreira dos assistentes técnicos da RIAC, trabalhadores que exercem funções muito diversificadas e de um grau de responsabilidade exigente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Belo trabalhinho têm eles!

O Orador: ... – por sinal além do previsto relativamente ao conteúdo funcional de assistente técnico – mas que recebem um pouco mais do que o salário mínimo regional.

Ficámos também a conhecer um contrato entre a RIAC e a Unidade de Saúde da ilha Terceira, que não é mais do que um contrato de outsourcing que coloca este instituto público no papel de uma qualquer empresa de trabalho temporário exploradora dos seus trabalhadores.

A RIAC recebeu, conforme o previsto nesse Acordo, 1.373,75€ por cada trabalhador, quando cada um destes trabalhadores recebe um pouco mais do que o salário mínimo ou até poderá ser beneficiário de um programa ocupacional.

Ficamos a aguardar o desmentido do Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as outras despesas?

O Orador: Terá sido este contrato renovado, e quem sabe estendido a outras unidades de saúde de ilha?

E os trabalhadores que dão formação a desempregados, e que continuam na condição de falsos recibos verdes, apesar de prestarem um serviço regular e em exclusivo a uma única entidade? Que resposta tem o Governo Regional para estes trabalhadores?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o seu Governo da República?

O Orador: De entre os quase nove mil trabalhadores no quadro da Administração Pública Autónoma, encontram-se beneficiários de programas ocupacionais nas escolas cujos quadros estão desatualizados? Aliás, como é fácil de provar, bastar ouvir os presidentes dos conselhos executivos que assumem que sem os trabalhadores dos programas ocupacionais, as escolas não tinham condições de abrir.

Deputado Carlos Silva (PS): Oh Sr. Deputado, reduziu 40% em dois anos!

O Orador: Ou serão os trabalhadores dos hospitais que estão na mesma situação daqueles que tem vindo a assegurar a abertura das escolas, que também sem os quais, os hospitais teriam limitações sérias no seu funcionamento?

Afinal, quais são os trabalhadores de primeira e de segunda? Para o Governo Regional há uma linha que separa os trabalhadores dos ocupados que corresponde à sua falta de vontade política. Para nós, essa linha é a linha que impede alguém de ter um contrato de trabalho, uma carreira valorizada e um salário condigno.

O processo de regularização de precários na administração regional, segundo dados oficiais, resultou numa integração de nem 80 trabalhadores. Foi, pois, uma farsa e um embuste para evitar que se aplicasse o PREVPAP à Região.

Não esquecemos que esse processo não teve contraditório, o que em termos democráticos deixa muito a desejar. Não considerou, portanto, a participação das estruturas representativas dos trabalhadores, e essa foi a razão, ou seja, a ausência de um processo democrático e partilhado, para que o Vice-Presidente se congratulasse com a objetividade do processo.

Não é surpreendente que o PS, o partido que suporta o Governo Regional, fosse capaz de um exercício de hipocrisia monumental como aquele que praticou recentemente numa comissão parlamentar, no âmbito da audição da responsável pela RTP/Açores.

Foi o Deputado José Contente que afirmou: "É impressionante, inaceitável, e inconcebível ver a RTP/Açores fazer notícias a denunciar situações de precariedade em vários sectores da nossa sociedade, mas que dentro de casa mantém trabalhadores há mais de dez anos, nalguns casos quase há 20 anos, nessas condições".

Subscrevemos esta indignação do senhor deputado e do Partido Socialista e desafiamo-los a juntarem-se à nossa condenação pública e exigência para que o Conselho de Administração da RTP se demita imediatamente por não acatar a sentença judicial que obriga a RTP/Açores a integrar quatro trabalhadores nos seus quadros, numa atitude revanchista contra os trabalhadores que lutaram pelo reconhecimento dos seus direitos.

Contudo, continuamos a não entender a razão pela qual o PS/Açores não estende esta indignação aos Açores e só fala de empresas que estão fora da jurisdição regional?

O PS/Açores alinha pelo ditado antigo – “Faz o que eu digo, não faças o que eu faço.”

Fica bem ir à RTP, fazer este tipo de declarações para encobrir a real política que se pratica nos Açores, que é de fomento e cumplicidade com a precariedade pública e privada.

O Bloco de Esquerda não tem duas caras, consideramos a precariedade como uma chaga social a par do desemprego, que ainda persiste e afeta milhares de açorianos.

Trazemos, hoje aqui, a denuncia destas práticas e políticas, para esclarecer aos olhos dos açorianos e açorianas a verdadeira política laboral do Partido Socialista, e para combater a hipocrisia política.

Estão em causa dezenas de milhares de vidas das pessoas, que aceitam a precariedade para fugir ao desemprego, à obrigação de emigrar ou fugir de viver exclusivamente de apoios sociais, mas também está em causa a dignidade das pessoas que trabalham.

Não nos esqueçamos que são políticas deste tipo que formam o caldo de cultura onde se apoia a extrema direita que pulula por esta Europa e mundo, e que em Portugal dá passos na sua implantação.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto ao Sr. Vice-Presidente se quer usar da palavra.

Tem a palavra Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esperar que o Sr. Deputado se sente...

Este debate solicitado pelo Bloco de Esquerda tem um aspeto que nós consideramos extremamente relevante, a possibilidade de abordagem das relações laborais, a estabilidade laboral de combate à precariedade. Mas quero começar por afirmar que a nossa visão sobre as soluções e os resultados desta matéria é completamente oposta àquela que o Bloco de Esquerda aqui apresenta.

Primeira questão: todos contribuem para a criação de emprego, ...

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... não há os maus e os bons. Não há quem crie empresas, quem promove emprego como maus e outros como os bons. Todos são fundamentais

no desenvolvimento de um mercado de emprego cada vez mais estável, com cada vez maior rendimento. Daí divergimos claramente!

E vamos aos dados objetivos e concretos sobre esta matéria: hoje existem – com dados do final do ano – mais 553 açorianos empregados do que havia há um ano atrás, hoje existem mais 4454 açorianos empregados do que havia quando começamos esta legislatura, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... hoje existem mais 10.030 açorianos empregados do que há quatro anos atrás. É esta a realidade, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ...criamos efetivamente mais emprego.

E mais, destruímos completamente aquela argumentária usada também pelo Bloco, que criávamos emprego porque criávamos programas ocupacionais.

Então vamos aos factos: hoje temos, só nesta legislatura, nos últimos dois anos, mais 4454 açorianos empregados e temos curiosamente menos 2702 açorianos ocupados. Este dado e esta realidade desmente completamente essa situação.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: E como afirmámos acerca de um ano, outra prioridade fundamental é a prioridade para ter um emprego mais estável, mais bem remunerado e mais qualificado. E nessa evolução os resultados tão bem o demonstram. De acordo com os dados que o Sr. referiu parcialmente, hoje existem mais 1085 açorianos a trabalhar sem termo, ou seja, com trabalho estável, do que há um ano atrás, hoje existem mais 2601 açorianos a trabalhar com contrato sem termo, ou seja, no quadro, do que há dois anos atrás e hoje existem mais 4597 açorianos empregados no quadro e sem termo, no total da Região, público e privado, do que há quatro anos atrás.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É esta a evolução que conseguimos!

Estamos satisfeitos? Não estamos!

É fundamental continuar a combater a precariedade e para isso é fundamental o trabalho da Inspeção Regional de Trabalho e aqui, só nos últimos dois anos, gostaria de dizer que através do trabalho da fiscalização da Inspeção Regional de Trabalho foram detetados 1596 trabalhadores em situação irregular, 753 com trabalho não declarado, 765 com contrato a termo irregular e 77 recibos verdes. Desses, 505 eram do setor do turismo e 472 do setor da construção, mas fruto desse trabalho, 68% destes processos estão já regularizados e os outros 32% em acompanhamento contencioso para a sua regularização, contribuindo também ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... a Inspeção Regional de Trabalho, para esta ação. Mas ao mesmo tempo aqui temos a principal divergência, nós não vemos as empresas como um adversário, vemos as empresas como um aliado na criação de emprego e na criação de trabalho. E por isso fizemos, mas também no reforço da exigência dessa matéria, como referiu, uma alteração do sistema de incentivos para que os apoios aos investimentos sejam acompanhados de maior exigência na realização de contratos sem termo, mas por isso também criámos um programa ELP Conversão para apoiar as empresas que queiram contratar diretamente para o quadro, e com esse programa posso aqui anunciar que se verificou, só através desse programa, no último ano um crescimento de 286% no apoio às empresas para contratarem sem termo.

Deputado António Almeida (PSD): E a agricultura não?

O Orador: Sendo que, só no último ano, foram criados 401 novos postos de trabalho sem termo por parte das empresas com este apoio, reforçando assim os resultados que apresentei anteriormente.

Mas mais do que isso, também no âmbito dos outros instrumentos de apoio fundamentais – como o Estagiar e o Integra – temos assegurado efetivamente a contratação por parte das empresas de muitas pessoas que estavam no desemprego, e contratação que permite a integração nessas mesmas empresas. E posso dizer aqui que 57% dos jovens que beneficiaram do Estagiar ficaram empregados nas empresas ...

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...em 2017, quando em 2014 eram apenas 32% dessas mesmas situações.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E agora referiu a administração pública, efetivamente referiu os dados que eu disse da administração direta, que muito nos orgulhamos. Na administração pública direta da Região 94% dos trabalhadores são trabalhadores integrados nos quadros, fruto do esforço e do trabalho que fizemos ao longo dos anos, incluindo a norma que colocamos no orçamento em 2017 de regularização, que se antecipou ao prazo nacional que, ao contrário do programa nacional, não tinha subjetividade e não gerou qualquer tipo de contestação nessa matéria e contribui para que efetivamente hoje tenhamos 94% dos trabalhadores com contrato definitivo e no quadro.

E como tive oportunidade de referir – referiu a questão dos programas ocupacionais – há efetivamente, uma muito insignificativa redução do número de programas ocupacionais, mas é bom que se diga que hoje existem menos de metade, mas é bom que se diga hoje onde é que eles estão. 48% daqueles que ainda estão em programas ocupacionais, não estão na administração regional, estão na administração local, 17% estão nas IPSS'S e apenas 29% estão na administração regional. Mas mais relevante do que isso, é o esforço contínuo que queremos fazer para reforçar, rejuvenescer e qualificar a nossa administração pública...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... por isso, tenho a satisfação de anunciar que aprovamos e autorizamos para 2019 a abertura de 954 novos concursos para a administração pública regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: No âmbito do mapa provisional previsto na legislação e no orçamento da Região, sendo: 377 para assistentes operacionais, 240 para técnicos superiores, 165 para assistentes técnicos, 69 enfermeiros, 26 médicos, 25 técnicos de informática e 15 terapeutas da fala, apenas na administração direta e indireta da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que eu já ouvi isso!

O Orador: Estes 954 concursos, que foram autorizados serem abertos para este ano, somam-se ao 773 que foram abertos no último ano.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sendo que, desses 954, 680 são logo contratos de trabalho por tempo indeterminado para integração imediata nos quadros da administração pública regional...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... e 254 a termo certo para substituir situações de ausência de doença ou de outras situações complementares.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E para demonstrar esta aposta não só no reforço da administração pública da prestação de serviço público e da estabilidade das relações laborais, posso também dizer que estes recursos humanos se dirigem essencialmente para setores fundamentais da educação e da saúde.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Assim, das 954 vagas, 303 serão para o setor da educação, sendo: 168 assistentes operacionais para as nossas escolas, 55 técnicos superiores e 45 assistentes técnicos, e 197 para as nossas unidades de saúde, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Por isso é que as camas estão vazias e as pessoas a morrer!

O Orador: ... sendo: 52 assistentes operacionais, 15 técnicos superiores, 20 assistentes técnicos, 69 enfermeiros e 26 médicos.

E lembrem-se que nós assumimos, e está inscrito no orçamento da Região, um compromisso de contratar até ao final desta legislatura 200 assistentes operacionais para o setor da educação e da saúde, uma proposta do PCP.

Bem, só com este mapa e no âmbito da administração direta e só para 2019 estão aqui previstas a contratação de 220 novos assistentes operacionais para a educação e para a saúde.

Mais do daquilo que nos tínhamos comprometido no orçamento para o final desta legislatura.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E se somarmos as contratações dos hospitais que não estão aqui englobadas, demonstra claramente o caminho que se está a seguir.

Por isso, mais do que frases de retórica ou princípios pseudoideológicos cuja validade não tem fundamento e sustentabilidade prática, o que é fundamental é salvaguardar três aspetos essenciais: primeiro, a criação cada vez, de mais e melhor emprego, mais qualificado...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e mais bem remunerado; segundo, assegurar a estabilidade das relações laborais e terceiro, assegurar uma administração pública cada vez mais jovem, cada vez mais qualificada ao serviço dos Açores e dos açorianos...

Deputado André Bradford (PS): muito bem!

O Orador: ... e prestando um serviço público nas áreas essenciais cada vez com melhor qualidade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, temos muita satisfação... exatamente, era isso.

Eu tenho alguma dislexias às vezes...é com muito gosto que o vemos nesta casa, esta manhã, porque era mesmo consigo que nós queríamos falar, porque o Sr. é o rosto da precariedade, do desemprego e da falência das políticas públicas deste Governo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Por isso, nada melhor do que falar consigo diretamente.

E eu acabo por ficar muito satisfeita, Sr. Vice-Presidente, porque de cada vez que as oposições lhe dão um aperto no sítio certo...

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, mas o que é isto?

A Oradora: ... o Sr. apressa-se logo a vir dizer que já tem uma solução, como são os anúncios de aberturas de concurso para a administração pública...

Presidente: Sra. Deputada...

Sra. Deputada...

Uma questão de linguagem, Sra. Deputada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É um aperto político, Sra. Presidente!

A Oradora: Sra. Presidente, eu não tenho culpa de terem interpretado fora de política as minhas palavras.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Mas naturalmente, Sra. Deputada, ...

A Oradora: Era só isso. Peço desculpa!

Presidente: ... o meu apelo tem que ser feito para que a linguagem utilizada seja condigna ao nosso Parlamento.

A Oradora: Peço desculpa! Não se repete.

E por mais anúncios que o Sr. faça, ou por mais discursos cor-de-rosa que venha aqui dizer sempre que, digamos, é pressionado politicamente, – se calhar está melhor assim – vem logo aqui resolver.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): São factos!

A Oradora: Só que o Sr. está com um problema, é que já ninguém acredita em nada do que o Sr. diz e não há aplicação de políticas públicas deste Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: O Sr. também disse que tinha uma visão completamente oposta à intervenção do Bloco de Esquerda e o que significa que a sua visão, se é completamente oposta e tem sido constantemente inconsequente, se calhar era melhor o Sr. começar a olhar para outro lado, para ver se consegue aplicar melhor as suas políticas públicas de emprego.

Mas já que gosta tanto de números Sr. Vice-Presidente, os dados do desemprego são 10.805 pessoas que estão lá em casa a olhar para si, a vê-lo constantemente a prometer programa atrás de programa, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: ... agora é que vai ser, agora é que vai ser...O discurso floreado, o discurso cor-de-rosa e a sua boa máquina de propaganda oleada, que sempre que levantamos este tema o Sr. diz que vai resolver e depois não acontece nada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: O desemprego jovem nesta Região bate os 32%, o que significa que é um em cada 2 jovens.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Já foi 46!

Deputado Manuel Pereira (PS): Ninguém os manda emigrar!

A Oradora: O RSI são 6631 pessoas, para já nem falar dos mais de 4000 dos programas ocupacionais. O desemprego jovem voltou a aumentar e é a taxa mais alta do país e 70% dos jovens nos Açores vivem em precariedade laboral, em estágios e em programas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Temos a segunda taxa mais elevada do país Sr. Vice-Presidente, pelo sexto ano consecutivo e se até o país começa a conseguir recuperar, isso é um atestado de falência técnica do seu Governo...

Deputado Francisco César (PS): O Governo não é dele, nem é nosso. É dos açorianos!

Deputado António Almeida (PSD): Quando corre mal é dos açorianos!

A Oradora: ... porque se o país recupera, e dizem que o país recupera, então alguma coisa está mal com o Governo Regional dos Açores, porque não acompanha a tendência de crescimento.

A precariedade salarial, o salário médio líquido dos trabalhadores nos Açores em 2017 era de 802€, em 2018 passa para 790€, são menos 12€ que cada trabalhador recebe.

E se falarmos de precariedade associada a taxa de abandono escolar precoce, os Açores também têm a média mais alta do país, com 28,3%.

Deputado Manuel Pereira (PS): E então em Vila Franca, ui!

A Oradora: Para já nem falar, e um toque muito leve, na precariedade de mais de 500 professores contratados ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Porquê?

A Oradora: ... há mais de três anos, que o Governo Regional desrespeita a diretiva europeia e não os põe nos quadros.

É o trabalho parcial, são os programas ocupacionais, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Pergunte ao Jorge Jorge, porquê?

A Oradora: ...são os recibos verdes que não contam para as suas taxas de desemprego e os lindos números que nos apresenta constantemente.

O Governo arma-se em vítima e diz que está sempre ofendido, a culpa é sempre dos outros Sr. Vice-Presidente, e ainda bem que cada vez que nós vimos aqui trazemos uma nova temática o Governo apressa-se logo a resolver.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Este Governo já não governa Sr. Vice-Presidente, este governo gere expetativas diárias, apenas e só, com o olho no farol dos calendários eleitorais.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: E o problema agora, é que chega aqui alguém que fala a verdade,

...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ah é?!

A Oradora: ... daí esse nervosismo todo do partido socialista. O que chamam agora de populismo e de retórica...

Deputado Manuel Pereira (PS): A vidente Sabrina!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... e que o PSD é muito populista e só utiliza retórica...

Quer dizer, Sr. Vice-Presidente, acabei de lhe apresentar os números todos, que são factos concretos e o problema e esse nervosismo todo – mas ainda vão ficar mais nervosos, não se preocupem, porque isto ainda é só o início, ainda vão ficar muito mais nervosos – e o problema é que não estão habituados a ouvir a verdade,...

Deputado André Bradford (PS): Oh, Sra. Presidente, sempre a meter medo!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: ... não estão habituados a que chegue alguém que fale verdade. E todos os dias nesta casa...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Eu percebo, acabo por perceber.

Mas ia já terminar Sra. Presidente, ia já terminar a dizer que todos os dias nesta Casa quando vimos a debate, nós só ouvimos o Partido Socialista muito preocupado com o presidente do PSD.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Estamos é preocupados com as mentiras que diz!

A Oradora: O Presidente do PSD ganhou duas vezes a Câmara Municipal da Ribeira Grande. Nós não sabemos o que vale individualmente nenhum dos Srs. numa urna...

Deputada Sónia Nicolau (PS): E a senhora?

A Oradora: e o bom é irem-se preparando para serem oposição a partir de 2020.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): O PSD é sempre assim, sempre a reforçar o poder no Parlamento!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados...

Sras. e Srs. Deputados, vamos criar as condições para que o debate possa prosseguir.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após as crises financeiras e da dívida soberana, Portugal atravessou um difícil processo de ajustamento, comum a outras economias da zona euro. As consequências desse período foram muito severas para o mercado de trabalho português, foram necessários quase 10 anos para voltarmos a um período consistente de crescimento económico e atingirmos níveis de emprego próximos dos que se verificavam antes da crise financeira.

A desregulação laboral aplicada em Portugal pelo Governo de então levou-nos a elevados números de desemprego e migração massiva, proliferação de empregos precários e baixos salários. Nos últimos anos temos assistido no nosso país à reversão das políticas gravosas e de má memória, que atiraram

milhares de trabalhadores para o desemprego, com todas as consequências negativas que daí advieram.

Nos Açores, onde os efeitos da crise mundial também se fizeram sentir, o Governo Açoriano, que foi sempre até ao limite das suas competências, tudo fez para chegarmos ao atual crescimento económico consolidado, a um investimento privado e volume de investimento externo como nunca visto e ao maior nível de emprego dos últimos dez anos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Reduziu-se a taxa de desemprego para menos de metade em quatro anos, mesmo com a população ativa a aumentar.

Hoje temos o número mais baixo de desempregados desde 2010, o que atesta a eficácia da estratégia implementada pelo Governo Açoriano e o esforço e empenho de empresários e trabalhadores.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Uma estratégia que nos trouxe a aceleração do crescimento económico, que se vê confirmado pelos indicadores de produção no setor primário, no secundário e no terciário, nomeadamente no turismo com um aumento de quase 50 milhões de euros nos proveitos gerados na Região nos últimos três anos.

Uma estratégia que permitiu, igualmente, ainda que longe dos valores que almejamos, termos uma disparidade salarial entre homens e mulheres inferior à verificada a nível nacional e na Europa.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não obstante da recuperação da economia e do emprego nos Açores, o Partido Socialista tem plena consciência de que há ainda um longo caminho a percorrer, no que à matéria de emprego respeita. E é considerando isso, que este grupo parlamentar tem vindo a estabelecer um trabalho de contato muito próximo com

representantes dos empresários e dos trabalhadores, como é o caso do setor do turismo, bem exemplificativo da melhoria do desenvolvimento económico da Região, defendendo contratos de trabalho mais justos e melhores rendimentos para os trabalhadores.

No âmbito da apresentação do Plano e Orçamento para 2019, o Presidente do Governo apontou claramente a qualidade do emprego e a sua remuneração como fundamentais a par do combate à precariedade.

Na senda do nosso compromisso e da nossa preocupação apresentamos uma declaração política, em julho do ano passado, onde alertamos para problemas, como por exemplo, o facto de haver tabelas salariais na Região que vigoram há quase uma década sem qualquer atualização.

Encetamos ainda, uma ronda de reuniões e contatos com entidades patronais e sindicais. O nosso objetivo era e é, sermos parte integrante de um processo de reflexão centrada no trabalho digno de forma a ajudar a desencadear um círculo virtuoso de maior coesão social e a criação de emprego com direitos.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: É para nós da mais elementar justiça, nesta fase de franco crescimento económico da Região, que se procure tornar o emprego cada vez mais estável, melhor remunerado e mais qualificado, tornando as carreiras o mais apelativas possível para que se garanta o melhor serviço possível.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Para o Partido Socialista as prioridades estão definidas com muita clareza, a negociação coletiva deve ser efetiva e plena, a fim de proceder ao ajustamento dos salários e alinhar os mesmo de acordo com o crescimento económico, de forma a estimular a procura interna e aprofundar a recuperação económica da Região.

O Partido Socialista continuará sem temor, a lutar para que todos beneficiem do inegável crescimento económico que se vive na Região. O Partido Socialista

está na linha da frente na defesa dos direitos e melhorias das condições de vida dos trabalhadores e suas famílias, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... nas pescas, no turismo, na agricultura, enfim, em todas as áreas e setores da economia regional. Tanto no setor público como no setor privado, bem como nas empresas públicas, de que é exemplo a RTP Açores. Não baixaremos os braços!

Deputado António Almeida (PSD): Tanta mentira!

A Oradora: Estamos convictos de que com toda a determinação e com toda a coragem é possível a criação de condições de trabalho mais dignas e mais justas. Defendemos um emprego de qualidade, como pilar essencial do projeto de desenvolvimento dos Açores.

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para referir em relação à intervenção da Sra. Deputada do PSD, quer pela forma, quer pelo conteúdo, quer pela adjectivação referida na sua intervenção, não merece qualquer tipo de resposta e apenas o lamento pelo conteúdo e da forma, que penso que não dignifica esta Assembleia.

Deputado Carlos Silva (PS): É mau demais!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Garcia (PSD): Logo o senhor! É preciso ter lata!

O Orador: Segundo aspeto, para reafirmar dois aspetos essenciais que tem a ver com a efetiva tendência em relação à evolução dos números do emprego nos Açores. E os Açores tiveram efetivamente ao longo destes anos, e curiosamente isso aconteceu particularmente quando o desemprego também a nível nacional começou a descer, e começou a descer nos últimos quatro anos, isso não é alheio a uma alteração substancial de políticas que se fizeram para criar esse sentido, para além da conjuntura europeia e mundial, efetivamente melhorou, mas contrariar completamente qualquer ideia que a nossa tendência é uma tendência diferenciada da nacional. Não, muito pelo contrário.

E reafirmo os dados que são essenciais, e vamos só a esta legislatura dos últimos dois anos: hoje temos mais 4454 açorianos empregados do que tínhamos no início desta legislatura e essa criação efetiva de emprego e de emprego significativo nos últimos dois anos, não foi feito com programas ocupacionais, porque ao mesmo tempo que temos mais 4454 empregados, temos menos 2700 açorianos ocupados, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ...ou seja, nós não só criámos mais 4454 novos empregos, como criámos empregos para os 2700 açorianos que antes estavam ocupados e que agora estão no mercado de trabalho, o que representa do ponto de vista líquido a criação, só nesta legislatura, de cerca de 7000 postos de trabalho.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E portanto, a nossa taxa de desemprego é metade daquela que era há pouco mais de quatro anos atrás. Mas se esses dados nos animam, esses dados não nos satisfazem nunca!

Porque reafirmo que, enquanto houver um açoriano desempregado, é um desafio que temos que vencer.

Deputado Luís Maurício (PSD): E não ilibam as vossas responsabilidades, enquanto houver um açoriano desempregado!

O Orador: E da mesma forma que, em relação há quatro anos atrás, hoje mais 10.030 açorianos podem dizer que estão empregados e que estavam desempregados, ainda há 10.000 açorianos que importa encontrar uma solução.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E é para esses 10.000 açorianos que reforçamos a nossa energia, reforçamos o nosso trabalho, criando sempre novas medidas de apoio às empresas de apoio à criação do emprego.

É para isso que direcionamos o nosso trabalho, satisfeitos com aqueles que já conseguiram, mas canalizando a nossa energia e a nossa força, para aqueles que ainda não conseguiram.

Deputado João Vasco Costa (PS): É assim mesmo, muito bem!

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: Outro aspeto essencial dessa mesma ação, tem a ver com a própria administração pública e o anúncio aqui feito no âmbito do reforço significativo, com autorização para abertura de 954 concursos para a administração pública regional. E se isto representa uma aposta muito forte na qualidade do emprego, na estabilidade do emprego e no reforço da qualidade da nossa administração pública, representa também uma opção de estratégia clara de que esse investimento é feito essencialmente nas duas áreas fundamentais que consideramos que precisam de reforço de recursos humanos: a educação e a saúde, ...

Deputada Renta Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... como aqui foi demonstrado, com o reforço de 303 novos contratos no âmbito da educação e 197 novos concursos só no âmbito da saúde, nas unidades de saúde de ilha, reforçando e cumprindo, em menos de um ano, em poucos meses, um compromisso que tínhamos assumido no orçamento da Região para 2019, para dois anos, para o resto da legislatura.

Conseguimos e estamos a cumprir no mais curto espaço de tempo!

Porque essa é também a nossa prioridade!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vivemos uma profunda crise de emprego com a destruição massiva de empregos desde 2008, sendo que a recuperação verificada mais recentemente não foi suficiente para compensar os postos de trabalho perdidos.

Os últimos anos foram marcados por situações de desemprego, que o crescimento muito ligeiro do emprego, grande parte precário e sobretudo no setor de serviços e do turismo, não conseguiu superar.

O aspeto central é, porém, a proliferação de empregos precários com baixos salários, mesmo quando envolvem trabalhadores com profissões especializadas e qualificações elevadas. Oito em cada dez empregos criados em termos líquidos não tinha vínculo permanente, significando que o emprego criado não é estável nem tem qualidade.

O combate à precariedade assume, neste contexto, uma prioridade. A precariedade promove a insegurança e o empobrecimento dos trabalhadores e

das suas famílias. A precariedade é um foco de exploração e desigualdade. A precariedade é um elemento de fragilização da sociedade que põe em causa o desenvolvimento da nossa Região.

Nos Açores, a situação de precariedade generalizada, que a abundância e diversidade de programas ocupacionais sustentam e agravam, contribui para a existência de cada vez maior pressão sobre os trabalhadores, forçados a todo o tipo de condições de trabalho, com horários alargados e polivalência de funções, sendo com que vários postos de trabalho acabem por ser preenchidos por apenas um trabalhador, sem compensação pelo esforço a que é obrigado e com os óbvios efeitos em termos da sua vida pessoal e familiar e do emprego na nossa Região.

A precariedade laboral é um grave problema que afeta, de forma cada vez mais dura e cruel, os açorianos. Milhares de trabalhadores vivem na nossa Região, na total incerteza em relação ao seu futuro. Este é o resultado de décadas de políticas de direita, sistemáticas e implacáveis na redução dos custos do trabalho, na desvalorização dos trabalhadores e dos seus direitos e na flexibilização de relações laborais, para fazer crescer os lucros do grande capital.

Se, para alguns, o mercado de trabalho já é mais “flexível”, para a maioria dos portugueses e para muitos, mas mesmo muitos açorianos, é uma realidade cada vez mais difícil.

Na nossa Região os contratos a prazo tornam-se hoje a regra, com cada vez menos exceções e com prazos extremamente curtos, mesmo em setores em grande expansão, como o do turismo.

O que o Governo Regional se recusa a perceber é que a precariedade, a ausência de direitos laborais e os vínculos estáveis gera mais desemprego e mais injustiça social, com consequências, também, ao nível da procura interna e do desenvolvimento da nossa Região.

Podemos até dizer que, na prática, hoje em dia, já quase ninguém contrata trabalhadores. Arranja-se um estagiário ou um desempregado de longa duração, que ficará no lugar apenas alguns meses. Depois, venha outro!

Na nossa Região, existem pessoas que sobrevivem, há anos, neste autêntico carrossel da precariedade: estágios não remunerados, cursos de formação profissional, estágios profissionais, programas ocupacionais e desemprego.

Este já não é só um problema de direitos laborais, é já um problema de direitos humanos! A precariedade laboral é um vergonhoso atentado aos direitos básicos, um vergonhoso flagelo, uma infame praga social, que atinge, atualmente, nesta Região, milhares de trabalhadores, sobretudo jovens e mulheres.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A precariedade dos contratos de trabalho e dos vínculos vai muito para além da questão laboral; é a precariedade da família, é a precariedade da vida, mas é, igualmente, a precariedade da formação, das qualificações e das experiências profissionais, é uma precariedade do perfil produtivo e da produtividade do trabalho. A precariedade laboral é, portanto, um fator de instabilidade e injustiça social, que urge combater.

Para o Partido Comunista Português é fundamental garantir o direito ao trabalho com direitos, e defender os postos de trabalho, exigindo que cada posto de trabalho permanente corresponda a um vínculo de trabalho efetivo. É necessário combater a utilização ilegal dos contratos a prazo, de trabalho temporário, da subcontratação, das falsas prestações de serviços (os chamados recibos verdes) e as discriminações no acesso ao emprego, designadamente dos jovens, das mulheres, dos imigrantes e das pessoas com deficiência.

A manter-se ou a acentuar-se a atual situação laboral nos Açores, este acréscimo significativo da precariedade laboral, determinará um novo aumento do desemprego na Região, bem como um agravamento das condições de

trabalho e uma perda de poder de compra por parte dos trabalhadores açorianos e, como consequência, mais pobreza e exclusão social.

Sabemos que a precariedade e o desemprego são inseparáveis e constituem um problema vasto e complexo. Mas a sociedade que queremos construir tem de passar, forçosamente, pelo trabalho com direitos, pelo respeito e pela valorização de quem trabalha.

A solução que defendemos passa, incontornavelmente, por contratar, sem termo, os trabalhadores que ocupam um posto de trabalho de natureza permanente e são indispensáveis para o funcionamento dos serviços, assegurar-lhes os mesmos direitos e remunerações que aos seus colegas e acabar com a rotação de “beneficiários” de programas de emprego na Administração Pública Regional.

Para o Partido Comunista Português, a solução passa, incontornavelmente, por aumentar as qualificações dos açorianos desempregados, por melhorar as suas possibilidades de conseguir um emprego através da formação profissional, de qualidade, certificada. Os estágios e os programas de formação têm de ter um conteúdo pedagógico na realidade e não apenas no papel do seu projeto de candidatura. Esta é uma questão central. Muitos dos programas existentes devem ser alterados para incluir essa exigência.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP está convicto de que é necessária uma fiscalização muito mais atuante e presente, em relação à Inspeção Regional do Trabalho. É indispensável que a Inspeção Regional do Trabalho faça, efetivamente, cumprir a legislação laboral, que atue e que puna, com severidade, os prevaricadores.

Mas é, também, indispensável pôr fim à subsidiação do trabalho precário e da rotação de trabalhadores, apoiando as micro, pequenas e médias empresas que tenham boas práticas de integração, sem termo, de estagiários, que não

praticuem a rotação de mão-de-obra e que respeitem o direito dos trabalhadores e a contratação coletiva.

Os trabalhadores açorianos precisam de um Governo que, efetivamente, pratique e estimule a negociação e a contratação coletiva na Administração Pública e no sector privado, instrumento insubstituível de progresso e de defesa dos direitos dos trabalhadores.

É necessário que os programas de estímulo às empresas tenham uma exigência de responsabilidade social e de boas práticas no que diz respeito aos trabalhadores.

Sabemos que a solução dos problemas da precariedade e do desemprego é muito mais vasta e passa também por uma profunda mudança nas políticas económicas e sociais, mas sabemos que esta pouca-vergonha de exploração dos trabalhadores pobres, fragilizados pelo desemprego ou pela sua ameaça, não pode continuar.

O Partido Comunista Português reclama a tomada de medidas urgentes, com vista a conduzir a uma melhoria da remuneração, criação de emprego estável, com direitos e ao combate efetivo à precariedade do emprego na nossa Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Rute Gregório.

(*) **Deputada Rute Gregório (CDS-PP):** Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por citar uma frase que me agradou particularmente da intervenção da Sra. Deputada Graça Silva, e que dizia: “estamos longe dos valores que almejamos”, é verdade, estamos longe dos valores que almejamos. Concordamos firmemente nessa posição e não queremos deixar de registar aqui que de facto, os nossos indicadores, as nossas taxas e as nossas médias continuam a estar na cauda do nosso país e isto constrange-nos, isto apouca-nos e isto é incontestável! Poderemos estar todos a contribuir como podemos para

alterar a situação, mas é uma situação que tem que ser reconhecida e é uma situação que tem que ser assumida.

Sobre esta matéria, o CDS-PP queria de facto insistir ou pelo menos reconhecer que este tema da precariedade laboral é um tema sério, é um tema atual e candente, é um tema que deve ser trazido a esta casa, seja por quem for, seja pelo próprio partido do Governo, seja pelos partidos da oposição, porque este é um problema social, este é um problema que atingindo alguns, não deixa de ser responsabilidade de todos, porque muito particularmente se a responsabilidade dos órgãos de Governo, inclusivamente desta casa, que também é um órgão de Governo.

Por isso estamos aqui muito bem, a discutir uma realidade que não pode ser escamoteada, existe precariedade laboral no nosso país, existe precariedade laboral na nossa região e o problema exige pelo menos unanimidade na nossa atenção, se bem que, as soluções para o problema talvez não sejam assim tão unânimes, e nós concordamos também com isto. Mas há algumas questões prévias a esta abordagem que nós gostaríamos de deixar registado e enfatizar, talvez até para deixar com o contributo à discussão, porque é importante sempre chamar e elevar essa discussão para outros patamares.

Em primeiro lugar: este é de facto, um problema social que nos parece novo, mas que verdadeiramente sempre atingiu as chamadas camadas ou as chamadas categorias sociais mais despossuídas. O que acontece é que, nas últimas três décadas aproximadamente, o fenómeno expandiu-se e atingiu grupos que mais facilmente são capazes de impor qualquer questão como problema social, porque têm mais voz, maior capacidade de se fazer ouvir, maior consciência desse direito de se fazer ouvir e maior capacidade de mobilização e eu escuso de exemplificar esta situação, porque de facto, o que os estudos dizem é que o problema estendeu-se às classes médias e quando se estendeu às classes médias tornou-se um problema, mas ele já existia e já existe há muito tempo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e antes da democracia portuguesa portanto, passou a fazer parte da agenda política, passou a fazer parte da agenda científica, passou a fazer parte da agenda mediática, mas não é verdadeiramente um problema novo, é apenas um problema que se alargou e expandiu.

Em segundo lugar: se o conceito de precariedade se associa facilmente a um trabalho sem garantias, inseguro e permanente, a verdade é que há múltiplas formas de precariedade e estas não são todas iguais, nem envolvem idênticas formas de perdas de direitos.

Um contrato a termo certo com direito a subsídio de férias, de natal, descontos, subsídio de refeição, indemnização ou outros, não é o mesmo que o trabalho a recibos verdes e muito menos o mesmo que situações clandestinas de trabalho, no âmbito da economia informal ou no que queiram chamar a esta economia.

Em terceiro lugar: chamaríamos também a atenção para outro problema que se destacou nas nossas reflexões: medir a precariedade partir dos contratos não permanentes ou a prazo como é prática, porque estes são os indicadores disponíveis, não é ter uma ideia clara e objetiva do impacto do fenómeno e muito menos da real dimensão do problema, é ter uma ideia, mas não é conhecer o problema. Correndo o risco, também, de me repetir, este grupo considera uma tarefa muito árdua planificar e promover estratégias concretas e eficazes para a solução do problema a longo prazo, quando o diagnóstico não se encontra satisfatoriamente feito e o problema não se conhece nos impactos globais e reais. Podemos e devemos tomar novas medidas ou reforçar outras, na solução de situações inequivocamente identificadas mas precisamos também de conhecer melhor o problema para melhor o colmatar.

Permitam-nos também, e neste contexto, um destaque muito particular para a situação dos jovens açorianos, que já foi aqui várias vezes referida, tão atingidas, não só pela falta de emprego, como também pela precariedade no

emprego. Há sólidos estudos sobre a matéria e um reconhecido elogio ao próprio Observatório da Juventude dos Açores que tem feito trabalhos notáveis nesta matéria, incentivados e financiados pelo Governo Regional, mas esses estudos são seguros e são estudos que tacitamente afirmam: a insegurança na inserção laboral está a tornar-se norma nas normas de integração social dos jovens. A incerteza relativamente às trajetórias profissionais parece ser o que melhor caracteriza a situação dos jovens açorianos. E isto são os resultados dos estudos do Observatório da Juventude, e portanto, são situações que nós temos que prestar, todos os órgãos do Governo, muita atenção a este problema, nomeadamente a situação dos jovens em particular.

Soluções para os problemas? No âmbito teórico, todos nós sabemos, passará por não considerar em primeiro lugar que este problema não exista ou que não tenderá a agravar-se.

Trata-se de uma tendência mundial que vem crescendo e já afeta um considerável número de trabalhadores. Para além da óbvia necessidade de criação de emprego, e outros aqui falarão muito melhor sobre este assunto do que eu, a verdade é que a solução deste problema passa por reforçar, por um lado a ação reguladora e fiscalizadora do Estado que já aqui foi dito, que não se pode confundir com uma ação autoritária ou dirigista, que também não é este o modelo que nós queremos e portanto, é uma ação fiscalizadora e reguladora que é fundamental e que a literatura referencia como um problema crónico no nosso país.

De facto fazer cumprir as leis laborais tem sido um problema de longa data!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Depois, permitir que as necessidades permanentes de trabalho nas empresas, na administração, nas escolas, na investigação, etc, não possam sustentar-se em anos e anos de expedientes, do tipo: “agora seis meses, agora um ano, e vai para trás e vai para a frente” e estamos assim, cinco, seis, sete,

dez anos nesta vida, e desculpem-me a forma mais coloquial como estou a colocar a questão, mas estas são situações que nós vivemos, portanto isto tem que ser impedido. Estas necessidades permanentes de trabalho não podem ser resolvidas desta maneira.

Também passa, no nosso entender, por reforçar e garantir componentes de apoio e de segurança social, sem dúvida que estes elementos também são parte da solução mas, e era aqui que eu queria chegar, particularmente passa por qualificar os profissionais, os menos qualificados por um lado, para que eles emerjam no mercado de trabalho de forma mais competitiva, mas passa também por perspetivar no médio e longo prazo as necessidades no âmbito do emprego para de algum modo orientar a capacitação dos que trabalham.

Os empregos do futuro vão ser diferentes, as escolas, as universidades, as organizações, as empresas, os governos têm que ter a capacidade de realizar este tipo de análise, de planificar e de concretizar estratégias. Também passa, e neste contexto, por aquilo que de facto tem a ver com este princípio, por aquilo que se chama o assumir uma organização qualificante nas empresas, nos serviços, nas administrações, que imponham como central o acesso à formação e à maior capacitação de inovação em situações profissionais. Passa por elevar a adaptabilidade dos trabalhadores e dos sistemas empregadores, conjugando flexibilidade com segurança.

A flexibilidade não significa precariedade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Mas significa outra coisa que a gente não gosta! Não é a mesma coisa, mas é parecido!

A Oradora: E portanto, este é um grande desafio, este é o grande repto. E não é a mesma coisa flexibilidade e precariedade.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Grande intervenção!

Deputado André Bradford (PS): Grande foi!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E boa!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Bem, esta questão que o Bloco de Esquerda nos traz hoje para discussão neste Parlamento, é uma discussão muito relevante.

É uma discussão muito relevante mas eu não concordo nada com a perspetiva do Bloco de Esquerda e a forma como o Bloco de Esquerda apresentou aqui a questão.

O problema da análise do Bloco de Esquerda parte de princípios ideológicos completamente ultrapassados que tem a ver com o ataque constante ao patronato e a questão é a seguinte: não se resolve o problema do desemprego ou da precariedade com um ataque ao patronato, porque o patronato é que cria e gera emprego. O que se tem é que, criar as condições que potenciem a criação de emprego não precário, mas o Sr. não consegue atingir esses objetivos, atacando o patronato à boa moda do século XIX, e o vosso problema continua a ser a vossa desatualização ideológica, porque não é com uma intervenção do Estado, como os Srs. defendem, que se resolve o problema do desemprego. Se assim fosse a Venezuela seria o melhor dos mundos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso, isso!

O Orador: ... e o que nós vemos é que o modelo de sociedade, o modelo de criação de emprego que V. Exas. defendem, o que criou foi uma rutura brutal na economia do país.

Se um dia os Srs. tivessem a maioria nos Açores, o que iria criar era exatamente o mesmo tipo de situação, ou seja, os Srs. iriam destruir a economia dos Açores porque os Srs. têm um inimigo fundamental que é o patronato.

O Orador: Ora, o patronato e as empresas é que criam o emprego...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As empresas!

O Orador: ... e os Srs. não podem abordar esta questão da precariedade e do desemprego, atacando de forma selvagem o patronato. Depois, quero dizer-vos também que a vossa própria abordagem... vamos ver, o Bloco de Esquerda neste momento está numa posição privilegiada no âmbito da Assembleia da República, é o Bloco de Esquerda juntamente com o PCP, os dois partidos que sustentam do ponto de vista parlamentar o Partido Socialista. O Partido Socialista não teria governado porque foi a segunda força política mais votada, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... não foi a primeira força política. O PS não é o maior partido português neste momento, ...

Deputado André Bradford (PS): Não diga isso!...

O Orador: ... em termos de representação na Assembleia da República é o segundo e portanto, só governa porque o Bloco de Esquerda e o PCP o apoiam do ponto de vista parlamentar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e nós vamos agora observar esse tipo de acordo o que é que provocou, por exemplo, nesta questão que V. Exas estão a analisar.

Nós temos aqui os resultados que o Sr. Deputado referenciou do INE, mas esqueceu-se de referenciar o seguinte: ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Oh senhor, pelo amor de Deus!

O Orador: ... há mais 73 mil precários do que no ano da Troika, atualmente temos mais 73 mil precários!

Se olharmos para o próprio texto e as próprias conclusões do INE o que nós podemos verificar é que, no ano da chegada da Troika existiam 817 mil trabalhadores com vincos laborais estáveis. Esses números têm vindo a crescer de forma sistemática, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): é o regresso dos emigrantes!

O Orador: ...ou seja, digam-me o seguinte, então qual foi o contributo do Bloco de Esquerda e do PCP para, a nível das políticas nacionais, travar o crescimento do emprego precário?

Qual foi o contributo real?

Quando?

O resultado concreto é que, durante estes quatro anos da governação do Partido Socialista, apoiado pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP, os Srs. podiam influenciar, porque são os Srs. que lhes dão a maioria parlamentar, os Srs. o que obtiveram foi exatamente o contrário, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... foi o aumento do emprego precário no conjunto do país e portanto, eu o que penso é se alguém nos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Demagogia barata!

O Orador: ...considera que esta fórmula da geringonça também poderá ser utilizada a partir de 2020?

Estes resultados por exemplo, a nível da precariedade, demonstram bem o que seriam os Açores com a presença do Bloco de Esquerda e do PCP a nível da sustentação parlamentar de um futuro Governo do Partido Socialista, ou seja, não funciona e a vossa influência não resolveu coisa nenhuma no conjunto do país e também não iria resolver na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais de três mil precários que os senhores criaram!

O Orador: Devo dizer, depois desta abordagem, em relação ao Bloco de Esquerda, que o problema é um problema real, é um problema que nos preocupa a todos. Eu observo, por exemplo, em vários setores, porque não tenho aqui tempo, evidentemente, para fazer uma abordagem muito, muito alargada, mas eu olho para esta questão e tenho grandes preocupações, por exemplo, a nível dos 70% de precariedade laboral do ponto de vista dos jovens. Esses 70% são muito preocupantes, o que quer dizer que o Governo não está a conseguir criar as condições para que os nossos jovens tenham acesso a um emprego estável, e é muito preocupante.

Por exemplo, também a nível de setores que estão a crescer muito na nossa Região, o Governo não está a conseguir implementar políticas que tenham resultados concretos. Por exemplo, uma das batalhas do Sr. Deputado André Bradford, e muito bem, tem sido denunciar os baixos salários no setor do turismo e a precariedade. É verdade!

Mas até agora o que tem existido é uma denúncia.

E resultados concretos pela parte do Governo Regional?

O Sr. Deputado André Bradford está a fazer aquilo que é a sua função, que é denunciar esse tipo de situação, mas quem governa também tem outra responsabilidade: é resolver o problema! E os Srs. não estão a conseguir alcançar resultados positivos a este nível.

Fica apenas a denúncia: não conseguem obter resultados positivos nesta matéria.

E devo dizer também Sr. Vice-Presidente, falou aqui num conjunto e anunciou hoje um conjunto de contratações a nível da administração pública regional e devo lhe dizer o seguinte: há setores em que não se consegue perceber qual é a estratégia do Governo nessa matéria, olhe por exemplo, em relação ao número enorme de professores contratados que nós temos na nossa Região. Não se consegue perceber porque veja bem, o país irá atravessar uma fase nos

próximos anos de falta de professores, nós temos todo o interesse, mas todo o interesse, a Região tem todo o interesse em que os professores contratados, – já trabalham há 10 anos, 12 anos, 14 anos, sem conseguir um vínculo estável no nosso sistema educativo regional, nas nossas escolas – nós temos todo o interesse em colocá-los o mais depressa possível nos nossos quadros porque, como bem vê, são notícias todos os dias nas escolas nacionais que não têm docentes. Ora, porque é que nós os mantemos, um número tão grande de professores, numa situação precária?

Não se consegue perceber e não é inteligente e não é lógico. O que tinha que existir eram medidas concretas a este nível.

Podia dar-lhe muitos mais exemplos, mas este é um exemplo da forma pouco eficaz, como o Governo Regional está a trabalhar esta questão.

Depois, há outras questões, como o SINTAP denunciou que não se está a cumprir a lei em matéria de negociação coletiva, que não se está a cumprir a lei em termos de mobilidade inter carreiras, que os trabalhadores da administração pública estão há mais de uma década sem aumentos salariais, que apenas dois ou três da função pública tiveram uma atualização salarial em 2019 e muitos, muitos outros problemas que são descritos pelos nossos sindicatos.

A menos que os Srs. também adotem as políticas de alguma extrema direita, de diabolizar os sindicatos e que estejam em confronto permanente com os sindicatos. Eu considero que estas questões que os sindicatos nos trazem, de forma sistemática, são questões relevantes e que importa resolver.

Numa próxima intervenção vou abordar outras temáticas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado! Abordou muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo e em particular, o Sr. Vice-Presidente:

E começo pelo Sr. Vice-Presidente porque dedicou, e como seria de esperar, a sua intervenção inicial exclusivamente à minha primeira intervenção e faria todo o sentido porque fez logo de seguida.

Bem, e pelos vistos, parece que o Sr. Vice-Presidente expressou aquela que tem sido a atitude do Governo Regional ao longo dos últimos anos, de cair na armadilha de achar que a precariedade é um mal menor perante o desemprego e que para criar emprego é necessário passar por uma primeira fase de criação de precariedade aliás, à boa ou má maneira,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É sempre assim!

O Orador: ... de alguma direita radical que considera que a precariedade, de facto, é um mal menor e que para criar condições para haver mais emprego é necessário ter códigos de trabalho mais flexíveis, ser mais fácil despedir, bem, uma série de condições para assim as empresas poderem criar emprego.

Nós não partilhamos dessa ideia, dessa maneira de ver o mercado laboral e esperava que o Partido Socialista também já estivesse ultrapassado essa velha lógica, que é tão bem conhecida por todos nós, e que aliás fez história ainda muito recentemente enquanto o PSD e o CDS governaram na República.

Ora, mas queria começar por referir aquele que foi o anúncio que o Sr. Vice-Presidente fez de que iria abrir 954 concursos públicos, – julgo que esse é o número exato, foi isso que eu aqui anotei – e portanto, fez mais um anúncio glorioso de que agora o Governo Regional iria contratar, além até, daquilo que tinha sido anunciado aquando da discussão do orçamento para este ano. Portanto, uma grande notícia, uma grande proclamação como anunciam sempre.

Deputada Mónica Rocha (PS): Obrigada, obrigada!

O Orador: Ora, mas não querendo antecipar um debate que será feito nesta casa, certamente daqui a algum tempo, que tem a ver com a nossa proposta de

adaptação à Região do PREVPAP, mas antecipando um pouco desse debate, que seria decerto inevitável, então se assim é, e se esses 954 concursos correspondem ...

Deputado Manuel Pereira (PS): O senhor sabe que não é verdade!

O Orador: ... a funções que são, penso eu que tem que ser, funções que correspondem a necessidades permanentes da administração pública, não poderia ser de outra forma, então porque é que pelo menos não antecipa, não prepara aqui uma fase, em que antes da abertura destes concursos... Porque é que não aplica o PREVPAP? Porque decerto que há muitos precários neste momento, inclusive, e a maior parte deles, beneficiários de programas ocupacionais, que estão neste momento a trabalhar em funções que são consideradas de carácter permanente e que poderiam muito bem, numa fase preparatória, ou seja, antes da abertura destes 954 concursos, poder virem a preencher algumas destas vagas. Isso seria mais que justo porque são pessoas que se serviram para trabalhar até agora, também serviriam para trabalhar dali em diante com um contrato de trabalho como deve de ser.

Ora, outro aspeto: o Sr. Vice-Presidente disse que ao longo desta legislatura o desemprego tinha diminuído, não à custa de beneficiários de programas ocupacionais. Ora, mas se formos ver os dados e para sermos realistas e objetivos acerca dos dados entre o desemprego e aqueles que são beneficiários de programas ocupacionais, verificamos facilmente que entre o segundo trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2017, ou seja, já em plena legislatura atual, o número de desempregados só diminuiu porque foi acompanhado também por um aumento de beneficiários de programas ocupacionais. E aliás, beneficiários de programas ocupacionais continuam a atingir um número que não é de toda a forma desprezível.

Deputado André Bradford (PS): É exatamente o contrário!

O Orador: Aliás, basta ver esta notícia de 30 de dezembro de 2018, para ver que, mais uma vez, dados do Instituto de Formação Profissional – o IFP – confirmam isso mesmo, que a Região, à data, em dezembro do ano passado ainda tinha 4615 pessoas colocadas em programas ocupacionais, portanto, é uma verdade incontornável...

Deputado André Bradford (PS): Então? E quantos é que tinha antes?

O Orador: E são dados que ainda deveriam merecer preocupação por parte deste Governo Regional e aparentemente parece que não.

O Sr. Vice-Presidente também mencionou aquela que tem sido a atividade da Inspeção Regional de Trabalho.

Ora, eu gostaria de saber qual tem sido a atuação da Inspeção Regional de Trabalho, relativamente à RTP Açores? Já que decorrente de uma decisão judicial datada de agosto do ano passado, na verdade temos trabalhadores da RTP Açores que mesmo depois dessa decisão judicial continuaram a prestar serviços na RTP Açores e que esses serviços não foram acompanhados de uma plena integração, ou seja, essas pessoas não passaram a ter um contrato de trabalho tal e qual como o tribunal assim o impôs e além disso são trabalhadoras e trabalhadores que, inclusive, não recebem salário à três meses e alguns deles, ainda este ano em 2019, não assinaram qualquer tipo de contrato. Mesmo que fosse um contrato de prestação de serviços, e que seria sempre um falso contrato de prestação de serviço, e que além de não terem assinado qualquer tipo de contrato, também ainda não receberam qualquer tipo de salário. E mais grave, são trabalhadores que neste momento até estão a substituir as funções de alguns dos trabalhadores que muito recentemente foram despedidos, como tivemos a ocasião de presenciar publicamente. Quatro desses trabalhadores foram despedidos e que atualmente estão a ser substituídos por funcionários que estão numa situação que é-nos totalmente desconhecida, mas

que não têm de certeza um vínculo laboral e que também ainda não receberam qualquer tipo de salário.

Gostaria de saber qual tem sido a atuação da Inspeção Regional de Trabalho neste caso?

E por agora fico-me por estas questões.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para darmos continuidade ao debate.

Eram 12 horas e 08 minutos.

Presidente: Vamos então continuar com as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Em primeiro lugar, é importante realçar e dizer que o debate sobre a precariedade laboral é um assunto sério e merece ser discutido com responsabilidade e não da forma como foi aqui debatido pela Sra. Deputada Sabrina Furtado. Não vale a pena adjetivar mas é mau demais e os açorianos merecem mais, merecem o nosso empenho, a nossa responsabilidade e o nosso contributo para melhorar de facto a situação laboral dos trabalhadores e

contribuir para melhoria do emprego na Região. E isso é o mais importante e é o que deve aqui ser realçado.

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação ao Bloco de Esquerda, diria Sr. Deputado Paulo Mendes, que hipocrisia política é vir aqui lavar as mãos como se isso também não fosse um problema do Bloco de Esquerda.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Vir aqui dizer que cabe apenas ao Governo resolver aquele que é um problema de uma sociedade moderna, de uma região desenvolvida, de um problema do país, do mundo, e isso é reconhecido por todos, até pelo Bloco de Esquerda na República, mas aqui na Região não! Cabe ao Governo resolver apenas, e nós ficamos sentados à espera e a assistir. Portanto, isso sim é hipocrisia!

Mas Sr. Deputado Paulo Mendes, não fique incomodado com o Partido Socialista, nós já em vários setores e em várias ocasiões, destacamos e negociamos situações que são pouco dignas e que merecem o nosso empenho. No turismo, desde há muito tempo temos vindo a trabalhar e a exigir melhores condições de trabalho e mais estabilidade e o aumento da remuneração, para que os trabalhadores contribuam para o crescimento significativo do setor do turismo na nossa Região e que tem permitido criar riqueza e que é justo também, que essa riqueza seja redistribuída pelos trabalhadores. E isso, desde há muito tempo, o Partido Socialista tem pautado a sua atuação por esse trabalho e por essa exigência.

E portanto, há espaço para todos!

Se o Bloco de Esquerda quer se juntar ao Partido Socialista na defesa dos direitos dos trabalhadores é também bem vindo...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e qualquer outro partido, da esquerda, da direita, não é relevante. A precariedade é um assunto sério, que merece o empenho, o envolvimento de todos os partidos políticos, de toda a sociedade, de todos os sindicatos e não apenas os que estão relacionados com a administração pública, no privado, no turismo, nas pescas, na agricultura, é importante pugnar a nossa atuação e exigir melhores condições laborais para os açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E portanto, também uma palavra aqui e destaque para a forma responsável como a Sra. Deputada Rute Gregório encara esse debate e o CDS, é de salutar esta atitude e acho que é desta forma, contribuindo de forma séria para um debate sobre um assunto importante que é a precariedade laboral.

E mais uma vez o PSD fica isolado, num nível que não é digno e que não é responsável, para contribuir para a resolução dos problemas dos açorianos e de toda a sociedade.

Também foi aqui realçado que o desemprego jovem é um desafio. É de facto um desafio na Região e os números estão à vista e não está nada escondido. A taxa de desemprego jovem nos Açores é de 32%, é verdade, já foi superior a 40% e também há aqui uma notável recuperação e deve ser reconhecido, mas há um caminho a fazer, há trabalho a fazer, é preciso fazer mais e neste sentido também temos que destacar as medidas que foram propostas e apresentadas pelo Governo Regional no plano e orçamento. Medidas dirigidas, não exclusivamente, mas essencialmente aos jovens, a empregabilidade sem termo dos jovens, o programa ELP tem sido fundamental à contratação sem termo, tem tido resultados notáveis e de facto são as empresas que criam emprego e é para elas também, que nós devemos dirigir a nossa atuação e propor cada vez melhores e mais medidas que permitam criar emprego sem termo, mais qualificado e mais estável. Essa é a nossa preocupação e também tem sido a nossa forma de atuação ao longo deste tempo.

E é importante realçar, que quando falamos de emprego jovem nos Açores, nós não podemos esquecer que os Açores são a região mais jovem do país e isso, por si só, explica em parte, o facto de termos a taxa de desemprego mais elevada do país.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é factual e explica uma parte do aumento percentual dos números...

Deputado André Bradford (PS): E é!

O Orador: ... e isso é factual e eu acho que deve ser reconhecido sobretudo não como um problema. Ser uma região jovem não é um problema, mas é um desafio que deve ser tido em conta na resolução das dificuldades que são encontradas. E se tivermos em conta que, por exemplo, a população jovem nos Açores representa 13% da população total e a população jovem em Portugal representa 10%, há aqui uma diferença de três pontos percentuais que é significativa e que explica parte do problema de a taxa de desemprego ser mais elevada nos Açores.

Mas Srs. Deputados não fiquem incomodados!

Nós não estamos a desculpar o que quer que seja!

Estamos a reconhecer que é um desafio e que vamos trabalhar e continuar a desenvolver novas políticas públicas que permitam mitigar, este que é um problema que enfrentam alguns jovens açorianos.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Mas a verdade é essa: nos últimos quatro anos há uma criação significativa de emprego, há uma redução significativa do número de açorianos em programas ocupacionais, que em apenas dois anos reduziu cerca de 40%...

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: ... ao mesmo tempo que a economia cresce, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem lembrado!

O Orador: ... gera emprego e reduz significativamente o número de açorianos desempregados.

Mas também, uma última palavra, para referir que em sede de plano e orçamento, o Partido Socialista também apresentou iniciativas neste âmbito: apresentamos o certificado de responsabilidade social e laboral, exatamente por reconhecer que a precariedade é um desafio e que todos nós temos que contribuir para a sua solução; aprovamos, também mais recentemente, juntamente com o Bloco de Esquerda, a alteração ao Competir +, exatamente com o propósito de exigir a quem recorre a fundos públicos que contrate trabalhadores sem termo, e isso também demonstra bem a forma responsável como encaramos este assunto. Mas também, no âmbito do plano e orçamento, aprovamos, juntamente com o PCP e o CDS, o aumento da renumeração complementar, isso também é um contributo para elevar o rendimento médio nos Açores, entre outras medidas que ao longo dos anos temos vindo a apresentar. E portanto, desta forma se vê o empenho do Partido Socialista em contribuir para trabalho digno e trabalho digno significa um emprego mais qualificado, melhor remunerado e mais estável.

E é desta forma que nós conseguiremos alcançar um crescimento sustentável da nossa economia e da nossa Região!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, três questões.

Eu começo se calhar pelo fim, pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, em relação à última questão que colocou, que é uma questão dos trabalhadores da RTP, em relação à intervenção da Inspeção Regional de Trabalho. Para lhe

dizer que foi no âmbito de uma intervenção da Inspeção Regional de Trabalho que foi detetado uma situação de falsos recibos verdes, correspondentes a esses quatro trabalhadores, foi comunicada às entidades competentes, leia-se o tribunal de Angra do Heroísmo, essa situação e foi o tribunal, na sequência da intervenção da Inspeção Regional de Trabalho, que determinou e que confirmou a posição da Inspeção Regional de Trabalho, que era uma situação de falsos recibos verdes e portanto, deviam ser convertidos em contratos de trabalho. E da mesma forma que a Inspeção Regional de Trabalho identificou e comunicou às entidades competentes essa matéria, é também neste momento a Inspeção Regional de Trabalho está, na medida das suas competências, a apoiar esses mesmo trabalhadores junto dessas entidades para salvaguardar os seus direitos neste momento, portanto, desse ponto de vista a atuação da Inspeção Regional de Trabalho foi a verdadeira entidade que identificou o problema, que identificou a solução e que continua ao lado dos trabalhadores nessa matéria.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Segundo aspeto essencial, eu penso que sobre a matéria de combate à precariedade, há aqui uma divergência com a visão do Bloco de Esquerda.

O mercado de trabalho é um mercado que deve assentar em equilíbrios. Nós consideramos que há três mecanismos essenciais para combater, para fortalecer a estabilidade do trabalho nas relações laborais, uma é a criação de medidas de apoio, outra é a criação de incentivos e o terceiro é a fiscalização. É o entendimento que temos sobre essa matéria, o mercado de trabalho para ser equilibrado, tem necessariamente que a intervenção pública se fazer por estes três níveis: incentivar apoiar e fiscalizar.

Em relação áquilo que foi a intervenção da Sra. Deputada Rute Gregório, permitam-me dizer que numa parte substancial da mesma nós partilhamos dessa abordagem, essencialmente, permitiu na sua intervenção colocar as questões onde elas também devem ser colocadas.

E como referiu e muito bem, essa matéria da estabilidade e a precariedade laboral, é uma matéria à escala mundial, não é uma questão específica dos Açores, não é uma questão específica do país. O processo de globalização alterou completamente as soluções comerciais e as relações económicas, consequentemente altera também as relações laborais e efetivamente nós vivemos num mundo em que as pessoas todas tem que estar consciencializadas que a evolução das necessidades à escala nacional, internacional e regional, faz com que ninguém possa assegurar que o emprego que tem hoje quando inicia a sua atividade laboral, ao contrário do que acontecia no passado, é uma necessidade que daqui a 50 anos se mantenha e que tenha esse mesmo emprego. Portanto, isso é uma evolução do novo mundo e nós temos que estar preparados, como tudo aponta, para poder ter duas ou três atividades diferentes, consoante a evolução do mercado. Existiam muitas profissões, muitas atividades económicas que há 15, 20 anos atrás, ou há 10 anos atrás eram geradoras de emprego e hoje pela evolução tecnológica, não são.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: E portanto, essa é a realidade, e cada vez mais as competências básicas têm que ser dirigidas para aquilo que são a aquisição de competências, que faz face a essas novas necessidades. E essa sim, é a abordagem séria e realista. E portanto não podemos, por exemplo, obrigar por lei uma empresa a ter uma atividade, uma relação laboral com um determinado conjunto de pessoas, que já não está adequada, do ponto de vista tecnológico ao mercado. Agora o que é importante fazer é aquilo que referi, é o apoio, o incentivo e a fiscalização, e nesse contexto, permitam-me que vos diga, que cada vez mais também a própria formação, formação de ativos, formação profissional, tem que estar direcionada para esta matéria. É isso que o Governo está a fazer, nós estamos cada vez mais, a apostar na formação digital e na formação tecnológica. É fundamental que as ferramentas, de todos aqueles que entrem no

mercado de trabalho, tenham essas competências. Dois níveis de competências fundamentais: competências ao nível linguístico (línguas) e competências ao nível de competências digitais e tecnológicas. Quem não tiver essas duas ferramentas de trabalho, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... não tem condições para ter competitividade no mercado de trabalho futuro.

E temos que partir desse pressuposto e é esse trabalho que estamos a fazer e a cada vez fazer mais, ao nível da formação profissional inicial, ao nível da formação profissional de ativos e ao nível da qualificação dos desempregados.

Por isso, por exemplo, de um conjunto de programas de formação que tínhamos, estamos cada vez mais a redirecionar para a formação na área tecnológica e digital e na área de línguas, que são elementos fundamentais.

Aliás, todos os inquéritos de entidades empregadoras de empresas identificam que a grande falta e a grande deficiência que existe em termos, por exemplo, das pessoas que estão em situação de desemprego, é o não conhecimento de línguas ou não ter competências digitais ou tecnológicas, necessárias para fazer face à necessidade do mercado de trabalho.

E portanto, é nisso que temos que trabalhar! É nisso que temos que apoiar os recursos humanos!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu julgo que, para esclarecimento da verdade, é preciso que as pessoas percebam a máscara política com que o Bloco de Esquerda por vezes aqui se

apresenta, e portanto, politicamente falando, de refinada hipocrisia, apurada demagogia, é esta a intervenção do Bloco de Esquerda.

Deputado Paulo Mendes (BE): Coisa que o CDS não faz!

O Orador: Vejamos, por exemplo, o caso dos trabalhadores da RTP: fazem aqui um número de conferência de empresa, mas estão no Governo da República, tem um grupo parlamentar que faz maioria na República, mas não fizeram nada, rigorosamente nada! E portanto, não fizeram rigorosamente nada! E aqui, fazem hipocritamente este número, que não é mais do que um número para “inglês ver”.

Mas é esta a esquerda que temos do Bloco de Esquerda, a esquerda que luta contra a precariedade. Mas, a esquerda que luta contra a precariedade permitiu o seguinte: a faturação das empresas portuguesas de trabalho temporário ascendeu a 1350 milhões de euros no ano passado, aumentou 6,1%, e portanto, aumentou 50% nos últimos anos, o número dessas 220 empresas. O Bloco de Esquerda o que é que fez na República? Sendo parte do Governo, parte da maioria, parte da decisão? Não fez rigorosamente nada. Aumentou a precariedade laboral, como os 73.000 precários que aumentaram.

E portanto, temos um Bloco de Esquerda aqui e outro Bloco de Esquerda na República e a demagogia e a hipocrisia usam-se quando é necessário, vindo para aqui acusar a direita radical, quando de esquerda radical estamos conversados, Sr. Deputado Paulo Mendes.

Mas os Srs. deviam falar era daquilo que interessa aos açorianos e disso os Srs. não falam, vem sempre com números que não correspondem à realidade e fazendo sempre essas acusações aos outros.

Mas, devo dizer que, relativamente aos trabalhadores da RTP, eu acho uma coisa curiosa e já li a nota do Sr. Secretário Regional hoje de manhã, eles foram contratados os trabalhadores, parece que em 2016, fizeram-lhe um contrato de trabalho sim Sr. e depois agora alega-se que são despedidos alegando a nulidade

do contrato de trabalho. Mas quem é que contratou os trabalhadores? Não foi o Conselho de Administração? Não teve conhecimento disso? E portanto, a ilegalidade não é agora, foi talvez no início e no início é que não deviam ter contratado. Agora o que se sucede, é que mais uma vez ficamos com dificuldades no trabalho de informação necessário aos açorianos e mais uma vez afeta a ilha Terceira, o que não pode ser, afeta a produção, ficamos praticamente sem mão de obra na rádio e na televisão.

E portanto, de quem é a culpa?

É do trabalhador ou é do Conselho de Administração? Que passado estes anos veio agora dizer que é ilegal e vem se refugiar no PREVPAP, e vem se refugiar numa norma de Orçamento de Estado. Mas ela já existia quando eles foram contratados, e portanto isso não se percebe, esta justificação do Conselho de Administração, a norma já existia, usaram quando deu jeito para prejudicar o mais fraco, neste caso são os trabalhadores. Situação da qual o Bloco de Esquerda demagogicamente se aproveita.

Sr. Vice-Presidente, permita-me também que lhe diga e saudar o Governo por finalmente dar cumprimento e tenho uma questão para lhe colocar. É uma resolução do CDS proposta nesta Casa e aprovada por unanimidade que dizia. “dotar e aumentar o número de terapeutas da fala nas Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde. E portanto, eu não sei se já estão distribuídas as vagas, mas nós propúnhamos para a Unidade de Saúde de São Miguel, no Nordeste, Vila Franca do Campo, Lagoa e Ponta Delgada; para a Terceira, o Centro de Saúde da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo; para a Graciosa, para a Unidade de Saúde de São Jorge, para Unidade de Saúde do Faial e também para a Unidade de Saúde do Corvo. Propusemos este reforço de terapeutas da fala.

Não sei se o Sr. Vice-Presidente anunciou agora que vai contratar 15, se serão os suficientes para suprir estas necessidades, que em 2016 foi aqui aprovado por unanimidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Apenas tecer aqui algumas considerações finais: que nós chegamos hoje a esta Casa e estivemos aqui toda a manhã a falar de precariedade laboral e foi feito mais um anúncio do faz de conta cor-de-rosa para 954 vagas na administração pública regional. Podemos concluir então, que lá em casa ficam 10.805 pessoas sem resposta, da taxa de desemprego normal, ...

Deputado André Bradford (PS): Iam todos trabalhar para a Administração Pública!

A Oradora: ... das registadas são 7722, vão abrir 954! Do RSI são 6631 famílias que ficam sem resposta...

Deputado Francisco César (PS): E não trabalham? Tem a certeza? NO RSI não trabalham, são todos malandros.

A Oradora: ... mas vão abrir 954 vagas, e os ocupacionais 4548.

O Sr. Vice-Presidente fugiu do debate, voltamos a ficar sem respostas, levamos para casa uns comunicados cor-de-rosa de anúncios de faz de conta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E dizer, só para terminar, que era o que mais me faltava levar lições de moral do partido que sustenta o Governo há 22 anos, mas que só fala da criação de emprego na última legislatura, porque é um número pelo qual se conseguem envergonhar menos um bocadinho.

Portanto, são 22 anos de governação e já que os Srs. gostam tanto de falar em 1996 e na forma como pegaram na Região, falam disto para tudo, eu sempre achei um bocadinho ridículo, mas devolvendo porque talvez nessa linguagem me entendam, em 1996 quando os Srs. pegaram na Região a taxa de desemprego era de 5,2% por isso, 22 anos depois podemos todos tirar as nossas conclusões.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Bem, posso chegar à conclusão que este Governo Regional, através do Sr. Vice-Presidente, sempre que se fala aqui nesta Casa de precariedade, anuncia a abertura de centenas de concursos públicos para admissão de pessoal para a administração pública autónoma. E ainda bem que assim é, porque se for a partir de iniciativas do Bloco de Esquerda para o combate à precariedade, o caminho para que o Governo Regional...

Deputado André Bradford (PS): Que chateados que eles ficam com abertura de vagas!

O Orador: ... crie mais lugares na administração pública, ainda bem que assim é, porque o Bloco de Esquerda, apesar de indiretamente, contribui para a criação de emprego na administração pública autónoma. Portanto, ainda bem que assim é!

Agora, podemos tirar algumas conclusões acerca desta atitude do Governo Regional, podemos, podemos tirar! Primeiro, é que, sempre que se fala do grupo PREVPAP, o Governo Regional parece fugir como “o diabo da cruz” do PREVPAP, e por isso tudo faz para evitar que se implemente na Região o PREVPAP e porquê? Que o PREVPAP, ainda bem que prevê a constituição de comissões bilaterais, em que se garante a participação democrática e transparente, quer da administração pública, quer de representantes dos trabalhadores, e é isso que o Governo Regional e o Partido Socialista não quer!

Deputado Manuel Pereira (PS): Não é nada disso!

O Orador: O Governo Regional e o Partido Socialista o que quer aqui na Região é criar vagas na administração pública, prefere esse expediente para quê?

Deputado Manuel Pereira (PS): Abertura!

O Orador: Para assim, ficar na figura de uma espécie de obra de beneficência, dão emprego aos açorianos e açorianas.

Deputado Manuel Pereira (PS): Ao contrário! Igualdade, Sr. Deputado!

O Orador: Em vez de garantir um processo rigoroso e transparente, para admitir aqueles que são trabalhadores precários...

Deputado Francisco César (PS): O senhor diz para a gente abrir vagas, a gente abre vagas e agora...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... e que neste momento executam funções na administração pública autónoma de carácter permanente. Porque é que então nunca concordaram na regulamentação e na aplicação do PREVPAP na Região?

Deputado Francisco César (PS): O senhor é contra ou é a favor da empregabilidade na Região?

O Orador: Porque é que foi que nunca o fizeram? Porque é que preferem a abertura de concursos públicos? Gostaria de saber.

Deputado Francisco César (PS): Então porque é que está zangado?

O Orador: É porque pretendem manter esta relação de vassalagem...

Vozes dos deputados da bancada do PS: Vassalagem?!

Deputado Manuel Pereira (PS): Vassalagem? Um privilégio!

O Orador: ... para com os açorianos e açorianas! Sim, sim, é isso! Aliás, sinal disso é que ainda na última legislatura, o nosso grupo parlamentar apresentou uma proposta nesta Casa para que se fizesse um levantamento daqueles que são os precários, inclusive, beneficiários de programas ocupacionais nesta Região, na administração pública e serviços dependentes, e o grupo parlamentar do Partido Socialista reprovou. Portanto, o grupo parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional não querem que os açorianos e açorianas conheçam aqueles que são os verdadeiros números da precariedade na Região.

E aqui, quando falo em verdadeiros números são números de beneficiários de programas ocupacionais. Porque isso iria retirar o argumento principal ao Governo Regional para se negar, aqui na Região, a aplicar o PREVPAP.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Sr. Vice-Presidente disse isso na primeira intervenção que fez!

O Orador: Ora, a maneira como se está a tentar orientar este debate, para que seja um debate à volta de uma moral, é uma forma errada de orientar este debate. Esta não é uma questão de moral, esta é uma questão, tal e qual como o Sr. Vice-Presidente apontou e com toda a razão, uma questão de equilíbrios no mercado laboral. O problema aqui, é que, apesar de tudo nós continuamos a ter aqui na Região um mercado laboral extremamente desequilibrado. Aliás, não é de estranhar que o Sr. Vice-Presidente concorde com aquela que foi a intervenção da Sra. Deputada do CDS, porquê? Porque o Sr. Vice-Presidente, se bem me recordo, fez parte da tal equipa, penso eu de 15 sábios do Partido

Socialista, aquando da preparação do programa eleitoral para as últimas eleições legislativas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. apoiou!

O Orador: ... e que previa, inclusivamente, o princípio da flexissegurança e da promoção da precariedade por essa via e que só largou essa proposta por pressão política à sua esquerda, ou seja, do Bloco de Esquerda e do PCP. Ora, e nós não temos na Região um mercado laboral equilibrado. Longe disso! Longe disso!

É claro que cada um defende os seus interesses, quer os empresários, ou seja, o patronato, quer os trabalhadores. O problema aqui é que a Região não tem conseguido, através de políticas ativas, equilibrar estes interesses e estabeleceu-se aqui uma relação extremamente desequilibrada entre o patronato e os trabalhadores. É claro que, quanto mais folga se dá aos empresários, ao patronato, mais o patronato aproveita. É normal que assim seja. E o Sr. Vice-Presidente apontou, e com razão, aqueles que são os três princípios que norteiam a política laboral deste Governo Regional: incentivar, apoiar e fiscalizar.

Ora, ainda ontem a propósito do período da manhã, nós assistimos a um voto de saudação e, ainda bem que assim foi e nós até nos associamos a esse voto e votamos favoravelmente, acerca do melhor aluno da Universidade dos Açores. Ora, e o melhor aluno da Universidade dos Açores o que é que lhe espera depois de terminada a licenciatura? O estágio, ao abrigo do Estagiar L...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Como é que é possível vir isso do Bloco de Esquerda?

Deputado Francisco César (PS): Eish, isso é muito mau!...

O Orador: ... O melhor aluno da Universidade dos Açores o que é que pode ambicionar? Um estágio, ao abrigo do Estagiar L!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Ora, mas vamos aproveitar essa deixa. Essa evidência, não só demonstra o desequilíbrio extremo no mercado laboral aqui na Região, em que o patronato consegue ter mão de obra, não só qualificada como também barata, como também e aqui relembrando aqueles que são os princípios deste Governo Regional: incentivar, apoiar e fiscalizar. E vou-me prender aqui no primeiro princípio, incentivar, em que é o próprio Governo Regional que além de manter aqueles que são programas de incentivo à formalização de contratos a termo certo, que foram denunciados por nós no último plenário, e aqui refiro-me ao FIL.S e ao INTEGRA que são programas que complementam aquele que é um outro estágio que foi criado o mês passado e que premeiam empresas para contratar a termo. Nós no caso do Estagiar L temos um problema bem evidente, acerca da precariedade, que é: nós ao abrigo do Estagiar L podemos ter estagiários a auferir de uma bolsa de 720€ mensais, certo? À qual acresce subsídio de alimentação, certo? Ora, este mesmo estagiário ou estagiária se tiver a sorte de vir a ter um contrato com a empresa na qual estagiou ...

Deputado Francisco César (PS): Não é sorte! É a melhor parte!

O Orador: ... poderá auferir unicamente de 700€ mensais, ou seja, está a perder. E porque é que eu me referi a 700€ mensais? Porque esse é o valor mínimo...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mínimo!...

O Orador: ... que garante a essa empresa, mesmo assim, ao abrigo do programa de incentivos à inserção de estagiários, ou seja, mais um incentivo, não para contratar sem termo, mas para contratar a termo. E vai receber para estabelecer um contrato a termo com estes estagiários um incentivo que ronda os 5400€ anuais.

Portanto, não faz qualquer sentido quando é que finalmente este Governo Regional deixa cair aqueles que são incentivos que premeiam unicamente as

empresas que contratam a termo? Quando é que o Governo Regional, finalmente, toma essa opção?

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Há pouco numa intervenção do Deputado do PPM Paulo Estevão, deixou no ar quais são as medidas que o PCP tem apresentado para o combate à precariedade laboral na República ou na Região?

Ora muito bem, na República temos imensas propostas nesse orçamento para o combate à precariedade laboral, algumas aprovadas, outras rejeitadas.

Aprovadas temos várias, a contratualização da contagem integral do tempo de serviço na progressão de carreiras de corpo especial da administração pública, uma proposta do PCP na República que foi aprovada por uma maioria na República e que está consagrada a partir deste ano. É verdade, são poucas...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... Já termino, Sra. Presidente. São poucas as propostas apresentadas porque o PCP não tem maioria na Assembleia da República. Outras chumbadas, por exemplo, a abertura de concursos para preenchimento de vagas para agentes de cooperação, rejeitada pelo Partido Socialista e pelo PSD na Assembleia da República, mas não esquecendo aqui na Região também, o PCP tem dado e continua a dar o seu contributo, aliás, foi a primeira força política a apresentar aqui nesta casa, no dia 18 de abril de 2017, um decreto que era para criar um programa urgente ao combate à precariedade laboral em administração pública regional. Foi a primeira força política a apresentar aqui e apresentou em 15 de fevereiro de 2017, mas também não podemos esquecer que foi por intervenção também do PCP, aqui nos Açores, na Assembleia Regional

dos Açores, com o Governo Regional dos Açores que vão abrir a contratação de 200 assistentes operacionais na saúde e na educação, que vai existir a contratação de 160 educadores e professores.

Portanto, para demonstrar que o PCP está disponível, desde o princípio, a contribuir para que se combata a precariedade laboral, com medidas efetivas e claras, no continente e na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PCP esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou começar a minha intervenção por aquela frase habitual, que não estava para intervir, porque eu quando intervenho é porque quero mesmo intervir.

Queria dizer em primeiro lugar que o Partido Socialista não descobriu os precários este ano. Integrámos cerca de 1000 recibos verdes que estavam há 8, 9 e 10 anos na década de 96 até ao ano 2000.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: E portanto, nós não descobrimos os precários na atualidade. É bom que se saiba também, que a população ativa nos Açores passou de 88.900 pessoas que tinham emprego e que estavam a trabalhar para mais de 112.000 neste momento. Portanto, há aqui, felizmente, uma progressão importante na população de um modo geral. E mais...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... há outro dado fundamental, que tem a ver com a população empregada em termos de taxa de atividade feminina,

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem! Exatamente!

O Orador: ... que também subiu crescentemente. As mulheres açorianas deixaram de estar em casa no velho papel e passaram a ter outra dignidade, também através do trabalho e do fomento de trabalho, que foi feito à custa e com a lucidez das políticas dos Governos do Partido Socialista.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso é preciso recentrar esta questão. Mas a minha intervenção também ter a ver com outra coisa que foi dita aqui, e que é preciso de algum modo clarificar. Já houve em 1995, quando apareceu o rendimento mínimo garantido, cerca de 28.000 beneficiados e agora há 17.000. São muitos? São, mas já desceram. Não venha com os argumentos de que os critérios eram diferentes, porque a questão não está nisso, o que acontecia nesse tempo Sr. Deputado, é que eles estavam todos escondidos a passar fome por todos os lados dos Açores, em casa, como estavam as pessoas com deficiência, como estavam outros problemas sociais que nós trouxemos à luz do dia e respondemos com políticas eficazes!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas eu também vim a este debate por uma outra questão; efetivamente o Partido Socialista questionou o Conselho de Opinião da RTP sobre os seus trabalhadores e fê-lo, porque achou e acha, que de facto havia ali um problema por resolver. Nós só temos é uma postura clara, nesta questão em matéria política e matéria jurídica. É um problema jurídico que deve ser tratado na esfera jurídica, mas também é um problema político, que deve ser tratado em matéria política como um desrespeito que nós achamos que a RTP está fazendo a muitos trabalhadores, como de facto e eventualmente farão outras empresas, mas, neste caso concreto isso tem vindo à luz do dia e nós levantámos esse problema ao Conselho de Opinião, chamámos a uma comissão a Direção da

RTP dos Açores que também não respondeu cabalmente e, por isso, não teve uma boa atitude e uma boa postura para com os seus trabalhadores. Vimos também o Bloco de Esquerda entrar “nessa passada”, um pouco... “cheirou-nos” com algum ciúme de que nós estaríamos interessados num tipo de assunto, que provavelmente o Bloco de Esquerda acharia que seria a sua coutada. Mas não é essa parte que nos interessa, porque nós também consideramos que é vergonhosa a atitude da RTP com os seus trabalhadores, como é e como são outros casos, desde que haja utilização abusiva dessas figuras, que ao fim e ao cabo são necessárias, porque se foram quatro embora e se chamam outros para resolver os seus problemas, até parece que houve alguma vendeta no meio do processo, e nós não alinhamos, naturalmente, com essas questões. Mas queríamos reafirmar aqui, mais uma vez, que é este Governo que tem tido uma política séria e rigorosa para que as questões do emprego na Região tenham tido outro caminho e outro desenvolvimento.

E hoje, o trabalho não é para nós como no velho Marxismo, uma velha aspiração que distingue o homem dos animais, é algo mais complexo, é uma situação que nos parece que deve ser fundamentada em novos critérios do mundo atual, em termos das solicitações na área da tecnologia, das áreas emergentes das situações que de algum modo dignificam as pessoas porque as integram na sociedade, mas também lhes dão um cunho de utilidade e de produtividade.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: E é isto que o Governo Regional está a fazer com políticas ativas de emprego e é isso que nos honra e orgulha como socialistas que nós somos!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, em relação ao Sr. Deputado Paulo Mendes, vou só referir duas questões que eu considero essenciais.

O Sr. Deputado Paulo Mendes fez aqui um abordagem sobre o Estagiar que eu tenho que discordar profundamente. Acreditar que uma pessoa que sai, no âmbito da sua formação académica, e se consiga integrar no mercado de trabalho logo com contrato sem termo, das duas uma: ou é pura demagogia ou é não conhecer o mercado de trabalho. Se nós não criarmos mecanismos que apoiem a integração progressiva no mercado de trabalho de quem acaba a sua formação, a única consequência é essas pessoas nunca integrarem o mercado de trabalho. Querer que as pessoas integrem o mercado de trabalho, logo, com contrato sem termo é uma irreabilidade aqui, na Europa ou em qualquer parte do mundo civilizado e desenvolvido.

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): Muito bem!

O Orador: O processo de estágio é um processo progressivo de integração no mercado de trabalho e nós orgulhamo-nos dos nosso mecanismos de estágio que temos, que permite essa inserção e que adicionámos precisamente aquilo que era necessário fazer a seguir, que era passar da fase de estágio para a fase de contratação através do PIIE. Essa conjugação desses dois aspetos assegura a progressiva integração no mercado de trabalho. Com um aspeto essencial, que o Sr. sempre omitiu, estes programas de emprego que se refere, os programas de apoio às empresas tem sempre um pressuposto: apoia-se as empresas para aumentar o seu nível de emprego, nunca se apoia as empresas para substituir o seu nível de emprego ou para reduzir o seu nível de emprego.

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): Muito bem!

O Orador: Ou seja, todos os apoios direcionados às empresas visam apoiar as empresas a ter mais emprego e nunca para as empresas manterem ou reduzirem o seu nível de emprego.

E portanto, é esse o contributo positivo que é dado, e querer pensar num mundo, que seria ideal sem dúvida, que saído da sua formação, quer seja um universitário, quer da escola profissional, entrava logo no mercado de trabalho no contrato sem termo, permitam-me que é uma pura ilusão, aqui e em qualquer parte do mundo desenvolvido.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começava esta minha intervenção por referir que em relação a trabalho temporário e a empresas de trabalho temporário, o Bloco de Esquerda tem tido e teve, ao longo dos anos uma crítica fortíssima a esta realidade que existe a nível nacional, felizmente, não é comum nos Açores.

O Bloco de Esquerda durante esta legislatura fez várias propostas na Assembleia da República para mitigar, para atenuar e para limitar as empresas de trabalho temporário e a sua atuação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aumentaram!

O Orador: Essas propostas foram todas elas chumbadas pelo Partido Socialista, pelo PSD e pelo CDS. Aliás, como tem acontecido e como acontece sempre que se fala de legislação do trabalho, nesta legislatura como noutras, PS, PSD e CDS tem estado sempre de acordo na flexibilização das leis do trabalho e isso tem penalizado os trabalhadores a nível nacional e obviamente também na Região, e as empresas de trabalho temporário não são exceção.

Relativamente, queria também dizer que a nível nacional e também na Região, porque os efeitos, felizmente, alguns chegaram aqui, o PREVPAP já permitiu integrar 24.000 trabalhadores na administração pública e local. Alguns deles nos Açores, felizmente, embora tenham sido poucos porque esse trabalhadores nos Açores ao abrigo do PREVPAP foram integrados maioritariamente em algumas autarquias que decidiram e bem, em nosso entender, aplicar o PREVPAP.

Mas, dizia o Sr. Vice-Presidente na sua intervenção inicial, que grande parte dos trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais, como são conhecidos, estão efetivamente nas autarquias e também nas IPPS'S para além da administração local.

Bem, o nosso grupo parlamentar na Assembleia da República neste processo de acompanhamento deste programa de regularização de precários, tem feito um trabalho notável de acompanhamento do número de trabalhadores integrados e da atuação das diversas entidades, sejam autarquias, seja administração central, sejam empresas públicas. E questionamos todas as autarquias, no sentido de perceber quantos precários tinham ao seu serviço e se aplicaríamos o programa de regularização de precários e quantos obviamente seriam aplicados. As respostas infelizmente não chegaram de todas as autarquias, mas chegaram de algumas. E tendo em conta, aquilo que o Sr. Vice-Presidente disse, que grande parte dos trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais que podem ser integrados pelo PREVPAP, e eu recorde que a Câmara Municipal de Ponta Delgada integrou várias dezenas de trabalhadores, muitos deles ao abrigo de programas ocupacionais, não estamos a falar de nada que seja inédito. Por exemplo, a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores referiu nessa resposta que não tem nenhum trabalhador precário. Nenhum! Nem ao abrigo de programas ocupacionais, nem noutra via, nem noutro modo. A Câmara Municipal do Nordeste também não tem trabalhadores precários, nem ao abrigo de programas

ocupacionais, nem noutra qualquer modalidade. A Câmara Municipal da Povoação tinha 13, aplicou o PREVPAP e integrou, uma Câmara Municipal do Partido Socialista, que na Região acha que não deve aplicar o PREVPAP. A Câmara Municipal da Madalena também não tem trabalhadores precários.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Ora, é curioso que o Sr. Vice-Presidente diz que eles estão afinal, não na administração regional mas nas autarquias e as autarquias, pelos vistos, dizem que eles não existem. Não sei onde é que eles estão! Efetivamente é um mistério que temos que procurar resolver.

Deputado Manuel Pereira (PS): São “toupeiras”!

O Orador: Mas eles estão, como dizia o Sr. Vice-Presidente, também nas IPSS's. E estão nas IPSS'S porquê? Estão nas IPSS's porque o financiamento do Governo Regional às IPSS's não é suficiente e a moeda de troca é o Governo Regional dizer: “Precisam de funcionários? Aqui têm os programas ocupacionais, que é a vossa solução para conseguirem ter as portas abertas, terem os lares de idosos abertos, terem as creches abertas...” É aí que o Governo Regional dá aquilo que devia dar, através do financiamento que é necessário às IPSS's e às Misericórdias que cumprem funções, que não são funções complementares, que são funções que deviam ser...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ...tratadas e deviam ser realizadas pelo Governo Regional. Que são funções do Estado, são funções da Região!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem então agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

(*) **Deputada Graça Silva (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com um certo regozijo que hoje, o Partido Socialista vê que nesta Casa nós estamos praticamente em sintonia num importante objetivo que é exatamente o combate à precariedade e os baixos salários na Região.

Uns de uma maneira, outros de outra, mas para nós o essencial é exatamente este importante objetivo, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que é exatamente a que a cada posto de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho efetivo. Mas também que esse contrato de trabalho corresponda a trabalho melhor renumerado e mais qualificado.

No entanto, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dizer que, é com pena, mas também já tem sido habitual que verificamos que o PSD ficou de fora desta causa.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Aliás, o PSD aqui demonstrou, nomeadamente a Sra. Deputada Sabrina Furtado, demonstrou um profundo desconhecimento destas causas, quer em matéria de emprego, quer em matéria de precariedade.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): A senhora quando era do sindicato sabia mais!

Deputado Luís Maurício (PSD): A senhora ficava tão bem naquelas manifestações sindicais!

A Oradora: Até porque a Sra. Deputada mistura duas coisas, põe emprego versus rendimento social de inserção, Sra. Deputada, há pessoas na região, há pessoas no país, que apesar de estarem empregadas, por razões várias, nomeadamente na Região, por famílias predominantemente com os jovens, salários baixos, pessoas empregadas recebem RSI, e foi nesse sentido, Sra. Deputada, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

A Oradora: ... que o Governo Regional tem implementado medidas de aumentar o rendimento dos trabalhadores açorianos nomeadamente: a remuneração complementar, ainda este ano de 2019 com um aumento de 12%, como já foi aqui referido, mas é importante sempre lembrar também aos Srs. Deputados; o acréscimo regional ao salário mínimo praticado na Região, que é 30€ acima do salário mínimo nacional; o complemento ao abono de família, entre outras medidas que foram tomadas pelo Governo Regional no sentido, exatamente, de melhorar o rendimento disponível das famílias nos Açores.

Mas ia dizendo que o PSD em vez de contribuir para este objetivo, ...

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

A Oradora: ... em vez de contribuir para a solução, escondeu-se digamos, atrás do ataque pessoal, ...

Deputada Sabrina Furtado (*PSD*): Ataque pessoal?!

A Oradora: ... quer ao Governo Regional, quer aos deputados do Partido Socialista, mas escondeu exatamente a sua falta de ideias e de solução.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Isso não é um ataque pessoal

A Oradora: E bem exemplificativo dessa falta de ideias é exatamente a moção global do PSD apresentada no vosso último congresso. E se formos ver ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Onde já vai isso!

Deputado Luís Maurício (*PSD*): não leu a moção final, foi aprovada mais tarde!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... a palavra precariedade na vossa moção aparece zero vezes. O objetivo é o combate à precariedade, que a palavra precariedade aparece zero vezes.

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual foi o motor de busca? Foi o portal das nomeações?

A Oradora: Relativamente ao emprego, nomeadamente ao desemprego...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... jovem, também podemos verificar na vossa moção, as medidas que apresentam são: promoção do empreendedorismo jovem, já implementado pelo Governo Regional; maior fiscalização, já implementada pelo Governo Regional; programas de estágio, já implementados pelo Governo Regional; integração dos jovens.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: São exatamente chavões! E depois apresentaram uma medida, que já foi aqui amplamente discutida, nomeadamente o rejuvenescimento da administração local, da qual saiu o Programa Gerações, que mais não fez do que pôr gerações contra gerações, mais não fazia se tivesse sido passado por gerações contra gerações, e para além do próprio PSD ter chegado à conclusão que era inconstitucional, uma vez que não se pode discriminar ninguém pela idade, em concurso de trabalho.

Disse!

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa ainda tem inscrições, ficarão para a parte da tarde.

Eu vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Governo ainda dispõe de 9m e 5s;

O PS dispõe de 12m e 18s;

O PSD dispõe de 15m e 18s;

O CDS dispõe de 1m e 47s;

O BE já esgotou o seu tempo;

O PCP já esgotou o seu tempo;

O PPM dispõe ainda de 40s.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 15h00.

Eram 13 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Presidente: Vamos, então, dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sempre um problema ter uma intervenção, na sequência das intervenções realizadas antes da hora de almoço,...

Deputado Francisco César (PS): Cálculo!

O Orador: ... porque fica verdadeiramente descontextualizado aquilo que nós vamos dizer.

Mas recordando e sintetizando, muito rapidamente, quer o PCP, quer o Bloco diziam fundamentalmente que apresentaram muitas medidas em relação à precariedade e que, nesse âmbito, essas propostas foram chumbadas pelo mau da fita, que é o Partido Socialista.

Deputado Manuel Pereira (PS): Mau da fita?...

O Orador: Bem, eu devo dizer o seguinte: quando se faz o acordo parlamentar sinalizaram-se as matérias que nós consideramos importantes e nessas o PCP e

o Bloco de Esquerda tinham a absoluta garantia que o Partido Socialista iria viabilizar essas propostas.

Bom, se essas propostas sobre a precariedade foram chumbadas, isso quer dizer que elas não pertenciam ou elas não integraram o núcleo do acordo realizado com o Partido Socialista e portanto, isso mostra perfeitamente que não foi a prioridade do PCP e também não foi essa a prioridade do Bloco de Esquerda, o combate à precariedade, no âmbito do acordo a que chegou com o Partido Socialista.

Dito isto, que diz tudo em relação à prioridade que o PCP e o Bloco estabeleceram em relação ao combate da precariedade, que não foi muito grande, até porque os resultados são muitos negativos, a precariedade aumentou...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

Estava a dizer que os resultados são muito maus, exatamente quando o Bloco de Esquerda e o PCP têm mais influência a nível da governação nacional.

Eu quero aqui só, para terminar, dizer o seguinte: Sr. Vice-Presidente, lancei-lhe um desafio: a questão do combate à precariedade dos professores contratados. O que é que o senhor pensa fazer em relação a isto? Era muito importante para a região, do ponto de vista estratégico, que conseguíssemos que esses professores ficassem na região e, realmente, fixar este conjunto de professores contratados, e é muita gente que deve ficar na Região, para não termos falta de professores, nos próximos anos.

Depois, medidas concretas de combate à precariedade do turismo: o que é que se está a pensar fazer?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

Em relação aos terapeutas da fala, na ilha do Corvo, as nossas crianças estavam, há três anos, sinalizadas para terem uma consulta pelo terapeuta da fala e, durante estes três anos, essa consulta não se realizou.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Para informar quantos minutos o PCP tem para este debate, visto que houve ali algumas perguntas e o PCP tinha para dar a resposta ao Sr. Deputado do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, está a aprender!

O Orador: Gostava de saber quantos minutos o PCP dispõe para este debate.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PCP já tinha esgotado o seu tempo para este debate, por isso não lhe resta tempo para responder.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputado Sabrina Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas mais três pormenores, porque o Partido Social Democrata foi interpelado neste sentido, e dizer que quem prepara estes dados à Deputada Graça Silva enganou-se.

No Programa de Governo, há oito páginas dedicadas às medidas de emprego do PSD...

Vozes dos deputados da bancada do PS: Não são, não são!

A Oradora: ... e na Moção Global de Estratégia a palavra emprego é referida 16 vezes, em sete páginas.

(Burburinho)

A Oradora: Por isso, quem lhe prepara...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... estes números, viu mal.

Depois, dizer que, de facto, só quem é inseguro é que pode, alguma vez, pensar que algum deputado vem a esta Casa transformar qualquer debate que seja num ataque pessoal. Nada disto é pessoal, tudo isto é político...

Deputado Francisco César (PS): É, é!...

A Oradora: ... e eu esperava receber o mesmo tratamento que damos aos outros.

Nada disto é pessoal, nunca se tornará pessoal, mas eu entendo que a falta de argumento, muitas vezes, seja redutora a este nível.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Muito rapidamente para responder ao Sr. Deputado do PPM em relação às questões que colocou.

Em relação à matéria dos professores, como sabe, a contratação de pessoal docente está fora deste âmbito, portanto, todos estes números que foram aqui

levantados não têm a ver com pessoal docente, que tem uma metodologia própria, um timing próprio, que assenta, essencialmente, de acordo com a legislação, no período de transição entre anos letivos e, portanto, nessa altura, serão, como é feito todos os anos, anunciados os números de lugares que são abertos no âmbito dos quadros, bem como o plano de contratações na área de pessoal docente.

Agora, nós temos um compromisso, que assumimos e está inscrito no orçamento para 2019 de, nesta legislatura, professores e educadores de infância, no âmbito do nosso sistema educativo, contratar para o quadro mais, pelo menos, 160 professores. E uma das razões, como bem levantou em relação a uma matéria específica de uma ilha, uma das questões que tem a ver com a existência de contratos de trabalho a termo e nessa área, também tem muito a ver com aquilo que é o absentismo e aquilo que são situações de doença, que, por vezes, é prolongado e que exige uma substituição, essa substituição, do ponto de vista legal, tem que ser por contrato a termo, porque é uma substituição não definitiva, mas que também faz com que exista e que tenha que haver necessariamente, para substituir situações de ausências por motivos de doença, que tem um volume bastante considerável, esse recurso tem de ser permanentemente aos contratos a termo certo.

Em relação à matéria dos terapeutas da fala, o que eu anunciei aqui, que é uma das áreas onde nós vamos proceder a um grande reforço de terapeutas da fala e espero que esses concursos que vão agora ser abertos e que, essencialmente, se destinam a dotar com terapeutas da fala, em primeira prioridade, o nosso próprio sistema educativo, mas a verdade também é que, nessa matéria, por vezes, nós, o que sentimos de concursos que abrimos, ao longo dos últimos anos, foi, por vezes, esses concursos, em algumas ilhas, ficam desertos por falta de recursos humanos. Portanto, é uma matéria que nos ultrapassa, mas vamos continuar a insistir abrindo esses concursos nos termos que foram anunciados.

(A Deputada Graça Silva voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Julgo não haver mais inscrições.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo, por isso não poderá fazer o encerramento do debate.

Pergunto se o Sr. Vice-Presidente, no tempo que lhe resta, quer encerrar?

Não.

Sendo assim, vamos encerrar este nosso ponto da agenda e avançar com os nossos trabalhos.

Entramos, agora, no ponto 6 da agenda: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16...

Tem razão, Sr. Deputado Francisco César. Vamos, sim, entrar na apresentação das iniciativas legislativas entregues pelo Partido Socialista e que deu entrada na Assembleia um requerimento ao abrigo do artigo 81.º do Regimento para a sua apresentação e confere prioridade na agenda, também conforme está definido.

Portanto, serão apresentadas três iniciativas: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XI, que “Aprova o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública”, o Projeto de Resolução n.º 125/XI, que “Recomenda o estabelecimento de medidas com vista à redução do uso de embalagens e produtos em plástico na Região Autónoma dos Açores” e o Projeto de Resolução n.º 126/XI, que “Recomenda o estabelecimento de medidas para a redução da produção de resíduos de embalagens e a utilização eficiente da água nos serviços da Administração Pública Regional e na Assembleia Legislativa”.

Tem a palavra, para a apresentação destes diplomas, o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Ao longo dos últimos anos tem sido reiterada a qualidade ambiental da nossa Região, quer nesta Assembleia, quer nos meios de comunicação social, sendo do conhecimento geral da nossa população, quer seja através dos elogios de quem nos visita, quer pelos inúmeros prémios nacionais e internacionais de reconhecimento da nossa sustentabilidade ambiental.

A nossa elevada qualidade ambiental e a manutenção da sua sustentabilidade apresenta-se como fator determinante, essencial e estratégico, por um lado, para a garantia da nossa qualidade de vida dos Açorianos em todas as nossas nove ilhas, e, por outro lado, para a potenciação turística de toda a nossa região, onde o produto âncora é a natureza, é oferecer experiências na nossa natureza, sendo necessário salvaguardar e valorizar as especificidades de cada uma das nossas nove ilhas.

É com vista a dar mais um contributo para a manutenção, a proteção e a promoção de uma região “ainda mais amiga do ambiente”, que o Grupo Parlamentar do PS/Açores apresenta, nesta assembleia, um pacote legislativo na área da sustentabilidade, composto por três iniciativas, que pretendem ajudar a percorrer este percurso de mudança de comportamentos, que permita melhorar, ainda mais, os resultados ambientais que já temos atingido, com vista a manutenção e a melhoria dos nossos níveis de excelência.

Relembro ainda que, na última discussão do plano e orçamento para 2019, introduzimos o programa e-bus, que refletiu sobre as nossas preocupações relativamente à mobilidade elétrica no transporte coletivo.

Este percurso de mudança de comportamentos apresenta-se como essencial para a obtenção de melhores resultados. Para além da boa gestão dos resíduos, queremos melhorar comportamentos que permitam atingir melhores resultados, desde logo na base do problema.

Ou seja, mais do que implementar uma rede que permita a reciclagem dos resíduos, queremos contribuir para a mudança de comportamentos que façam reduzir o próprio consumo e utilização de certos tipos de resíduos, como o plástico, atuando, assim, na raiz do problema.

Também no consumo energético, para além de substituir as fontes de produção, também o que se pretende é melhorar comportamentos no consumo e aumentar a eficiência na própria utilização da energia.

Em ambos os casos, a administração pública tem a responsabilidade de liderar este percurso e ser exemplo na implementação de estratégias e medidas que levem à redução do consumo quer dos plásticos, quer da energia.

A nossa qualidade ambiental tem de continuar a ser uma aposta estratégica na Região Autónoma dos Açores, onde temos de continuar a adotar medidas que têm como objetivo primordial a sustentabilidade ambiental em todas as nossas ilhas do arquipélago, garantir o equilíbrio do nosso ecossistema,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: ... que faz, hoje, dos Açores uma das regiões ambientalmente mais valiosas do Mundo.

Deputado Francisco César (*PS*): É verdade, Sr. Deputado!

O Orador: À aposta na prevenção quantitativa e qualitativa dos resíduos produzidos na Região deve estar continuamente aliada uma diminuição do impacto ambiental dos produtos ao longo do seu ciclo de vida, em particular dos não-biodegradáveis.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: Indissociável do aumento da produção de resíduos é o contributo dado pelas embalagens plásticas, pelo que se impõem medidas vocacionadas para a redução da utilização deste produto, em especial as garrafas de plástico

que representam um verdadeiro flagelo no que respeita, especialmente à poluição marinha.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: É neste sentido que o PS Açores recomenda o estabelecimento de medidas com vista à redução do uso de embalagens e produtos em plástico na Região Autónoma dos Açores.

Neste âmbito, constatamos e saudamos a Resolução do Conselho do Governo que compromete a Administração Pública e fazemos o que nos compete: incidimos, primeiro, a nossa ação no primeiro órgão da autonomia, o Parlamento, por considerarmos que o exemplo deve provir sempre, inicialmente, de quem apregoa e legisla, e alargamos o nosso foco, com medidas dirigidas aos estabelecimentos de hotelaria, restauração, cafetaria e similares e à introdução do consumo de certos produtos compostos maioritariamente por plástico que provocam dano ambiental na nossa terra.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Tudo isto porque estudamos e percebemos a origem dos problemas que podem estar e podem pôr em causa a nossa sustentabilidade ambiental. Tudo isto porque pretendemos também dar um contributo no sentido de promover comportamentos que acrescentem valor à marca de qualidade ambiental que apresentamos na nossa economia.

Como exemplos da nossa ação e proposta temos: o interditar bebidas acondicionadas em embalagens de plástico; como proibir na restauração pratos, tigelas, copos, talheres, palhinhas e palhetas para mexer bebidas e alimentos que sejam de plástico; como proibir os cotonetes de plástico; como implementar medidas de reciclagem...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... compulsória para cápsulas de cafés, leites ou infusões, cujo componente estrutural principal seja em plástico ou metal.

É também com a preocupação ambiental, mas também fazendo da Administração Pública exemplo para os consumidores, que o Grupo Parlamentar do PS/Açores recomenda o estabelecimento de medidas para a redução da produção de resíduos de embalagens e a utilização eficiente da água nos serviços da Administração Pública Regional e na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Atendendo que o Relatório Anual da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores, sobre o Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano referente a 2016, indica que 99% da água de abastecimento público é monitorizada e de boa qualidade, correspondendo aos indicadores de controlo de qualidade da água utilizados a nível nacional e europeu, conclui-se que o recurso à água proveniente da rede de abastecimento público representa uma opção segura e extremamente vantajosa a nível ambiental.

A opção pelo consumo de água da rede pública em detrimento da água engarrafada pode, desse modo, representar uma redução significativa dos níveis de produção de resíduos plásticos, contribuindo de forma bastante clara para o objetivo último e principal da sustentabilidade ambiental.

A adoção de medidas, para a Administração Pública Regional, que espelhem esta opção, representa um exemplo para todos os açorianos no que respeita aos seus comportamentos ambientais.

Por último, a eficiência energética é essencial à prossecução dos objetivos e compromissos da Região Autónoma dos Açores para a descarbonização da economia, devendo o setor público desempenhar um papel exemplar na sua implementação, e otimizando a sua atuação, através do combate ao desperdício e ao uso ineficiente de recursos públicos.

A Administração Pública tem de dar o exemplo de pôr em prática, de cumprir a estratégia nacional para a eficiência energética, tem de alcançar melhores níveis de eficiência energética nos organismos e serviços da Administração Pública através da melhoria da eficiência energética nos seus edifícios e equipamentos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Assim, o Grupo Parlamentar do PS/Açores apresenta o Projeto de Decreto Legislativo Regional que define o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública – ECO.AP Açores, com vista à melhoria progressiva da eficiência energética nos serviços e organismos da Administração Pública Regional, cumprindo também um compromisso assumido nesta Assembleia.

O pacote legislativo que apresentamos na área da sustentabilidade ambiental não deve, nem pode, ser uma imposição de conceitos ideológicos ou de vontade particular, deve, sim, ser o repto para o diálogo com todas as forças partidárias, com os responsáveis sectoriais e com toda a sociedade civil no sentido de se promover a sustentabilidade ambiental e económica, de uma forma prática, eficiente e aceitável para todos os Açorianos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Fica aqui o compromisso do Grupo Parlamentar do PS Açores para explicar as suas opções, disponível para perceber outros pontos de vista, disponível para melhorar as suas opções, acima de tudo, disponível para servir melhor os Açores e os Açorianos.

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Abre-se, agora, um período especial para pedidos de esclarecimento.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver.

Os diplomas já foram admitidos e já foram também remetidos à comissão especializada permanente sobre as questões do ambiente e, agora, sim, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos ao ponto seis da Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XI – “3.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de dezembro, Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2009/A, de 6 de março, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 43/2012/A, de 9 de outubro”.**

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional que agora se apresenta visa a alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de dezembro, Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2009/A, de 6 de março, e pelo DLR n.º 43/2012/A, de 9 de outubro.

A presente iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD/Açores, que ocorre pela terceira vez neste Parlamento, corresponde na prática a uma tendência que se tem concretizado na generalidade dos Parlamentos visando o reforço dos meios técnicos e humanos afetos à atividade parlamentar.

Esse reforço, que se consubstancia na criação de uma Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) tal como acontece na Assembleia na República desde 2006, tem como finalidade assegurar o efetivo e cabal exercício das

competências dos grupos e representações parlamentares com a necessária e indispensável isenção.

Esta UTAO terá competências para a elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública, permitindo dotar os deputados e as comissões parlamentares de instrumentos de análise indispensáveis à boa discussão do orçamento das contas públicas e da análise do SPER.

A sua aprovação implicará o reforço do quadro de pessoal técnico superior em três unidades que ficarão afetos a esta unidade.

A esta unidade, que será coordenada e orientada pela comissão parlamentar especializada que detenha competência em matéria orçamental e financeira, competirá a elaboração de estudos e de documentos de trabalho técnico no âmbito das seguintes matérias:

- a) Análise técnica de propostas de decreto legislativo regional de Orçamento da Região Autónoma dos Açores;
- b) Avaliação técnica sobre a Conta da Região;
- c) Acompanhamento técnico da execução orçamental;
- d) Estudo técnico sobre o impacto orçamental das iniciativas legislativas;
- e) Avaliação e fiscalização das orientações e objetivos de gestão praticados por cada empresa do SPER;
- f) Outros trabalhos técnicos que lhe sejam determinados pela comissão especializada.

A UTAO terá um regulamento interno, aprovado pela Presidência da Assembleia Legislativa, mediante proposta da comissão especializada.

Esperamos que este Parlamento reconheça nesta iniciativa uma mais valia para o exercício das suas funções.

A exigência de maior transparência que a nossa sociedade exige passa também pela maior capacidade de quem faz a fiscalização da atividade governativa.

O apoio técnico aos deputados seguramente permitirá melhor capacidade para o exercício das suas funções, não só em matéria de fiscalização, mas ainda para a apresentação de iniciativas legislativas, cumprindo assim o desígnio deste Parlamento.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo: ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só Sr. Membro do Governo!

O Orador: E muito bem representado.

Esta não é a primeira vez que o PSD apresenta uma proposta exatamente com este teor.

Poderão dizer os Srs. Deputados do PSD que é teimosia, é uma insistência ou é obstinação, ou convicção.

Diremos nós que é persistir num erro. Persistir num erro, porque argumentam Vs. Exas. de que a Assembleia necessita de um órgão independente que tenha um conjunto de competências de análise, de legislação que possa estar aqui na comissão e de apoio técnico aos deputados, que possa garantir ao Parlamento uma melhor formação de opinião e de argumentação para os Srs. Deputados.

Como já foi dito no relatório da comissão, estas competências ao nível do corpo técnico da Assembleia já existem, já existiam então quando pela primeira vez

foi apresentado este documento pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, de quem tantas saudades temos da falta que faz nesta bancada ...

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: ... com a sua serenidade e competência, e como da segunda vez que apresentaram este corpo técnico também foi reforçado e hoje ainda mais. O corpo técnico de apoio parlamentar da Assembleia Legislativa (veja lá ao que chegou!) está mais preparado, está reforçado no sentido de apoiar as Sras. e os Srs. Deputados nas matérias que dizem respeito a questões sobretudo orçamentais e económicas.

Há três ou quatro matérias em que poderiam dizer os senhores que é necessário um apoio acrescentado.

Primeira questão: a questão de perceber o impacto orçamental de medidas que possam ser propostas por Vs. Exas., ou por qualquer um deputado, ou até pelo Governo aqui no Parlamento.

Fiquem a saber os Srs. Deputados, se é que já não sabem, que essa apreciação orçamental é feita e terá que ser feita necessariamente pelos serviços da Assembleia por causa do risco de violarem, por exemplo, a lei travão ao nível do orçamento da Região. Ou seja, qualquer despesa, ou qualquer proposta que possa acrescentar despesa ao orçamento da Região terá que ter uma análise por parte dos serviços da Assembleia para que não possam exatamente ter impacto orçamental no ano que corre.

Segundo ponto: temos duas matérias em que é necessária uma análise da parte dos serviços da Assembleia.

O primeiro está relacionado com a conta da Região; o segundo está relacionado com o orçamento da Região e tanto num caso, como no outro os procedimentos foram reforçados pela parte da Mesa da Assembleia.

Eu estou à vontade, porque já fui relator de comissão da Comissão de Economia, já fui Presidente da Comissão de Economia e eu sei das dificuldades que havia ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Sabe-se lá o que será mais!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Sabe-se lá! Serei deputado até ao final desta legislatura, certamente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Mas para além disso eu sei bem o trabalho que tinha um relator na altura para poder analisar, por exemplo, as contas do Setor Público Empresarial, para poder fazer uma análise concreta à execução da conta da Região e lembro-me que então nós solicitávamos aos serviços da Assembleia que nos dessem alguns apoios.

Hoje o nível de apoio ao relator da Comissão de Economia é muito maior do que era, por exemplo, quando eu fui relator.

Há um conjunto de quadros, há um conjunto de análises que são realizadas quer sobre o Setor Público Empresarial, quer sobre a conta da Região, que melhoram e acrescentam valor em relação aos documentos que são produzidos.

A mesma coisa acontece em relação ao orçamento da Região em que todas as propostas são necessariamente alvo de um apoio técnico pelos serviços da Assembleia.

Mas não obstante tudo isso que vos disse nós compreendemos que possa haver necessidade de haver um pouco mais de apoio técnico às Sras. e Srs. Deputados, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Poucochinho!

O Orador: ... porque eu não me lembro, mas não me lembro mesmo, de nenhum deputado, nenhum presidente de comissão se queixar de, por exemplo, ter pedido apoio aos serviços da Assembleia, por exemplo, em matéria

orçamental, ou matéria económica, quando já existe um corpo técnico preparado, e não tenha sido dada uma resposta adequada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é a mesma coisa!

O Orador: Portanto, aquilo que nós propomos, como já propusemos em tempos, é acrescentar valia ao corpo técnico da Assembleia, a criação de um assessor para a Sra. Presidente, alguém qualificado ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tacho!

O Orador: ... que fique dependente da comissão especializada em matéria orçamental e em matéria de economia que, tendo menos custos para a Assembleia do que uma Unidade Técnica Orçamental, possa exatamente providenciar o mesmo tipo de serviço que as Sras. e Srs. Deputados esperam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É isso que os senhores querem!

O Orador: O que é que nós associamos?

Racionalidade económica com qualidade do serviço prestado às Sras. e aos Srs. Deputados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Desde que os senhores queiram!

O Orador: Por isso, Srs. Deputados, em coerência com o que fizemos no passado evitaremos que os senhores persistam no mesmo erro ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e estamos disponíveis para melhorar a vossa proposta com uma proposta de alteração.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso chama-se um tratado do cinismo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A iniciativa hoje apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, que hoje discutimos, e que prevê a alteração da lei orgânica da Assembleia Legislativa no sentido de se criar uma Unidade Técnica de Apoio Orçamental é uma proposta, como já aqui foi referido, que já foi apresentada anteriormente e com a qual nós estamos plenamente de acordo por considerarmos que ela é obviamente válida.

É fundamental que o órgão a quem compete fiscalizar o Governo, ou seja, esta Assembleia tenha acesso a apoio técnico que lhe permita concretizar com muito mais acutilância, com mais profundidade essa competência, que é um garante do funcionamento da nossa democracia.

A fiscalização das contas públicas, de análise e execução orçamental são, como todos sabemos, matérias especialmente complexas e a sua importância é proporcional também a essa mesma complexidade.

O apoio que pode ser dado por uma Unidade Técnica de Apoio Orçamental com acesso aos recursos técnicos e humanos necessários são fundamentais para a fiscalização política do Parlamento, à atuação e à governação.

A Assembleia da República tem uma Unidade Técnica de Apoio Orçamental na sua orgânica ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Há 11 anos!

O Orador: ... e a sua importância, julgo eu, é reconhecida por todos os partidos da esquerda à direita e todos recorrem ao trabalho feito por essa Unidade Técnica de Apoio Orçamental.

Esta unidade tem várias competências e elabora relatórios regulares e relatórios que são feitos obviamente a pedido também da comissão especializada

permanente, análises de impacto orçamental, outros estudos e relatórios de execução orçamental ou, como já disse, relatórios também requeridos pelas comissões competentes por proposta dos grupos parlamentares.

O trabalho da UTAO, deixem-me que vos diga, não é substituível pelo trabalho dos grupos parlamentares que também têm que fazer o seu trabalho, obviamente, mas os seus relatórios têm uma diferença, ...

Deputado Francisco César (PS): Qual é?

O Orador: ... é que não servem apenas os deputados e deputadas da Assembleia. Eles servem porque são públicos, são publicados e servem para os cidadãos em geral, a comunicação social também ter informação que contribui para o debate político, para o esclarecimento e também a análise que os cidadãos da atuação de qualquer Governo.

A proposta que o PSD trouxe é uma proposta que dá a esta Unidade Técnica de Apoio Orçamental competências similares àquela que existe na Assembleia da República ...

Deputado Francisco César (PS): Mas nós não somos a Assembleia da República!

O Orador: ... e obviamente estamos de acordo com ela, no entanto, consideramos que ela também pode ser melhorada e ao contrário do Partido Socialista que quer uma “utaozinha” de uma pessoa só que será nomeada politicamente pela Presidente do Parlamento ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Boa descrição!

O Orador: ... e não ser constituída por funcionários do quadro da Assembleia, que nós achamos que assim é que deve ser, nós consideramos que ela deve ter também outras competências, uma competência que para nós é essencial também e que a Assembleia da República também faz no caso de contratos que são realizados por âmbito do estado central, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso não está aqui nas competências!

O Orador: ... que é exatamente os contratos de parcerias público privadas, a sua análise e acompanhamento.

Nos Açores existem dois contratos de parcerias público privadas e até hoje não há uma avaliação e um acompanhamento que seja público, escrutinável pelos deputados e deputadas desta Casa, mas também pelos cidadãos em geral e é por isso que nós apresentamos uma proposta de alteração para acrescentar esta competência, no sentido de também contribuir para o debate e contribuir para melhorar a proposta.

Obviamente, que concordamos com ela, iremos votar favoravelmente e lamentamos esta proposta de alteração do Partido Socialista que pretende criar uma “utaozinha” que na prática não servirá para nada.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado, Sr. Deputado! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Francisco César, o que eu vim descobrir aqui hoje.

Afinal parece que a Sra. Presidente e a Mesa têm aí para baixo ...

Deputado Francisco César (PS): Ah, não sabia?

O Orador: ... uma unidade altamente especializada de apoio aos deputados. Cá este grupo nunca demos por isso, nem nunca fomos beneficiários, talvez por deficiência nossa, mas nunca fomos beneficiários desse apoio aos grupos parlamentares que também existe aí para baixo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Por que é que não se lembraram disso na Assembleia da República?

O Orador: Mas tomaremos boa nota desse assunto e passaremos a ser usuários e a usufruir desse apoio que tanta falta nos faz, sobretudo aos grupos mais pequenos e às representações mais pequenas. Ficamos a saber então que a

Assembleia tem capacidade de resposta, os serviços técnicos da Assembleia têm capacidade de resposta para os grupos. Começaremos já amanhã a usufruir desses serviços.

De resto, quanto ao mais, julgo que esta é uma boa proposta do PSD, insiste e persiste. Portanto, julgo que não é persistir no erro, é persistir na transparência, é persistir no rigor, é dignificar um Parlamento.

Deputados Luís Maurício e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: A UTAO, de facto, deveria ser um serviço independente que pudesse produzir até informações para fora, tal e qual a Assembleia da República, informações para fora, mas o que se trata aqui é que o Partido Socialista nos Açores segue a linha Costa, é um pouquinho, vai pelo pouquinho. Ao invés de criar uma UTAO vai criar o TAO, é o TAO. É o que o Partido Socialista quer criar.

Deputado Francisco César (PS): Sim! E é mau?

O Orador: Portanto, eu julgo que não é necessário e julgo que, ao fim e ao cabo, o Partido Socialista está a reconhecer que aquela proposta é válida, mas um chega. Um chega!

Deputado Francisco César (PS): Mais os que existem!

O Orador: Portanto, assim está bom.

Não está, Sr. Deputado!

Era bom a Unidade Técnica de Acompanhamento Orçamental independente, que fizesse análises, que produzisse trabalho por modo próprio, que não fosse por encomenda e que efetivamente constituísse um corpo técnico independente da Assembleia.

Os senhores não querem, lamenta-se que não o queira, porque um também não vem resolver o assunto, porque efetivamente se já existe até entram em contradição.

Deputado Francisco César (PS): Reforça-se!

O Orador: Se já existe este corpo técnico aí em baixo então não precisamos de mais um. Ou temos uma unidade digna desse nome, ou então não precisamos de reforçar com mais um, um TAO, um Técnico de Apoio Orçamental realmente não vem resolver o problema.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Passados que já foram três anos voltamos hoje aqui a discutir a formação da Unidade de Apoio Orçamental.

Tal como dissemos anteriormente, a Representação Parlamentar do PCP considera esta proposta positiva, que pode, sendo aprovada, contribuir para melhorar o trabalho parlamentar, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... particularmente dos grupos e representações parlamentares que estão na oposição.

Não é segredo para ninguém as grandes dificuldades que as representações e os grupos da oposição sentem para competir com ferramentas parlamentares e informação privilegiada do Partido Socialista, enquanto partido do Governo, dispõe.

Esta proposta da criação da UTAO, agora recuperada pelo PSD, vem colmatar uma lacuna muito importante na orgânica do nosso Parlamento.

As dificuldades de acompanhamento das questões financeiras e orçamentais são de facto evidentes, mas não nos vamos equivocar ou julgar que a mesma será a panaceia para todas as dificuldades, uma vez que esta proposta não pretende o reforço dos gabinetes, mas somente a criação da unidade técnica.

Para a Representação Parlamentar do PCP a criação da unidade técnica é importante para apoiar o trabalho parlamentar dos grupos e das representações, até porque a capacidade quer financeira, quer a nível de recursos humanos do trabalho dos grupos e representações parlamentares não é a melhor e não sendo possível repor a capacidade anterior aos grupos e representações parlamentares julgamos que a unidade técnica será um importante contributo para melhorar o trabalho.

Novamente afirmamos que um grupo parlamentar sente essa necessidade, o que fará a representação parlamentar que apenas dispõe com o apoio direto de um secretário e de um auxiliar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, a Representação Parlamentar do PCP considera que esta iniciativa apesar de ser uma repetição é muito necessário, pelo que concorda com esta proposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu espanta-me um pouco o rumo que esta discussão acaba por ter, porque nós temos que decidir concretamente o que é que queremos. Os senhores podem utilizar dois argumentos. Podem apresentar um argumento que eu posso aceitar, obviamente são legítimos, mas que me parecem poder fazer sentido dentro do raciocínio que apresentam.

Um é de que a Assembleia necessita de um corpo técnico mais capacitado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Específico!

O Orador: ... este para que o plenário, as comissões, possam ter um conjunto de elementos adicionais. Eu percebo isso, mas podemos já refletir concretamente sobre a melhor forma de o fazer.

Há um segundo argumento que me parece este não ser minimamente aceitável nem válido, é de que os grupos parlamentares acham que têm poucos assessores e querem que o corpo técnico da Assembleia seja assessor dos grupos parlamentares. Não é isso de que se trata.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi o que o senhor disse!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas o senhor é que disse isso!

O Orador: O senhor sabe que acabei de ouvir uma intervenção que o que refletiu foi que ...

Oh Srs. Deputados, se me deixarem falar talvez queiram perceber.

O que foi dito aqui é que nós precisamos é de mais assessores para o nosso grupo parlamentar para podermos fazer o trabalho.

Não é disto que se trata aqui. O que se trata aqui é de nós termos uma unidade técnica, independente, que possa dar elementos técnicos sobre elementos que estão no Parlamento, nomeadamente Conta da Região, Orçamento da Região, acompanhamento técnico de execução orçamental, estudo técnico de impacto orçamental e financeiro de iniciativas legislativas.

Bom, Sras. e Srs. Deputados, eu lamento dizer-vos, mas já existe um corpo técnico na Assembleia independente composto por funcionários públicos. Ou o corpo técnico da Assembleia, composto por funcionários públicos, não é independente? O corpo técnico de funcionários públicos composto por serviços de apoio administrativo, apoio jurídico e apoio também técnico na área económica, não é independente? Os senhores estão a sugerir que há funcionários públicos neste Assembleia que não são independentes na sua análise?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cumprem exatamente aquele que é o Estatuto Disciplinar!

O Orador: Eu parece-me que não é esse o caminho que nós devemos entrar!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso vai fazer ricochete!

O Orador: O argumento do Partido Socialista é muito claro sobre esta matéria. Já existe um corpo técnico na Assembleia. Aquilo que nós devemos contribuir é para o capacitar ainda mais com mais um elemento especificamente adstrito exatamente a estas funções que acabei por referir.

Segundo ponto que me parece que serve como base os argumentos de Vossas Excelências, e que não me parece correto. É que se no Continente existe uma UTAO e funciona bem, nós nos Açores, na Assembleia Legislativa, também devemos aplicar o mesmo princípio.

Bom, Sras. e Srs. Deputados, as competências e as necessidades da Assembleia da República são muito diferentes das competências e das necessidades da Assembleia Legislativa. Totalmente diferentes!

A complexidade, por exemplo, da análise de execução orçamental é substancialmente diferente, a começar pela estabilidade da receita, que é totalmente diferente em relação à do Continente. A forma como é analisado o orçamento de estado e a complexidade do orçamento de estado é muito maior do que aquela que existe ao nível do orçamento da Região.

E, portanto, os senhores acharem que pelo facto de a Assembleia da República ter um determinado corpo de unidade técnica orçamental, nós aqui devemos reproduzi-la exatamente da mesma forma, com custos semelhantes e com as mesmas competências, quando hoje já temos um corpo técnico capacitado, que poderá ser ainda mais reforçado com a proposta do Partido Socialista, e com isso não cumpre os objetivos de Vossas Excelências, parece-me um argumento perfeitamente absurdo, permitam-me que vos diga.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, não vale, parece-me, querer transparecer que estão muito a favor da transparência e que o Partido Socialista não tem essa vontade ao rejeitar a vossa proposta apenas porque os senhores querem imitar rigorosamente aquilo que se faz na Assembleia da República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só as coisas boas!

O Orador: Nós estamos a dar uma solução alternativa, mais barata e, a meu ver, muito mais eficiente.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor disse, desdisse e voltou a dizer!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Volume n.º 2 do tratado do cinismo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, esta questão é uma questão de grande simplicidade, mas também de grande importância. Tem a ver com o facto de dotar a nossa Assembleia Legislativa e os diversos grupos parlamentares de mais capacidade para poderem produzir, analisar a legislação e analisar o impacto das medidas que estão a promover e também ter uma análise mais complexa das questões orçamentais.

Diz o Sr. Deputado Francisco César: “Bom, mas isso é uma coisa que a Assembleia da República promoveu, que está a fazer no âmbito da Assembleia da República e não quer dizer que se faça aqui nos Açores”.

Bom, mas não é só na Assembleia da República. Se fizer uma análise aos diferentes parlamentos que funcionam na Europa, verifica que a regra é a existência destes gabinetes especializados. Além do conhecimento e da existência destes gabinetes especializados nos vários parlamentos, há uma coisa

que é fundamental, que é garantir que funciona de uma forma independente em relação a quem está a exercer o poder. Agora o PS, futuramente poderá ser qualquer outra força partidária.

Mas essa independência não se garante com a vossa proposta, Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Nós acrescentamos!

O Orador: Então, o senhor diz que na vossa proposta de alteração o assessor referido no número anterior é livremente nomeado, e sublinhe-se, exonerado pelo Presidente da Assembleia Legislativa.

Ora, isto não lhe garante, obviamente, nenhuma independência porque o Presidente da Assembleia pertence ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista... pertence ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista ou não pertence? O Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores? A Presidente, neste caso.

Deputado Francisco César (PS): Então está a pôr em causa a independência da Sra. Presidente!

O Orador: Eu só lhe estou a dizer é que neste caso, como noutros casos, a partir do momento em que o assessor é livremente nomeado e, sublinhe-se, exonerado pelo Presidente da Assembleia que integra um... agora neste caso é do Partido Socialista, como integrará no futuro outro partido, a menos que os senhores governem eternamente a Região, algo que não irá suceder quase de certeza absoluta, essa independência e essa autonomia, obviamente, não se verifica com estas condições! Porque é evidente que os funcionários nomeados de forma política por parte do Presidente da Assembleia, não terão essa independência. Nomeados livremente e, sublinho, exonerados! E exonerados livremente também pelo Presidente da Assembleia Legislativa!

Portanto, a vossa proposta é uma proposta que não garante a autonomia.

Ora, ao longo destes anos o funcionamento de uma unidade técnica de apoio orçamental na Assembleia da República, a mais valia que é reconhecida por todas as forças políticas, inclusivamente pelo Partido Socialista quando foi oposição, foi exatamente a sua independência. Têm que existir, mas têm que existir com uma grande credibilidade do ponto de vista técnico porque são questões complexas. Portanto, é preciso garantir que têm credibilidade do ponto de vista técnico e é preciso garantir que têm autonomia política, e na Assembleia da República realmente têm! E tem provocado problemas quer aos Governos do PSD, quer também aos Governos do Partido Socialista. Bom, mas isso é uma mais-valia, na minha perspetiva, para o funcionamento do sistema democrático.

Ora, o que os senhores estão a propor é exatamente o contrário. Ou seja, nem lhe garantem a preparação e o prestígio técnico (é fundamental), nem garantem a sua autonomia política. Por isso, na minha perspetiva, a proposta do PSD, tal como está, é uma boa proposta para o funcionamento do sistema parlamentar, com a independência de os senhores serem agora maioria, mas no futuro existir uma maioria de natureza diferente.

O que se pretende é aperfeiçoar o nosso sistema democrático, o que se pretende é aperfeiçoar o nosso sistema parlamentar, e uma unidade de apoio com esse prestígio técnico, essa capacidade e essa autonomia é uma mais-valia para este Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, da nossa parte, do Grupo Parlamentar do CDS, não temos nenhuma crítica a fazer aos funcionários públicos desta Assembleia,

e quero aqui reconhecer o trabalho dos juristas e do economista de apoio às comissões, que realmente, ao que parece, é um bom apoio, e nós não temos nenhuma dúvida sobre isso. E, portanto, temos que aqui reconhecer esse trabalho.

Mas, é natural, que quando temos uma dúvida, ainda há um bocado eu dizia à Sra. Presidente, um dia destes tive uma dúvida, telefonei à Dra. Vera Lacerda e tirei a dúvida porque precisei. Se calhar se telefonar ao Dr. Ricardo ou ao Dr. Roberto Daniel eles também me tiram a dúvida...

Deputado Francisco César (PS): E são isentos!

O Orador: ... e são isentos.

Isso é uma coisa. A outra coisa é produzirem trabalho, é produzirem relatórios para a Assembleia e para uso dos deputados. É uma coisa completamente diferente, como já foi aqui dito.

E, portanto, eu julgo que a função deles é dar apoio às comissões (e fazem-no bem!), tirar uma dúvida a um ou outro grupo parlamentar, ou a um ou outro deputado, e fazem-no bem (e julgo com isenção); outra coisa é de modo próprio produzirem relatórios e análises sobre a evolução económica, sobre a evolução do SPER, sobre a Conta da Região, sobre todas essas situações, tal qual faz a UTAO na Assembleia da República, e publica os seus relatórios com a periodicidade que entende e quando deve publicar.

E, portanto, uma coisa é uma unidade técnica de acompanhamento orçamental (a UTAO), e sim, com independência...

Deputado Francisco César (PS): Mas por que é que o senhor diz que uns são independentes e os outros não são?

O Orador: Ouça. Com independência para produzir relatórios, porque os outros técnicos são independentes na sua função...

Deputado Francisco César (PS): É nomeado pelo Presidente da Assembleia, a UTAO!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Volume três do tratado do cinismo.

Deputado Francisco César (PS): Se tens alguma coisa a dizer pede a palavra!

O Orador: Oh senhor, os técnicos, já foi aqui explicado, eles produzem sobretudo trabalho de apoio à Comissão. Não produzem relatórios de modo próprio, de iniciativa própria sobre as questões que às vezes é necessário analisar. E eu já elogiei e já realcei o trabalho importante desses técnicos.

Deputado André Bradford (PS): Não parece!

O Orador: Não queira desviar a conversa para outro sítio porque não vai conseguir.

Que os senhores não queiram uma unidade técnica de acompanhamento, é porque vos incomoda nalguma coisa. Deve incomodar. Se querem reforçar apenas o Gabinete da Sra. Presidente, pronto, é uma opção. Se calhar também precisa de um reforço nessa área, não temos nada a opor, mas isso é um reforço no gabinete da Presidente, que é diferente de uma unidade técnica de acompanhamento orçamental. O nome diz tudo. As competências dizem tudo, e as funções dizem tudo. São completamente diferentes da função de um assessor jurídico, de um assessor económico que, sobretudo, fazem trabalho para as comissões.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E só gostaria de fazer uma breve alusão, e se calhar uma retrospectiva história e simultaneamente dar uma achega a este debate na decorrência daquela que foi uma referência feita pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo à falta de apoio que os grupos parlamentares de pequena dimensão e as representações parlamentares possuem neste momento, e que tem a ver com as nomeações pela

própria iniciativa dos grupos e representações parlamentares que fazem consoante aquilo que está estabelecido na lei orgânica desta Casa.

E de seguida, o Sr. Deputado Francisco César disse que há coisas que não podem ser confundidas e que não se pode confundir aquele que é o apoio parlamentar no âmbito daquelas que são as nomeações que cada grupo parlamentar faz para o seu próprio gabinete de apoio, e aqueles que são os departamentos jurídico e económico aqui desta Assembleia. São, portanto, dois serviços que não podem ser confundidos.

É curioso porque precisamente há 10 anos nesta Casa discutia-se uma proposta do Partido Socialista, por curiosidade foi a primeira proposta que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez naquela legislatura, e devo recordar que foi a primeira legislatura em que na decorrência daquelas que foram as eleições que já contemplavam o círculo regional de compensação e que permitiram a entrada de mais grupos e representações parlamentares, e é exatamente quando entra não só o Bloco de Esquerda, como o PCP e o PPM, e o Grupo Parlamentar do CDS aumenta a sua representação parlamentar, é exatamente na esteira desses resultados eleitorais e da nova configuração desta Casa que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz uma proposta de alteração à lei orgânica desta Casa e que contempla, essencialmente, a redução daqueles que eram os apoios concedidos até à altura aos vários grupos e representações parlamentares, e uma proposta de alteração que reduziu, e muito, aquele que era o apoio parlamentar concedido até então.

Recordo, que à época, um dos principais argumentos aduzidos pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista para justificar aquela que foi uma redução substancial no apoio parlamentar aos grupos e representações parlamentares, foi que apesar dessa redução, os grupos e representações parlamentares desta Casa poderiam sempre socorrer-se do apoio técnico concedido por esta Casa.

Deputado Francisco César (PS): Nós usamos!

O Orador: E, portanto, nesta altura, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não havia problema nenhum confundir entre aquele que era o apoio parlamentar de nomeação de cada grupo e representação parlamentar e o departamento jurídico e o económico desta Casa.

Deputado Francisco César (PS): Querem mais assessores, é isso?

O Orador: E, portanto, convém clarificar aqui um dos argumentos que foi utilizado precisamente há 10 anos nesta Casa e que 10 anos depois o Partido Socialista contraria essa mesma argumentação.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Já percebemos o que é que o senhor quer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já muito do que foi exposto pelos vários deputados que intervieram relativamente àquilo que deve ser a unidade e as suas vantagens, ainda assim gostaria de acrescentar uma coisa.

Primeiro lugar, o que se passa a nível nacional na Assembleia da República. É evidente que ninguém propõe que uma unidade na Assembleia Regional dos Açores tenha exatamente o mesmo corpo técnico daquele que tem na Assembleia da República.

Deputado Francisco César (PS): É quase igual!

O Orador: Eu recordo que na Assembleia da República, neste momento, ou até há poucos meses haviam seis técnicos e havia uma proposta de reforço desse quadro técnico exatamente por ter sido reconhecido por todos os partidos o interesse e as vantagens dessa unidade. E essa unidade não é só pelo trabalho que produz, é também pela independência e credibilidade com que produz, porque uma coisa é uma iniciativa de um grupo parlamentar apresentada em

que, por exemplo, o seu impacto orçamental foi conferido por esse gabinete técnico, ou por essa unidade. Se for conferido e com essa proposta, tem outra qualidade e evita alguma discussão desnecessária.

Mas posso só recordar aqui aquilo que são as áreas em que a unidade técnica a nível da Assembleia da República tem trabalhado. Tem a conta geral do estado, tem matéria sobre dívida, endividamento e investimento, tem uma nota mensal sobre dívida pública, tem análises de impacto orçamental que já se falou aqui. Por exemplo, nos últimos anos fez-se estudos sobre um conjunto de iniciativas significativas, tem execução orçamental da contabilidade nacional, da contabilidade pública, parecer sobre o orçamento de estado, parcerias público-privadas...

Deputado Francisco César (PS): O orçamento de estado? A sério?

O Orador: Aliás, nós vimos com agrado a proposta do Bloco de Esquerda acrescentando ao diploma especificamente essa matéria das parcerias público-privadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tem o programa de assistência económico-financeira, tem o programa de estabilidade e crescimento. Só dessa legislatura, tem aqui requerimentos do CDS: “Elaboração e análise e respetivo parecer sobre o esboço do orçamento de estado”. Tem requerimentos do PSD, por exemplo: “Elaboração de estudo do impacto orçamental de um conjunto de projetos de lei. Tem do Partido Socialista, também impacto orçamental sobre um conjunto de iniciativas. Tem aqui um do PSD de 2016, curiosamente: “Elaboração de estudo sobre a evolução da receita fiscal resultante do ISP”. Requerimento do PCP: “Elaboração de estudo sobre condições de empréstimo do estado”.

Portanto, há aqui uma matéria muito vasta em que muitas delas teriam necessariamente interesse aqui na Região.

Mas há uma questão de fundo que é importante, e sem entrar aqui em muitas teorias, é que o que se passa em termos de literatura internacional sobre essa matéria é que os países desenvolvidos, democracias consolidadas, há uma preocupação dos respetivos parlamentos de terem unidades técnicas bem apetrechadas.

Deputado André Bradford (PS): Não queira comparar com isso!

O Orador: É uma preocupação e está consolidada, há aqui consenso.

E o que se passa é que países com democracias mais recentes que estão em desenvolvimento, têm sido alertadas por outros parlamentos no sentido de ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor quer dizer alguma coisa sobre os Açores?!

O Orador: ... desenvolverem essas unidades que são essenciais para o bom exercício da fiscalização e da iniciativa legislativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, isto é o que se passa a nível mundial, ...

Deputado André Bradford (PS): Países em via de desenvolvimento!

O Orador: ... e aqui o que nós propomos é exatamente que este Parlamento tenha um reforço nessa matéria.

Mas a título de exemplo, e acho curioso, tem aqui uma publicação do Parlamento de Timor, que é uma democracia recente, em que 2015 realizaram um seminário exatamente para desenvolver e intensificar aquilo que era a necessidade de uma unidade técnica de apoio orçamental.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, o que se passa em todo o mundo é isso. Não vale a pena fugir.

Agora, relativamente à independência dos técnicos, estou de acordo com o que disse o Deputado Artur Lima que qualquer funcionário recrutado por concurso para esta Assembleia e que preste apoio, para nós merece toda a consideração e

toda a independência, até porque quem pede informações a esses técnicos também tem capacidade crítica, e se algum técnico, de uma forma leviana ou por incompetência ou por má fé tivesse a produzir informação, nós também temos capacidade crítica para detetar isso, e esses funcionários estão sujeitos também a disciplina e a penas disciplinares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

Deputado Francisco César (PS): Vocês não leram a vossa proposta!

O Orador: E, portanto, qualquer funcionário que seja recrutado merece-nos toda a confiança. Outra coisa é alguém que é escolhido e que tem um mandato temporário que depende da vontade aleatória da Presidente, não é por ser a Sra. Presidente, qualquer Presidente. E, portanto, aqui é uma diferença substancial.

Relativamente àquilo que disse o Deputado Francisco César, há aqui, parece-me, alguma contradição. Nesta discussão, em 2015, quem fez o papel que fez agora o Deputado Francisco César foi a Deputada Benilde Oliveira, e ela diz exatamente o seguinte: “O Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda com os objetivos da iniciativa que agora temos oportunidade de debater porque nos revemos no essencial, isto é, na necessidade de apetrechar a Assembleia Legislativa de técnicos qualificados em todas as áreas, objeto de discussão seja em plenário ou em comissão”, e continua.

Deputado Francisco César (PS): O que é que eu acabei de dizer?

O Orador: E a pergunta, se calhar faria à Sra. Presidente, é: desde 2015, quantos técnicos foram admitidos para que o Partido Socialista entenda agora que basta um na dependência da Sra. Presidente para exercer essas funções?

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: E, portanto, essa questão é relevante.

Quanto àquilo que é a proposta do Partido Socialista, queria chamar à atenção do Sr. Deputado. O n.º 1 do artigo 10.º A da alteração o que diz é que esse técnico não fica dependente da comissão, fica exclusivamente dependente da

Presidente ou do Presidente. É o que está aqui no texto, só para corrigir que acho que é importante.

E, portanto, estas são as matérias essenciais, e a questão que eu coloco aqui, e já vamos depois (se for caso disso) falar novamente da independência de quem viesse a ser escolhido, a questão é esta: em 2015 (e eu não recuo a 2011) o Partido Socialista, perante a apresentação de uma proposta idêntica, fez exatamente a apresentação da mesma proposta que hoje faz.

Deputado Francisco César (PS): Sim!

O Orador: Se o Partido Socialista tivesse de boa-fé, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... tendo o PSD retirado a sua proposta em 2015, teriam todas as oportunidades... tiveram três anos para apresentar de uma forma autónoma aquilo que apresentaram em sede ...

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Ora aí está!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: Isso mostra absolutamente má-fé. Ou seja, por um lado apresentam a iniciativa no sentido de que concordam com ela, mas depois boicotam, e foi aquilo que fizeram.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E, portanto, se tivessem de boa-fé, tinham apresentado até em termos regimentais possivelmente no própria dia. E não o fizeram porquê? Porque quiseram apenas que o PSD retirasse a sua proposta, como já tinha feito em 2011, para que mantivessem a Assembleia tal qual como existe neste momento, com pouco apoio parlamentar para aquilo que são as exigências de uma unidade técnico-orçamental.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho alguma dificuldade em perceber alguma da argumentação que foi feita por Vossa Excelência, e o primeiro argumento que colocam tem a ver com o seguinte: existe neste momento uma estrutura de apoio parlamentar, com um corpo técnico. Essa estrutura não é suficiente. Eles são independentes porque não põe em causa a independência desta estrutura de apoio parlamentar existente porque estão na dependência da Presidente da Assembleia, mas apesar de serem independentes, nós queremos criar uma unidade de apoio orçamental, esta sim independente.

Bom, e eu tive o cuidado de ir ver a proposta feita pelo PSD e tive o cuidado de ir ver como é que funciona a unidade técnica de apoio orçamental (a UTAO) na Assembleia da República. E aquilo que percebi é que a forma de recrutamento para essas duas unidades é exatamente semelhante àquela forma de recrutamento que existe para a atual unidade de apoio parlamentar da Assembleia Legislativa.

Ou seja, aquilo que os senhores estão a propor é a criação de um mesmo corpo de apoio parlamentar, com um nome diferente, com a mesma forma de recrutamento, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Já me perdi!

O Orador: ... mas que a atual é independente, e os senhores acham que a nova que vão criar em termos semelhantes é ainda mais independente, sendo o recrutamento feito exatamente da mesma forma.

Eu vou simplificar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Convinha!

O Orador: Os senhores estão a propor duplicar uma estrutura que já existe, nomeada exatamente da mesma forma, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não existe nada!

O Orador: ... composta por funcionários, porque aquilo que os senhores fazem é aumentar o quadro técnico da Assembleia!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os senhores também!

O Orador: É isso que os senhores fazem nesta matéria.

Além disso, eu fui ver a unidade técnica de apoio orçamental e fui ver do que é que dependiam. Seria a unidade técnica de apoio orçamental da Assembleia da República uma unidade que dependesse, sei lá, de uma entidade totalmente independente? Não! Dependem do Presidente da Assembleia da República que é quem aprova a orgânica exatamente e o regulamento destes serviços, e trabalham para uma comissão parlamentar tendo um Presidente eleito pela maioria dos votos de uma única força partidária.

Então, os senhores reconhecem a essa unidade independência quando ela está dependente do Presidente da Assembleia da República, reconhecem a esta unidade independência quando ela está dependente de um Presidente de Comissão eleito por uma maioria parlamentar, mas em relação aos Açores, a um corpo técnico já existente, composto por funcionários públicos de carreira, em que nós acrescentamos um único assessor à Sra. Presidente para apoiar esta Comissão, aí já não há independência e o poder político está a pôr uma mão em cima de um corpo técnico!

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Oh Srs. Deputados, tenham coerência nesta matéria, tenham coerência! Porque se a vossa proposta garante independência, o que já existe, que é muito parecido, também garante!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não existe!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não existe nada! Isso é um equívoco!

O Orador: Segundo ponto. Os senhores não podem confundir as competências de uma Assembleia da República com umas competências de uma Assembleia Legislativa. Todos nós gostaríamos necessariamente de ter mais competências, mas nós temos as que temos, Sras. e Srs. Deputados, nós temos as que temos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): De apoio orçamental!

O Orador: A estrutura, quer da receita, quer da despesa na Região Autónoma dos Açores, é muito mais rígida do que no Continente. Muito mais rígida! Por uma razão muito simples: porque a nossa receita advém de ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Diga, diga!

O Orador: ... transferências fixas do orçamento de estado, de transferências fixas da Assembleia da República e de receitas próprias que muitas delas são calculadas em função da receita do ano anterior!

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, é muito mais fácil!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor fica enervado!

O Orador: Para além disso, a capacidade legislativa que temos é substancialmente inferior. Nós temos as competências que temos, gostaríamos todos de ter mais, é verdade, por isso é que estamos a trabalhar no âmbito da reforma da autonomia.

Agora, os senhores não queiram comparar o que é incomparável.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: O que os senhores estão a tentar fazer é o seguinte: no Continente funciona, em toda a Europa também há unidades técnicas (eu não sei se é em toda a Europa), mas depois quando nós comparamos alguma coisa, por exemplo, taxas de imposto em relação a outros países da Europa, aí já não interessa! Só vamos comparar com regiões totalmente diferentes!

Bom, Sras. e Srs. Deputados, nessa matéria nós devemos comparar o que é comparável e tendo em conta as nossas competências. O que nós propomos não é nada de extraordinário, não é nenhum cinismo. É razoabilidade e consenso!

Vozes de alguns deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: É isso que estamos a fazer! Não necessitamos de criar uma mega estrutura pesada, com custos para o contribuinte, quando podemos criar uma estrutura ágil que apoie exatamente aquilo que os serviços da Assembleia ...

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... trabalham, e muito bem, para as comissões. Eu pessoalmente tenho experiência disso do tempo em que fui relator e no tempo em que fui Presidente da Comissão de Economia.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou dar um exemplo prático:

Eu solicitei, no âmbito da Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais, por diversas vezes, o impacto que teria a recuperação do tempo de serviço dos docentes nos Açores. Perguntei reiteradamente.

Evidentemente quando o Parlamento estuda e analisa esse tipo de situações também deve conhecer o impacto orçamental.

O Governo Regional nunca forneceu essas informações.

Deputado André Bradford (PS): Não solicitou ao Governo.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não era possível!

O Orador: O Governo Regional nunca forneceu essa informação.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ó senhor, porque não era possível! Não nos solicitou!

O Orador: É evidente que o Sr. Deputado Francisco César aqui não está a dizer a verdade quando diz que neste momento os serviços da Assembleia têm técnicos especializados com a competência para perceber o impacto orçamental...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... das diversas medidas que aqui são propostas. Tanto não têm que nunca nenhum grupo parlamentar o tem solicitado, porque não tem essa competência.

E depois, nem tem neste momento os mecanismos, os técnicos especializados para conseguir estudar com independência e credibilidade o impacto orçamental das medidas que aqui são apresentadas. Isso, pura e simplesmente, Sr. Deputado Francisco César, não é verdade.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade o que o senhor está a dizer.

O Orador: E o que o senhor está a propor aqui, eu vou reler outra vez: está o senhor a falar com independência, a dizer que garante independência, de

alguém que é livremente nomeado e exonerado pelo Presidente da Assembleia Legislativa que é um Membro do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Isto não é verdade!

O Orador: O senhor está a brincar com a inteligência dos Deputados da oposição dos Açores, pelo amor de Deus, e com, evidentemente também...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Tenha calma!

O Orador: Não! Eu fico exaltado sempre que ofendem a minha inteligência e a dos açorianos. É evidente que fico chateado, fico aborrecido, porque o senhor quer dizer-me que um funcionário que é nomeado e exonerado pelo Presidente da Assembleia, é independente?

Oiça! Se esse funcionário fizesse o que já fez a UTAO ao nível da Assembleia da República, a dizer que os cálculos do Governo estão errados, sabe o que é que aconteceria? Esse funcionário, muito provavelmente, seria exonerado (seria exonerado!) se fizesse aquilo que já fizeram os técnicos independentes (realmente independentes) e qualificados no âmbito da Assembleia da República.

Por isso, o que o senhor está aqui a fazer é um exercício de manipulação. Os senhores sabem perfeitamente que não existe neste momento capacidade técnica para dar resposta a isto e o Sr. Deputado agora diz-nos: bom, mas nós no âmbito das nossas competências não somos iguais à Assembleia da República.

Mas o senhor não tem um orçamento? O senhor não tem um orçamento próprio?

Oiça uma coisa: nós não temos um orçamento próprio? A Região não tem um Orçamento próprio?

Deputado André Bradford (PS): Não se pode comparar!

O Orador: Quer comparar? Quer comparar o quê?

Deputado André Bradford (PS): A complexidade, a dimensão...

O Orador: É algo que é tremendamente complexo também. É algo que evidentemente tem uma complexidade. É evidente que estamos aqui a falar de valores diferentes. Agora não deixa de ser uma medida e não deixa de ser também do ponto de vista dos instrumentos que nós temos, do ponto de vista orçamental, instrumentos tremendamente complexos.

Agora o senhor vem diminuir aqui a capacidade deste Parlamento dos Açores e vem diminuir aqui a nossa capacidade de autonomia quando noutras circunstâncias o senhor diz que é muito grande, que se conseguiu muita coisa e agora vem aqui reduzir-nos à qualidade de uma junta de freguesia?

Até, pelas suas palavras, parece que nós temos menos competências do que uma Assembleia Municipal? Foi o que o senhor acabou de dizer pela descrição que fez dos factos.

Deputado António Parreira (PS): Menos!

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Pela descrição que o senhor fez dos factos, até parece que nós temos menos competência do que uma Assembleia Municipal. Foi o que o senhor acabou de dizer.

É evidente que o senhor sabe que está a manipular os factos e é evidente que o senhor sabe e tem perfeita consciência que uma unidade técnica com estas características seria uma mais-valia para a autonomia dos Açores, seria uma mais-valia para o pluralismo político nos Açores, seria uma mais-valia para a informação técnica qualificada em relação aos assuntos que aqui se debate.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo que para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uma interpelação. Vou até falar baixinho, porque não quero que ninguém se enerve. Este é um diálogo que esperemos que seja profícuo.

A pergunta que eu faço à Sra. Presidente é a seguinte: foi referido aqui pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão que tinha sido solicitada, salvo erro, à Comissão ou ao Secretário Regional, as contas sobre o impacto orçamental do descongelamento das carreiras.

Eu, para perceber bem, queria fazer-lhe a seguinte pergunta:

Foi feito esse pedido aos serviços técnicos da Assembleia, à Sra. Presidente, ou foi feito ao Sr. Secretário?

É porque se foi feito ao Sr. Secretário, a conversa do Sr. Deputado Paulo Estêvão não tem absolutamente nada a ver com o debate.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi feita aqui no plenário!

O Orador: Sr. Deputado, eu estou a falar baixinho, não quero...

Se foi feito à Sra. Presidente algum pedido de apoio técnico para perceber os custos desse descongelamento, aí eu terei obviamente que retirar aquilo que disse há pouco.

Era só para saber. Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não. À Presidente ou à Mesa da Assembleia foi requerido.

Deputado Francisco César (PS): Ah!...

Presidente: Sra. Deputado Paulo Estêvão para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, uma interpelação. Quero perguntar-lhe o seguinte:

Qual é a capacidade que tem neste momento os serviços da Assembleia para realizarem neste momento o trabalho que é feito pela Unidade Técnica de

Apoio Orçamental ao nível da Assembleia da República? Se tem neste momento a capacidade técnica para analisarem?

Eu faço-lhe chegar um conjunto de competências que tem a UTAO, E o conjunto de competências que aqui está descrito nesta iniciativa do PSD, que a Sra. Presidente conhece.

Neste momento, os serviços da Assembleia, faço-lhe esta pergunta, têm capacidade para responder à complexidade do que está previsto na proposta do PSD?

Deputado André Bradford (PS): Toda!

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Eu vou responder, mas já gostaria de deixar claro à câmara uma coisa: nós, na Comissão, e até porque faz parte das competências das Comissões fazer o enquadramento histórico, a análise orçamental das iniciativas legislativas, podemos entender que é um debate mais técnico.

No plenário, temos um debate político. Por favor, não me envolvam num debate político sobre iniciativas legislativas. Estou pedindo à câmara, porque como é natural não me compete a mim fazer este debate político, até porque fui chamada à Comissão para responder sobre esta matéria. Por isso, Sr. Deputado Paulo Estêvão vou responder-lhe tal como respondi na Comissão:

Os serviços da Assembleia neste momento têm capacidade técnica para responder a essas competências que fazem parte da UTAO.

Deputado Francisco César (PS): Da UTAO do PSD!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, estou eu agora a responder.

Neste momento, tal como respondi na Comissão, enquanto eu fui Presidente desta Casa, não foi feito nenhum pedido aos serviços da Assembleia, que eles não tivessem tido capacidade para responder.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: E também não foi feito por parte das Comissões nenhum pedido aos serviços técnicos da Assembleia que me permitissem a mim avaliar a necessidade de contratar mais técnicos. Isso foi necessário para a análise jurídica, o que fizemos.

Na parte económica, até hoje, todos os pedidos das comissões que foram feitos à Assembleia, aos serviços técnicos da Assembleia, foram cabalmente respondidos, como é o caso que aqui já foi dito do apoio que têm vindo a prestar à Comissão de Economia, quer na análise da Conta da Região Autónoma dos Açores, quer no apoio ao Plano e Orçamento no que tem a ver com a questão da análise das propostas de alteração e da sua dotação orçamental também.

Portanto, penso que esclareci e também pedia que este tipo de interpelação, para debate político, não me fosse solicitado mais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Diga ao Partido Socialista!

A Oradora: Estou a dizer a todos. Fica aqui o reparo a todos.

Vamos continuar com o debate. Sr. Deputado Paulo Estêvão, é para uma inscrição? Então tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Intervenho só mais uma vez, em princípio, para comentar algumas questões que foram já aqui trazidas a debate, principalmente pelo Partido Socialista, que por um lado tentou dizer e construir uma tese que o Orçamento da Região é um orçamento com alguma simplicidade...

Deputado Francisco César (PS): Isso é que é uma simplificação!

O Orado: ... e que não exige uma grande competência técnica para a sua análise, porque as suas receitas são relativamente fixas e que não há uma necessidade de grandes meios técnicos para efetuar uma análise a esse documento, tal como a sua execução.

Por um lado, nunca iríamos exigir obviamente ter os mesmos recursos, mas eu pergunto, por exemplo, qual é o quadro de pessoal técnico especializado de uma Direção Regional de Orçamento e Tesouro?

Disse que não vamos obviamente exigir ter a mesma capacidade na Assembleia, mas temos que ter efetivamente um corpo técnico capaz de analisar esses documentos, a execução orçamental e tudo o mais que seja necessário.

O que está aqui em causa também não são só e apenas pedidos dos grupos parlamentares. É a Unidade Técnicas de Apoio Orçamental ter autonomia e a independência de realizar um trabalho de acompanhamento sem que para isso seja requisitado, para que todos os grupos parlamentares, desde a maioria que suporta o Governo até às Representações Parlamentares, possam ter acesso aos mesmos documentos técnicos com uma análise séria, credível, que nos dê confiança ao nosso trabalho, sabendo que aquelas análises são corretas e são fidedignas.

Por outro lado, o Partido Socialista procurou também fazer passar a ideia que os grupos parlamentares mais pequenos e as representações parlamentares o que queriam era ter mais assessoria, mais corpo técnico, mais apoio parlamentar nos seus grupos parlamentares.

Essa ideia, julgo eu, é totalmente falsa e é totalmente rebatível.

O que aqui se está a pedir é um corpo técnico pertencente aos quadros da Assembleia, cuja nomeação não passa obviamente pelos grupos parlamentares, ao contrário do que o Partido Socialista propõe, que é uma assessoria nomeada pelo Presidente ou pela Presidente, da Assembleia,...

Deputado Francisco César (PS): É um reforço!

O Orador: ... que é aquilo que os senhores estão a querer imputar aos grupos parlamentares mais pequenos.

Ou seja, o que os senhores querem...

Deputado André Bradford (PS): Não é imparcial!

O Orador: Ninguém está a dizer, Sr. Deputado, que o Presidente é imparcial. O que eu estou a dizer é que o que está a ser proposto é que se crie um gabinete técnico, uma unidade técnica que não depende diretamente de nenhum grupo parlamentar.

A ideia que o Partido Socialista quer fazer passar de que os grupos parlamentares mais pequenos e as representações parlamentares querem mais assessoria técnica é profundamente errada e não tem, peço desculpa, ponta por onde se pegue.

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não posso interpelar a Sra. Presidente, obviamente, mas posso dizer de forma abstrata que evidentemente ninguém acredita que atualmente existe essa capacidade.

Quando digo ninguém, até o próprio Partido Socialista, porque se o Partido Socialista acreditasse...

Deputado André Bradford (PS): Disse que não tinha capacidade técnica nem os serviços da Assembleia!

O Orador: ... não fazia aqui a proposta de contratar um assessor que será livremente nomeado e exonerado pelo Presidente da Assembleia Legislativa.

Ou seja, eu não acredito, o PSD não acredita,...

Deputado André Bradford (PS): É reforçar!

O Orador: ... o CDS não acredita, o Bloco não acredita, o PCP não acredita e o PS também não acredita nessa capacidade, por isso é que está a fazer uma proposta.

E dizem os senhores: não! Mas nós acreditamos na autonomia!

O quê? Na autonomia de um funcionário que pode ser livremente nomeado e exonerado?

Os senhores acreditam numa autonomia desse tipo?

É evidente que os senhores também não acreditam nessa tese.

Mas, não há problema. A partir de agora eu vou fazer um uso intensivo e vou testar essa capacidade ainda hoje.

Ainda hoje tenho um conjunto de perguntas para fazer.

Deputado Francisco César (PS): Então vai votar a favor da nossa proposta de alteração!

Presidente: Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Espero que não retirem! Não vai retirar agora!

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A explicação do Sr. Deputado Francisco César redonda ...

Deputado Francisco César (PS): Redonda?! Por quê, Sr. Deputado?

O Orador: Nós estamos aqui numa sessão de explicações que o Sr. Deputado percebeu desde o princípio. Desde o princípio percebeu e tem consciência.

A questão de fundo aqui é esta e esta é a verdade que tem que ser dita: os senhores não precisam de assessores, nem de UTAO nenhuma porque já os têm, que é toda a máquina governativa, como também se fosse o PSD no Governo também tinha. Nós reconhecemos isso, ou qualquer partido que tivesse no Governo, teria o apoio que necessita para um conjunto de iniciativas.

Portanto, nesse sentido nós reconhecemos. Se a situação fosse inversa também tínhamos.

Os partidos da oposição é que não têm o apoio que necessitam.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Exato!

O Orador: É isso que o senhor sabe e é isso...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Que não querem!

O Orador: ... que o senhor não quer. O que o senhor não quer é que os partidos da oposição tenham igualdade de oportunidades aqui. É isso que o senhor não quer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Portanto, a iniciativa que apresenta tem como objetivo exclusivamente que os partidos da oposição não tenham esse apoio e que em muitas matérias estejam aqui em desigualdade de oportunidades e de possibilidades. Portanto, a questão essencial é essa.

E quando o Sr. Deputado fala em aumentos de custos aí entra numa contradição tremenda. O Sr. Deputado porventura fez as contas quanto é que custava um assessor?

É que três técnicos superiores, no início de carreira ou no nível seguinte, em 14 meses, com os encargos sociais, custarão 80 mil euros por ano.

O assessor que os senhores propõem aqui custará 60 mil euros por ano, com despesas de representação.

Portanto, não venha falar em custos, porque não é verdade aquilo que disse.

Ou seja, mesmo que os três fossem objetivo a médio prazo, eventualmente poderíamos começar com um ou com dois.

Portanto, a questão daquilo que é o impacto orçamental das contas da Assembleia, não é verdade. Aliás, a vossa proposta é perfeitamente o exemplo daquilo que não deve ser, com a função que pode ser desempenhada por um técnico em início de carreira ou a meio de carreira, não necessita de um assessor com um conjunto de regalias que estão implícitas nessa matéria.

Portanto, o que há aqui são posições bem claras. Nós percebemos desde o princípio.

Aliás, é a terceira vez que isto acontece. Ou seja, o Partido Socialista pretende que esta Assembleia, tal como muitos parlamentos do país e democracias mais recentes que estão em desenvolvimento, continuem a ter uma posição limitada em muitos aspetos.

Aquilo que poderiam ser as vantagens da unidade, essas não interessam. Os senhores têm essas vantagens todas, porque têm a máquina do Governo à vossa disposição.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados (não há Membros do Governo):

Chegados a este ponto do debate chego à conclusão de que o PS na sua corrente discursiva incorre em vários equívocos.

Primeiro: que já existe uma estrutura no Parlamento que dá resposta às exigências das representações parlamentares e dos partidos que têm assento neste Parlamento.

Deputado Francisco César (PS): Já existe!

O Orador: É falso, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Nenhuma das competências que na proposta do PSD são apresentadas, ou este conjunto de competências que na proposta do PSD são apresentadas, não há estrutura nesta Casa que tenha capacidade para responder às exigências contidas na nossa proposta.

Portanto, justifica-se a criação da Unidade Técnica de Apoio Orçamental.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois o segundo equívoco em que o Partido Socialista entrou neste debate é que a Unidade Técnica de Apoio Orçamental representaria um aumento de custos para esta Casa.

Ora, os técnicos que viriam a constituir esta Unidade Técnica de Apoio Orçamental seriam recrutados da Administração Pública já existente. Portanto, não se aumentaria um custo. Ao abrigo da mobilidade esses técnicos passariam para a Unidade Técnica de Apoio Orçamental.

Deputado Francisco César (PS): Não é isso que está lá escrito!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já esclarecemos isso muita vez!

O Orador: É o segundo equívoco que o Partido Socialista se equivocou.

Em terceiro lugar, foi mais uma vez patente o apoio de todos os partidos com assento neste Parlamento, relativamente à iniciativa do PSD.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade o que o senhor disse!

O Orador: O Partido Socialista ficou mais uma vez neste debate isolado.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Todos os partidos reconheceram a mais valia da proposta do PSD aqui apresentada como uma iniciativa que reforçaria a capacidade de independência e de recurso a dados que seriam fundamentais para o trabalho dos Deputados.

Só o PS não o reconhece porque naturalmente fará recurso de outros meios fora do Parlamento que não neste Parlamento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD do PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que nós pretendíamos com esta proposta, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Membro do Governo, era naturalmente dignificar o Parlamento, dando transparência à análise e ao acompanhamento das contas

públicas e dando este sinal, sinal de que as nomeações políticas deverão ser uma exceção e não uma regra.

Deputado André Bradford (PS): Ó senhor, quais exceções?

O Orador: A nossa proposta visava criar uma Unidade Técnica de Apoio Orçamental independente, dotada de recursos para funcionar e servir de apoio ao trabalho parlamentar, sendo que outra coisa bem diferente é alargar o gabinete da Sra. Presidente da Assembleia com um cargo de nomeação. E com isso nós não concordamos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não concordamos com mais um cargo de nomeação política. Concordamos com a criação de um grupo independente que dê apoio a este Parlamento.

Nesta medida, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, não entendemos como benéfica, como não entendemos em 2015 e em 2011 a proposta que o Partido Socialista aqui fez...

Deputado Francisco César (PS): Os senhores andam a brincar com o UTAO!

O Orador: ... ao contrário da proposta construtiva que o Bloco de Esquerda aqui apresentou,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... de mais uma vez tentar canibalizar a proposta que o PSD aqui apresentou e nestas circunstâncias, Sra. Presidente, e ao abrigo do n.º 1, do artigo 118.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, solicito à Mesa a retirada do Projeto de Decreto Legislativo Regional que estamos a discutir.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Ao abrigo do artigo 118.º o proponente...

Sras. e Srs. Deputados...

Ao abrigo do artigo 118.º o autor da iniciativa pode retirá-la a qualquer momento até ao termo do debate portanto, terminamos assim esta discussão e damos continuidade aos nossos trabalhos. Passamos agora para o ponto 7 da nossa agenda - **Projeto de Resolução n.º 88/XI – “Resolve recomendar ao Governo Regional que cumpra integralmente o que se encontra definido na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 9/2015/A”, iniciativa esta, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.**

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que agora se apresenta, visa o cumprimento integral da Resolução desta Assembleia nº 9/2015/A, o qual tinha como objeto a criação pelo Governo Regional de um “portal” destinado a conter informação específica sobre o SPER.

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou em 2011 e 2014 dois pacotes legislativos destinados a melhorar a transparência das contas públicas, com a contribuição dos diversos partidos e representações parlamentares, tendo sido então obtido um quadro consensual.

O Governo Regional acolheu muitas das peças legislativas que acabaram por ser aprovadas, mas ficou-se em algumas medidas, pelas boas intenções manifestadas aquando da sua aprovação.

À data da apresentação desta iniciativa (abril de 2018), o Governo Regional não tinha cumprido com a referida Resolução de 2015, ou seja, passados três anos.

Aquando da audição do Senhor Vice-Presidente na Comissão de Economia a 4 de setembro de 2018, foi prestada a informação de que a iniciativa tinha sido concretizada.

Porém, verificou-se que essa concretização foi apenas parcial, daí ter o Grupo Parlamentar decidido manter a presente iniciativa para apreciação em Plenário. Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente em relação a esta matéria, aquilo que foi referido e aquilo que foi dito em comissão corresponde exatamente àquilo que o Sr. António Vasco disse, corresponde exatamente àquilo que eu disse em comissão. Efetivamente em 12 de abril de 2018 quando esta revolução foi apresentada não estava efetivamente criado o portal do SPER – Setor Público Empresarial, no âmbito que estava definido nesta resolução de 2015. Aquando da audição em comissão, em setembro de 2018, efetivamente já tinha sido criado o portal do SPER no âmbito do site da Direção Regional do Orçamento e Tesouro e que, na nossa visão contempla exatamente aquilo que é esta resolução e a concretização deste objetivo, quer do ponto de vista do portal, quer do ponto de vista de estabelecimento das informações disponíveis em relação ao Setor Público

Empresarial da Região, que estavam aqui definidas no âmbito desta resolução de 2015.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No dia 4 de setembro quando houve a audição, o Sr. Vice-Presidente o que afirmou foi que tinha a informação que de facto ou confiava que a informação já estava, também não tinha a certeza, mas parcialmente estava, e é evidente que aquilo que consta, nomeadamente os relatórios das empresas públicas, a constituição dos seus conselhos de administração, essa parte está preenchida. Agora, nós pensamos é que esse portal poderá ser melhorado, sobretudo no sentido que qualquer cidadão possa ter acesso a informações, nomeadamente o que consta da alínea b, c, d, do n.º 6 da Resolução de 2015 em que, de uma forma simples, poderá ter acesso a informação que de outra maneira, embora possa constar dos relatórios e contas, não é qualquer cidadão que terá acesso e que poderá decifrar o que consta.

E portanto, o que nós pensamos é que com algum trabalho adicional, algumas daquilo que são as expetativas, nomeadamente essas que citei, poderão estar disponíveis ao cidadão comum. E nesse sentido ganharíamos todos, ganharia a transparência e penso que bastaria algum esforço dos serviços da Direção Regional do Orçamento e Tesouro e essa informação estaria disponível de uma forma muito mais acessível a todos os cidadãos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer que, de facto no seguimento que esta proposta teve em comissão, foi indicado pelo Sr. Vice-Presidente que o portal já existia e a informação que lá consta, tivemos a consultar e já tem informação relevante e aquilo que é no fundo solicitado pelo projeto de resolução do PSD, informação sobre as entidades que constituam o Setor Público Empresarial Regional, sobre o quadro de participações, listagem das entidades, dos relatórios e contas, e portanto, no fundo informação já existe, é transparente, está disponível para os cidadãos. Agora, como é óbvio, a informação pode ser sempre aperfeiçoada e aí concordamos com o Deputado António Vasco, pode sempre melhorar e apresentar mais informação e também cabe a esta Assembleia fiscalizar o cumprimento daquilo que é apresentado e aprovado, mas isso já existe, há que reconhecer, e o Partido Socialista irá aprovar com naturalidade esta proposta, porque ela enquadra-se naquilo que são os nossos princípios de transparência, de prestação de contas, de informação pública e disponível para os cidadãos, porque ela já existe e é disponível e neste sentido iremos aprovar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS sempre defendeu que toda e qualquer iniciativa que vise garantir maior transparência relativamente à atividade política, ao funcionamento dos nossos órgãos de Governo próprio, bem como ao nosso Setor Público Empresarial, serão sempre positivos e benéficos.

Maior transparência significa claramente um melhor acesso dos cidadãos à informação, contribuindo decisivamente para uma democracia participativa mais aprofundada e para o envolvimento dos açorianos na vida política nos

Açores. Tudo isto resulta naturalmente em melhorias substanciais para a nossa democracia e para a nossa autonomia.

A posição do CDS é portanto, bem clara e bem conhecida em matéria de transparência e de rigor. E por falar em rigor, o que está em discussão neste momento é o cumprimento ou o incumprimento de uma resolução aprovada por este Parlamento, por unanimidade diga-se, e como não poderia deixar de ser no nosso entender, todas as deliberações tomadas por este Parlamento são para ser integralmente cumpridas e de facto num dos considerandos desta resolução pode ler-se eu cito: “ O portal do SPERAA deve conter dados detalhados referentes às despesas realizadas pelas empresas públicas regionais, com informação sobre a execução orçamental, licitações, contratos, convénios entre outras matérias cujo conhecimento público se apresenta relevante”.

Por outro lado, o ponto resolutivo n.º 6 desta resolução dispõe que no portal do SPERAA devem estar disponíveis, e sobre cada empresa, os seguintes itens informativos:

- Informação sobre participação e controlo social;
- Informação sobre transferências de recursos, de, e para entidades governamentais, pessoas jurídicas ou diretamente a pessoas físicas;
- Informações sobre o nível de despesa realizada, nomeadamente com a contratação de obras de serviços e de compras;
- Informações sobre receitas previstas e realizadas;
- Informações sobre o cargo, função e situação de gestores públicos regionais.

Ora, quando nós consultamos o portal do SPERAA nós não encontramos nada disto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não, não é isso!

O Orador: O que nós encontramos é apenas uma listagem das entidades que integram o SPER com a identificação dos membros dos conselhos de administração e um link para os respetivos relatórios e contas e um quadro de

participações da Região Autónoma dos Açores. Ora, no entender do CDS não era isso que se pretendia com a aprovação desta resolução. Com a resolução n.º 9/2015/A. Não é assim,...

Deputado André Bradford (PS): Então como é?

O Orador: ... no nosso entender, que se vai atingir o desiderato de aumentar a democracia participativa e de promover o acesso dos açorianos à informação de uma forma simples e intuitiva.

Nós entendemos que o Governo não pode abster-se de cumprir e de fazer cumprir uma vontade emanada desta Assembleia.

Deputado André Bradford (PS): Mas então como é que se fazia isso?

O Orador: Esta Assembleia delibera, ao Governo cabe executar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é, infelizmente, inédito nesta Casa que sejamos confrontados com iniciativas que não mais solicitam do que o cumprimento de resoluções decorrentes de aprovações nesta casa.

E portanto, o grupo parlamentar do PSD trouxe-nos um projeto resolução que não é mais do que, recomendar ao Governo Regional que cumpra uma resolução outrora aprovada nesta Assembleia. Portanto, nesse sentido não é algo inédito, infelizmente, e seria de salutar para o bem da democracia, que estas ocorrências não se verificassem mais vezes e que o Governo Regional não visse as resoluções desta Assembleia como simples recomendações, às quais o Governo Regional não tem qualquer obrigação de as cumprir.

Deputado Carlos Silva (PS): Já está a cumprir!

O Orador: E portanto, é mau sinal para democracia e é mau sinal para este Parlamento quando um Governo Regional entende que se calhar não deve cumprir na precisão aquilo que é uma recomendação desta Assembleia e portanto, o grupo parlamentar do PSD apresentou este projeto de resolução com essa intenção e que decorre de um outro projeto de resolução, que apresentou há uns anos nesta Assembleia, uma resolução que foi aprovada naturalmente, e tal como o Sr. Deputado Alonso Miguel teve oportunidade de nos esclarecer a todos, apesar do Governo Regional ter implementado, não de forma integral aquilo que está contemplado nesta resolução, a resolução n.º 9/2015/A, não o faz integralmente porque, e referiu muito bem Sr. Deputado Alonso Miguel, quando vamos aqui ao n.º 6 dessa resolução nas várias alíneas, às quais correspondem a informação que deveria estar disponível neste portal, constatamos facilmente que a vasta maioria destas alíneas não são cumpridas. Basta consultar o que lá existe neste momento, que e já agora não é propriamente um portal, não é mais do que uma subpágina da Direção Regional do Tesouro, que por sua vez é uma subsecção da página da Vice-Presidência, que por sua vez faz parte do portal do Governo. Portanto, para chegar até esta “sub sub sub sub secção” é no mínimo difícil, é preciso estar informado que existe de facto um portal, um site que disponibiliza, pelo menos alguma dessa informação.

É verdade e assumimos, aliás não poderia ser de outra forma, que essa “sub sub sub sub secção” do portal do Governo contempla informação que também não é desprezível. Portanto, lá consta a constituição dos vários conselhos de administração das várias entidades públicas empresariais, não hajam dúvidas sobre isso, também lá podem ser acedidos os relatórios e contas das várias entidades do setor público e empresarial regional, disso não temos quaisquer dúvidas, no entanto falta cumprir algumas das alíneas do n.º 6, e basta atender ao n.º 6 da resolução para ver que faltam cumprir algumas dessas alíneas, e

também sabemos e o Governo Regional através do seu Vice-Presidente também assumiu isso e penso que de boa vontade, não poderia ser de outra forma, no futuro de certeza este portal, não só irá conter toda a informação contemplada nesta resolução, como também, deverá estar num sítio mais acessível e deverá corresponder à forma efetiva de um portal e não de uma “sub sub sub sub secção” do portal do Governo.

É claro que, não exigimos também que esta informação seja atualizada numa base diária, não é isso que se pretende, mas pretende-se que o público em geral tenha acesso àquela que é informação factual e que está considerada e contemplada nesta resolução.

Também é verdade, e tal como eu disse no início da minha intervenção, que não era inédito que trouxessem a esta Casa iniciativas que não são mais do que recomendar o cumprimento daquilo que já tinha sido aprovado outrora, também é verdade que o Bloco de Esquerda em 2010 propôs em sede de orçamento um portal para a contratação pública. Não sei se se recordam disso?

Deputado André Bradford (PS): Isso não tem nada a ver com o que está a ser debatido!

O Orador: O que é feito desse portal?

Foi aprovado, aliás está lá escrito, foi aprovado e também em 2010 em requerimento dirigido ao Governo Regional perguntamos o que é que era feito desse portal? E em 2010 o Governo Regional respondeu e passo a citar: “O procedimento tendente à contratação da dita plataforma eletrónica tem vindo a ser preparado, prevendo-se que venha a ser desencadeado brevemente. Assim a Região deverá implementar em primeiro lugar esta solução até porque a informação a integrar e a disponibilizar na plataforma terá implicações em outros desenvolvimentos tecnológicos, nomeadamente com portais como aquele que se encontra previsto no artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2009/A, de 30 de dezembro que aprovou o orçamento da Região para o ano

de 2010, precisamente aquele artigo corresponde à proposta feita pelo grupo parlamentar do Bloco de Esquerda à altura.

E portanto, gostaríamos de saber o que é que é feito deste portal? Até porque numa das alíneas, daquele que deverá ser o portal do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores contém informação relativa, em parte, àquela informação que deveria constar deste portal, acerca da informação sobre o nível da despesa realizada, nomeadamente com contratação de obras, de serviços e de compras. Portanto, fazia sentido que também esta informação estivesse neste portal, da contratação pública, que foi aprovado no orçamento de 2010 e que até agora não sabemos se foi realmente implementado. É claro que o Governo Regional se tem refugiado sempre na existência de um portal a nível nacional. Ora, é verdade que existe um portal a nível nacional que inclui as adjudicações da Região, mas também é verdade que se nós temos aqui na Região uma adaptação à Região do código da contratação pública, também faria sentido termos o nosso próprio portal, até porque o portal a nível nacional é um portal cuja base de dados é tão pesada que a pesquisa se torna difícil. Basta consultar o portal da Base e facilmente se vê e se verifica que é de difícil acesso à informação porque tem uma base de dados de facto muito pesada. Portanto, um portal adaptado à nossa Região permitiria também uma pesquisa muito mais rápida além de poder conter, quem sabe, até informações que não estão neste momento consideradas no portal base, e com isso ganharia a transparência, o rigor e o acesso à informação que os cidadãos deverão ter à informação, que afinal de contas é pública.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste contexto eu gostaria de reafirmar aquilo que já foi dito por diversos deputados.

Primeiro o portal que é recomendado aqui em 2015 foi criado, o portal, ao contrário do Sr. Deputado Paulo Mendes diz e que o Sr. Deputado Alonso Miguel começou a dizer, contém exatamente toda a informação prevista no artigo 6.º, toda a informação prevista, não há nenhuma informação que esteja nesta recomendação que não esteja disponível.

Agora, a questão que colocam é um outro nível, que é essa informação está disponibilizada no âmbito do relatório e contas de cada uma dessas empresas. Primeira questão, a resolução foi cumprida, no que concerne à criação do portal e à disponibilização de toda a informação e inclusivamente como lá é solicitado, em formato descarregável – qualquer pessoa pode descarregar toda a informação que lá está e a toda a informação que aqui está contemplada.

Outra questão diferente, e vejo isso e aceito, esta proposta num sentido de aperfeiçoamento e é disso que estamos a falar, não de incumprimento mas de aperfeiçoamento, é que essa informação não deve ser colocada através do relatório e contas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas é só o relatório e contas!

Deputado Carlos Silva (PS): Mas está lá!

O Orador: ... toda esta informação está no relatório e contas portanto... agora a primeira questão é: o portal foi criado?

A segunda questão: toda a informação solicitada está nesse portal disponível de forma a ser descarregada por todos?

Mas o bom é inimigo do ótimo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

O Orador: ...e por isso, não há problema nenhum de se trabalhar no sentido de ainda ser mais facilmente acessível, não tendo que ir aos passos todos que foram dados, mas reafirmo, o que está aqui em questão é reforçar a

acessibilidade e a facilidade de acesso e isso concordo que se possa vir a fazer. Agora que o portal está criado, foi cumprida a resolução e que toda a informação solicitada está disponível de forma a ser descarregada por qualquer pessoa, isso está e isso é inegável.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, é esse esclarecimento apenas que queria deixar ficar, não interpretar esta resolução como um incumprimento, era um incumprimento à data que ela foi feita, não é um incumprimento à data de hoje, não há nenhum incumprimento desta resolução. Há a possibilidade efetiva de um aperfeiçoamento da facilidade de utilização e de trabalhar no âmbito do portal porque o acesso à informação está disponibilizado no âmbito dos relatórios de contas e dos links para esses relatórios de contas, que podem ser todos eles descarregáveis, o que também tenho que dizer, para uma questão de amigos do ambiente e para gastar menos papel, e efetivamente é possível trabalhar essa informação de uma forma mais acessível.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, apesar de tudo há uma diferença significativa entre a postura do Sr. Vice-Presidente e a postura do grupo parlamentar do Partido Socialista noutras questões como a questão de ontem, por exemplo, em relação aos assessores dos membros do Governo Regional. A questão aqui é um pouco diferente em termos de resposta, embora do ponto de vista do seu conteúdo é exatamente a mesma. É possível chegar aos assessores e aos seus vencimentos através de informação disponível no Jornal Oficial? É, é possível, mas envolve o trabalho

de investigação que não está à disposição ou que não é possível concretizar por grande parte da cidadania, ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a desprezar o cidadão!

O Orador: ... e evidentemente não é nada disso que se pretende quando se criam este tipo de portais em toda a Europa, ou seja, o que se pretende é uma informação que se consiga aceder com facilidade e devidamente estruturada para que todos possam consultar quer o professor catedrático, quer uma pessoa com menos qualificações, quer alguém que tem menos formação académica. O que se pretende é que seja uma informação que seja acessível a todos, com economia de tempo, que não seja necessário ler o relatório e contas para extrair de lá a informação, como diz o Sr. Vice-Presidente que está lá. Não, é evidente que está lá, mas para conseguir retirar essa informação trata-se de algo muito complexo...

Deputado André Bradford (PS): Não é nada complexo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

O Orador: ... portanto, não está acessível à opinião pública em geral. Este tipo de portais o que pretende é que esta informação seja facilmente acessível, que seja de fácil consulta.

Ora bem, o Sr. Vice-Presidente, numa postura que eu quero desde já elogiar, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): E quer bater no Grupo Parlamentar!

O Orador: ... o Sr. Vice-Presidente o que vem aqui dizer foi o óbvio. Com sinceridade disse o seguinte, no momento em que entrou esta iniciativa, esta de facto, o projeto de resolução não estava de facto a ser cumprido, ponto n.º1. Reconheceu que na altura em que o PSD tomou esta iniciativa política, o Governo não estava a cumprir. Eu tiro-lhe o chapéu por reconhecer isso. Ouça! É muito diferente dessa postura da maior parte do grupo parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Ora aí está!

O Orador: ... Isso é fundamental.

Depois o segundo ponto é: também reconheceu e quero...

Ouçã!

Quando é para elogiar eu gosto de elogiar e agora eu quero elogiar o Sr. Vice-Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Então não gosta!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente também reconheceu que esta informação tal como está, não está acessível e portanto, Sr. Vice-Presidente também em relação ao facto de ter reconhecido isto, também eu quero elogiar V. Exa.

Já é completamente diferente do que aconteceu com o Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, postura ontem em relação aos assessores, até lhe dei 10 minutos e depois foi o que foi e não apareceram com a informação

Deputado André Bradford (PS): Então não fornecemos? Isso não é verdade!

O Orador: ...Não, não apareceu não! Não apareceram com a informação. Portanto, evidentemente nós vamos votar favoravelmente e em relação à postura do Sr. Vice-Presidente, ao contrário do que é hábito aqui da representação parlamentar, tem aqui um elogio aqui desta bancada.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Alonso Miguel tem agora a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, rapidamente para fazer um pequeno esclarecimento.

Eu não disse que esta resolução não tinha sido cumprida, eu disse que devia ser integralmente cumprida, são duas coisas distintas.

A informação que está no portal do SPER é uma informação que não está detalhada e desagregada, não é digamos, amiga do cidadão. Se nós queremos

facilitar o acesso do cidadão à informação, não lhe vamos um relatório e contas para a mão...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... porque, se qualquer um de nós pegarmos no relatório e contas da SATA, mesmo nós que estamos habituados a trabalhar com este tipo de documentação, temos dificuldade em analisá-lo e portanto, não é isto que se pretende. Eu dei-me ao trabalho de detalhar o que é que dizia a resolução, em todas as alíneas com o detalhe que cá estava. Ora, chegar lá e colocar um relatório e contas não é a mesma coisa. Cumpre, mas não cumpre integralmente. Cumpre porque está lá a informação...

Deputado Carlos Silva (PS): Está lá tudo!

O Orador: ... mas não cumpre porque não é transparente como se pretende, não está detalhada como se pretende. Para isso não era preciso ter aprovado esta resolução. Então metíamos ali os relatórios e contas e estava resolvido o problema.

Não é isso que se pretendia e não é uma forma amiga, do cidadão ir recolher a informação de que necessita.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque em relação ao Sr. Deputado Paulo Mendes eu esqueci-me de responder à segunda pergunta que colocou em relação à plataforma da contratação pública da sua recomendação. Posso lhe informar que a plataforma da contratação pública, no que concerne a empreitadas e prestação de serviços, está acessível desde outubro de 2018 e portanto, esta recomendação

e essa sua proposta está cumprida desde outubro de 2018 e essa plataforma está disponível nos termos em que assim o entendeu.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Estevão, só gostaria de clarificar uma coisa na parte final da sua intervenção, eu não reconheci que a informação não estava acessível, eu reconheci e assumi que a informação está acessível, pode é ser mais facilmente acessível, que é uma coisa completamente diferente de não estar acessível.

Quem quiser tem toda a informação lá, ou seja, foi criado o portal, o portal disponibiliza toda a informação, toda a informação está nos relatórios e contas das empresas, os relatórios e contas de todas as empresas estão disponíveis em formato e forma de descarregar, agora está acessível essa informação toda. O que está aqui em questão é se essa informação pode ser mais facilmente acessível, e como foi referido pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, pode ser mais amigável do utilizador.

É uma questão de simplificação, não é uma questão de acessibilidade.

Era isso que eu gostaria de clarificar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está bem, então vamos simplificar!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, em relação ao elogio que lhe fiz Sr. Vice-Presidente, vou ter então que condicioná-lo.

Não, estou a brincar!

O Sr. Vice-Presidente acabou de dizer aquilo que eu lhe disse, ou seja, eu o que disse é que esta informação está de facto, é possível retirar através do relatório e contas, é possível chegar a ela. Eu disse isso na minha intervenção, agora essa informação que eu disse é que para o cidadão comum, não é uma informação

que seja fácil aceder, não é fácil, V. Exa tem essa consciência, e o que se pretende com um portal destas características é essa informação seja fácil, que o cidadão possa facilmente aceder à mesma. É isso que se pretende e portanto, eu penso que aqui nesta matéria, Sr. Vice-Presidente, nada nos divide, o que eu acentuei Sr. Vice Presidente, e foi isso que V. Exa não gostou, foi a diferença entre a sua postura e a diferença em relação ao debate que aqui se fez ontem, em que o grupo parlamentar do Partido Socialista não quis reconhecer o óbvio, que a informação em relação às assessorias que prestam serviço aos diversos membros do Governo, não está facilmente acessível.

Portanto, ontem o Partido Socialista chumbou aqui uma iniciativa no pressuposto que essa informação existia, embora eles próprios em dez minutos não tivessem conseguido chegar a essa informação, lancei-lhes o desafio e V. Exas. não conseguiram responder, agora V. Exa. tem uma postura diferente diz: Essa informação está ou não está disponível? Está. É de fácil acesso? Não é. E por isso, sobre a mesma coisa há aqui duas posturas, por isso é que eu, Sr. Vice-Presidente, mantenho o elogio que fiz a V. Exa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa de momento não tem mais inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 17h45.

Eram 17 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 51 minutos.

Presidente: Entramos agora no ponto 8 da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 89/XI – “Recomenda ao Governo Regional que tome a iniciativa de transformação do Serviço Regional de Estatística dos Açores em Instituto Público Regional”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;**

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem resultado com alguma clareza que a fiabilidade da informação socioeconómica, desde logo na produção estatística, assume fulcral importância para os agentes económicos, e para a boa decisão política, contribuindo para objetivos genéricos de transparência e boa governança.

Nesse sentido, o papel desempenhado nos Açores pelo seu serviço de estatística oficial, determina a necessária ausência de fatores de subjetividade nos atos produzidos por aquele serviço.

A independência face ao poder político e a não intervenção no debate político são razões que assumem importância vital para que se concretizem objetivos de informação rigorosa e atempada, imune aos humores de qualquer tutela política. Tais desideratos não se podem subjugar a um serviço integrado numa administração sujeita à tutela político-partidária.

Nesse sentido, a criação de um Serviço Regional de Estatística independente, e com um líder eleito por dois terços do Parlamento Regional valoriza o próprio

Parlamento, e visa dar mais independência a um conjunto de agentes públicos que, nos Açores, estão demasiado dependentes do poder regional.

O reforço da instituição parlamentar e do diálogo interpartidário são propósitos sempre prioritários quando se persegue uma crescente transparência e, nessa medida credibiliza a própria instituição responsável pela informação estatística regional.

Um Serviço que possa produzir elementos estatísticos credíveis, atualizados e abrangentes, que não existem neste momento, é essencial.

Os agentes económicos, e quem quer fazer projetos de investimento, deparam-se com enormes dificuldades a esse nível, e é preciso corrigir essa situação.

Isso mesmo resulta dos pareceres anexos ao relatório da comissão parlamentar acerca desta iniciativa.

Cite-se, a título de exemplo o que diz o parecer da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores: “Considera-se importante que se faça uma reflexão aprofundada sobre o modelo adotado que esteve na base do Serviço Regional de Estatística dos Açores. Neste quadro, a sua passagem a Instituto Regional de Estatística dos Açores deve ser considerada, e será importante desse que lhe sejam atribuídos os recursos necessários para cumprir as importantes missões que lhe são acometidas, designadamente a produção de estatísticas regionais específicas.”

Ou, como afirma a Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, “A transformação do Serviço Regional de Estatística dos Açores em instituto público regional, não sendo imperativo, pode ser um garante de uma independência desejada dos serviços de estatística relativamente ao poder político. Somos assim de parecer favorável relativamente ao Projeto de Resolução em apreciação.”

Também a Federação Agrícola dos Açores, a AICOPA e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores dão parecer favorável a esta iniciativa.

Os Açores, a sua autonomia e o seu desenvolvimento, dependem de sermos capazes de dar as respostas que a nossa sociedade precisa para enfrentar a realidade competitiva em que estamos inseridos, e nesse sentido, a existência de informação estatística sem o ónus da tutela partidária torna-se imprescindível.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à iniciativa em discussão, em primeiro lugar acho que é importante referir que o Serviço Regional de Estatística faz parte da Direção Regional da Vice-Presidência, foi criado em 1980 com o objetivo de produzir estatísticas como também já foi aqui referido.

Deputado André Bradford (PS): 1900 e?

Deputado Luís Maurício (PSD): No ano do sismo, 1 de janeiro!

O Orador: 80, 1980!

Está integrado no sistema estatístico nacional e tem um estatuto de autoridade estatística de delegação do INE e integra também, como membro efetivo, o Conselho Superior de Estatística, sendo também uma delegação do INE.

Portanto, fiabilidade da informação que é prestada está garantida e é testada, até nos próprios parceiros que forma lidos pelo Sr. Deputado Bruto da Costa, é reconhecida a qualidade da informação que é prestada, é verdade que pode ser sempre melhorada e isso também é dito, mas por exemplo a Federação Agrícola reconhece qualidade na informação prestada e autonomia do Serviço Regional

de Estatística, a Faculdade de Economia e Gestão reconhece também a melhoria significativa na informação e no rigor daquilo que é transmitido, e esses são aspetos muito importantes.

Em relação à iniciativa, há algumas dúvidas que o Partido Socialista tem sobre a constitucionalidade da iniciativa, uma vez que ela propõe que o presidente de um instituto que venha a ser criado, seja nomeado por maioria de dois terços por esta Assembleia, quando esta Assembleia tem a competência de fiscalizar este mesmo instituto. Portanto, parece-nos, não sou jurista como é óbvio, mas parece-nos que há aqui uma possível violação do estatuto político-administrativo da Região e também da Constituição, e seria importante aprofundar e esclarecer este assunto.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata traz-nos a esta Casa neste pacote duas iniciativas, esta e a seguinte, que basicamente pretendem quer relativamente ao Serviço Regional de Estatística, cujo nome tem a ver com a sua própria história como foi aqui referido, quer relativamente à Inspeção Regional, duas iniciativas, dizia eu, que na prática pretendem no essencial que seja esta Assembleia por maioria de dois terços a aprovar, retificar o respetivo dirigente.

E esta proposta, aparentemente, parece ser simpática e é apresentada como reforçando o papel do Parlamento. Relativamente àquilo que é o papel do Parlamento, eu gostaria de lembrar que o Partido Socialista, naturalmente com outros, tem-se preocupado ao longo dos anos em aumentar as suas capacidades de legislar, fiscalizar e inclusive de aumentar a sua pluralidade e de reforçar um

conjunto de diplomas estruturais em que as iniciativas devam ser aprovadas por maioria de dois terços. E lembrava a este respeito, por estranho que possa parecer, e quando alguns falam pretensamente numa idade de ouro parlamentar, mais ou menos original, e numa gradual decadência que o Parlamento até fevereiro de 1998 reunia cinco vezes por ano, agora reúne todos os meses com exceção de agosto, onde ainda assim já reuniu várias vezes a sua Comissão Permanente e o Regimento, o Estatuto Político-Administrativo e a Lei Eleitoral, estas a partir da resolução de 2004 como iniciativas deste parlamento tem de ser necessariamente aprovadas, porque assim o fizemos, por maiorias de dois terços. Que a Lei eleitoral alterada com os votos do PS e do CDS-PP veio permitir uma maior proporcionalidade e um aumento da pluralidade parlamentar, facilmente visível e comprovável, que ao nível do desenvolvimento da terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo, pegando aliás naquilo que dizia ontem o Sr. Deputado Paulo Estevão, foi só a partir daí que se regulamentaram as Comissões de Inquérito e que elas tem os poderes que tem hoje, os direitos potestativos da oposição, etc, etc.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista não tem, muito e antes pelo contrário, qualquer problema em falar na sua história pelo reforço efetivo dos poderes do Parlamento.

Mas, é preciso não confundir aquilo que é um sistema parlamentar e o que são os poderes de um sistema parlamentar, com um sistema convencional e o sistema de convenção, como o nome indica e como sabemos todos em termos históricos, ficou conhecido, eu diria mesmo tristemente conhecido, quando o Sr. Maximilien de Robespierre com o sue comité de salvação publica, defendeu uma teoria aliás, baseado nas ideias filosóficas do Sr. Jean-Jacques Rousseau, que o Parlamento tudo podia, que era o Parlamento que devia julgar, governar e tudo fazer. Nós sabemos o que é que isto deu e nós sabemos quais são os herdeiros, no fundo desse sistema de convenção onde desde logo podemos

incluir o chamado socialismo soviético. Ao invés, quem defende isto deve achar que os princípios sagrados do Sr. Montesquieu da separação de poderes são um luxo burguês, mas não são, a separação de poderes é efetivamente fundamental. Eu sei que o PSD tem ciclicamente crises de um soviétismo agudo e agora também está a ter uma, porque a verdade é que também, pedindo emprestado mas sem autorização presumo eu, slogans de livros do Dr. Álvaro Barreirinhas Cunhal, o PSD parece achar que a separação de poderes é um obstáculo ao rumo à vitória. Mas nós achamos que não é, e também há algo de essencial aqui, é que essa tendência, por isso é que eu disse que ela era cíclica, ela não é nova, não é boa nem é nova. Já no ano 2000 o PSD apresentou nesta Casa um projeto de Decreto Legislativo Regional que pretendia criar uma comissão de fiscalização para a inspeção regional – a inspeção regional é claramente uma das obsessões do partido social democrata – e esse diploma face às críticas que mereceu em plenário, já agora, foi a pedido do próprio PSD baixado à respetiva comissão, onde convenientemente PSD se esqueceu dele e ele morreu no fim da legislatura sem honra nem glória e portanto, pelos vistos o PSD esqueceu-se da sua própria história e esqueceu-se deste diploma. A verdade Sras. e Srs. Deputados é que o princípio da separação de poderes implica que os Parlamentos tenham a função de legislar e fiscalizar a atividade governativa, mas que o governo como órgão superior da administração pública, não se confundindo com ela, dá-lhe com essa direção política a legitimidade democrática que ele próprio detém, e tem competências próprias de auto organização e há também aquilo a que se chama a reserva da administração.

E tudo isto faz sentido, porque se pensarmos bem a proposta que o PSD apresenta ia tornar esta Assembleia responsável pela direção da Inspeção Regional, e eu pergunto: se este Parlamento fosse responsável por essa Direção como é que poderia, em bom rigor, exercer a sua competência de fiscalizar esse serviço, quando dele próprio seria corresponsável politicamente por essa

direção? E portanto, há claramente aqui inconstitucionalidades e estas inconstitucionalidades são perigosas sob o ponto de vista jurídico, mas também são absolutamente reveladoras sob o ponto de vista político porque, Sras. e Srs. Deputados, a verdade é que realmente nós estamos num sistema convencional, este Parlamento não deve poder julgar, não deve poder governar, administrar, inspecionar, mas este Parlamento deve fazer aquilo que são as velhas e clássicas e seculares competências de qualquer Parlamento: legislar e fiscalizar!

Curiosamente aqui, o PSD quer inspecionar, governar e administrar! Mas nós lemos o diploma e percebemos que o PSD não quer fiscalizar, que pela lógica das coisas, essa fiscalização fica limitada. Mas pisme-se, o PSD quer tudo também, menos legislar porque o PSD tem de competência não legisla, o PSD íntima o Governo no prazo de 30 dias, nem mais um minuto, a fazer um aditamento a uma lei. Portanto, é mais ou menos como dizer: “Senhores governantes não sejam preguiçosos, legislem!”.

Não, não é isso, não é esse o nosso entendimento de Parlamento...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... não é assim que se reforça e se dignifica o Parlamento, querendo fazer coisas que não são as competências do Parlamento e abdicando fragorosamente daquilo que são as competências deste Parlamento.

Este Parlamento poderá sempre, que assim o entender, através de uma comissão de inquérito ou de qualquer outro mecanismo – não vou lembrar às Sras. e Srs. Deputados os diversos mecanismos regimentais – fiscalizar naturalmente o serviço de inspeção, a sua tutela, obter as informações, os esclarecimentos, os documentos que bem entender.

Portanto, esta tentativa de apropriação não faz nenhum sentido jurídico, não faz nenhum sentido político, não dignifica nem aumenta os poderes do Parlamento, antes parece insinuar uma desconfiança para a qual não se encontra nenhuma causa objetiva. Como referiu o Sr. Deputado Carlos Silva, a atividade estatística

é uma atividade técnica independente, obedece a critérios, é no caso da Região também validada e o Serviço Regional de Estatística funciona também na prática como uma delegação do Instituto Nacional de Estatística, e é sobretudo hoje muito validada, muito escrutinada pela própria União Europeia e pela importância que ela dá a estes indicadores.

Assim sendo, naturalmente, Sras. e Srs. Deputados não há nenhuma razão e também não há sobretudo nenhuma razão para haver uma desconfiança, que já sequer do Governo, já não é sequer dos dirigentes políticos, é pelos vistos dos próprios funcionários que tem obrigações, que tem a sua independência técnica, que tem o seu brio profissional, que tem a sua autonomia e que pelos vistos o seu trabalho não deixa, embora nenhuma em concreto tenha disso apontada, serem alvos de suspeição.

E portanto, Sras. e Srs. Deputados, eu convidava-os a fazer um exercício, não interessa muito para percebermos o que é que o PSD pensa acerca deste Parlamento, aquilo que estas propostas dizem, talvez interesse mais aquilo que o PSD diz quando está distraído. A respeito de parlamentarismo e respondendo a um tímido, elegante, subtil, aparte desta bancada, hoje de manhã, a Sra. Secretária Geral do PSD disse que os deputados não passavam pela prova das urnas, ao contrário, pelos vistos, do seu atual líder. Disse-o no sítio certo, que é este Parlamento, disse-o na hora errada, porque agora é que é a hora de nós percebermos qual é o verdadeiro entendimento que este PSD tem acerca do Parlamento e acerca da legitimidade dos Srs. Deputados.

Sobre esta matéria estamos esclarecidos e agradeço à Sra. Deputada a sua absoluta sinceridade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, antes de mais, Sr. Deputado Francisco Coelho estamos no diploma relativo ao Instituto Regional de Estatística, a seguir iremos ao diploma relativo à Inspeção Regional, naturalmente, depois de o apresentar eu entrarei na discussão sobre o seu conteúdo.

Relativamente a duas ou três questões que ressaltam das intervenções dos deputados do Partido Socialista. Desde logo a referência às inconstitucionalidades deste diploma.

Oh Srs. Deputados, há pouco mais de uma, duas horas atrás eu ouvi aqui nesta Casa, o Sr. Deputado Francisco César...

Deputado Francisco César (PS): Eu?

O Orador: ...afirmar com toda a convicção...

Deputado Francisco César (PS): Sempre!

O Orador: ...a competência e a capacidade técnica deste Parlamento e dos funcionários deste Parlamento para avaliarem as propostas que são entregues.

Pois bem, como os Srs. Deputados sabem, as propostas que sejam claramente inconstitucionais não dão entrada aliás, é rejeitada a sua entrada neste Parlamento e portanto, não podem por um lado dizer que confiam nos serviços do Parlamento e depois achar que os serviços do Parlamento não têm competência para avaliar as propostas que dão entrada nesta casa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O que estamos aqui a discutir, muito claramente, é passarmos da teoria, Sr. Deputado Francisco Coelho, à prática. E passar da teoria à prática significa nós termos, tal como dizem os pareceres remetidos à comissão que avaliou este diploma do Instituto de Estatística dos Açores proposto pelo PSD, passarmos à prática de termos estatísticas que confortem, de alguma forma, toda a sociedade civil e também o poder político relativamente à sua fiabilidade e à sua crescente credibilidade e isso, apesar de tudo, só se consegue com maior independência dos Serviços de Estatística dos Açores.

Sr. Deputado, a separação de poderes, pelos vistos, para o PS significa de alguma forma uma correlação direta com o rumo à vitória que o PSD pretende percorrer com o tempo que nos separa das eleições de 2020.

Oh, Sr. Deputado isso não é verdade! Não é a separação de poderes que nos vai impedir de rumar à vitória em 2020. Pelos vistos, para o PS a não separação de poderes ou aliás, a concretização ou não da separação de poderes é que pode impedir o PS de permanecer no poder nos próximos anos, e isso é que é o resultado do vosso raciocínio relativamente às propostas do PSD. Nós não fazemos propostas para impedir de alguma forma, ou para condicionar de alguma forma, os resultados eleitorais nós fazemos propostas para melhorar a transparência, para melhorar a vida dos açorianos, para melhorar a credibilidade, neste caso do Instituto de Estatística dos Açores.

Só mais um pormenor relativamente àquilo que os Srs. dizem sobre a independência do Serviço de Estatística dos Açores, sabem os Srs. Deputados, essa independência é essencial para o PSD e ficou muito bem demonstrado a ausência de independência do Presidente do Serviço Regional de Estatística dos Açores, quando após uma visita do Presidente do PSD Açores à Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, veio o Sr. Presidente do Serviço Regional de Estatística pedir uma reunião ao Presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo para explicar aquilo que queria contrariar, em termos daquela que

foi a proposta apresentada pelo PSD a essa Câmara do Comércio portanto, em termos de independência e de ação política por parte do Presidente do Serviço de Estatística dos Açores estamos esclarecidos, quando o Diretor do Serviço Regional de Estatística – Augusto Elavai, pediu uma reunião ao Presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo – Rodrigo Rodrigues para falar precisamente e para contrariar precisamente aquilo que tinha sido uma reunião tida com o PSD Açores para apresentar este diploma. Portanto, de independência Srs. Deputados estamos conversados, quando temos um Presidente do Serviço Estatística dos Açores que se intromete na atividade política...

Deputado André Bradford (PS): Não se intromete! Vai lá explicar!

O Orador: ...e que se intromete a fazer política a respeito das propostas dos partidos da oposição.

Srs. Deputados, nós temos nos Açores uma autonomia e é a nossa autonomia que nos permite inovar, progredir e concretizar novas formas de relacionamento entre o Parlamento, a atividade política e a administração regional e neste caso, em termos de valorizar, reforçar aquele que é o papel das estatísticas dos Açores.

Os pareceres que recebemos da Universidades dos Açores, Faculdade de Economia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, AICOPA, da Federação Agrícola dos Açores e também da Câmara de Comércio e Indústria são reveladores que é preciso fazer mais qualquer coisa e o que nós propomos é que o Governo Regional nesta transparência também que queremos, de relacionamento entre o Parlamento e o Governo no que diz respeito também à concretização de objetivos comuns, que possa haver um trabalho de parceria e que seja o Governo Regional a apresentar uma proposta que concretize a transformação do Serviço Regional de Estatística dos Açores no Instituto Público Regional para que assim todos possamos confiar muito melhor, ...

Deputado André Bradford (PS): Nós confiamos!

O Orador: ... com muito mais credibilidade nas estatísticas produzidas e para que as estatísticas produzidas possam ter muito mais relacionamento de relação com aquilo que são os dados estatísticos dos Açores...

Deputado André Bradford (PS): Ainda não percebemos por que é que o senhor não confia!

O Orador: ... e aquilo que importa aos empresários, aos investidores e a toda a sociedade civil para conhecerem a realidade dos Açores e todos aqueles dados que são importantes à nossa vida coletiva.

Disse!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, o Sr. Deputado lateralizou e pôs a bola fora porque repare, quando eu lhe digo, e defendo e longe de ser o único, que a questão essencial que aqui está é inconstitucional, viola a separação de poderes, viola a reserva da função administrativa, viola o direito de auto organização do Governo, o que é que o Sr. Deputado Bruto da Costa me diz? Chutando a bola para os outros: “Bom, a Sra. Presidente admitiu, então não devia ter admitido”. Eu quero dizer que a Sra. Presidente não admitiu e eu acho que a sra. Presidente fez muito bem, porque há várias maneiras de entender a função de Presidente desta Casa e o Partido Socialista tem tido uma, é: ou se tem um presidente inquisidor, que prejudicaria gravemente a atividade e a liberdade de iniciativa

desta Casa, ou se tem um presidente coordenador, com exceção de inconstitucionalidades gritantes e que tenham a ver com os direitos fundamentais, o debate deve fluir e devemos ser nós a decidir ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... e a levantar e a discutir os problemas. Bem andou, a Sra. Presidente da Assembleia ao admitir este diploma apesar dos problemas que ele tem aliás, gostaria de saber o que é que Vs. Exas. diriam. Eu gostaria de ver a excitação do Sr. Deputado Paulo Estevão se porventura a Sra. Presidente tivesse indeferido liminarmente este diploma portanto, o que interessa Sr. Deputado é saber se este diploma tem inconstitucionalidades ou não.

O Sr. Deputado fala-nos em pareceres: AICOPA, da Universidade dos Açores, que eu saiba não tem nenhuma faculdade de direito. Pareceres jurídicos Sr. Deputado?

Tem algum para me contrapor?

Tem uma opinião jurídica diferente que me queira contrapor?

É porque pareceres tem a relevância que tem, naturalmente, ao nível social, ao nível dos interesses, não me parece que sejam ao nível da constitucionalidade deste diploma.

Eu quando falei em ausência de independência e em um certo sentimento soviético, eu estava-me a referir a uma coisa muito simples Sr. Deputado, aquilo que o PSD pretende e aflora neste diploma, ao nível dos poderes desta Assembleia ou de qualquer Assembleia, extravasa e muito aquilo que é um sistema parlamentar, tem a ver com uma grande assembleia, tem a ver com a violação da separação de poderes e tem a ver com, o exemplo histórico que eu consigo encontrar não é outro efetivamente e o original de que a convenção do Sr. Robespierre e do regime de terror. E não é bom sinal seguirmos isto, sabe porquê? É porque com a história do terror, muita gente perdeu a cabeça, literalmente! Mas o Sr. Robespierre, no dia 10 thermidor do ano II, também

perdeu a cabeça, e portanto, é melhor que não percamos todos a cabeça, é melhor que sejamos racionais, é melhor que não nos esqueçamos que aqui na função legislativa também tem que haver rigor, também há princípios, também há regras que nós temos que respeitar e é isso que estamos a fazer. Eu perguntei-lhe se tinha dúvidas, também já agora, da fiabilidade, dos resultados do trabalho do Serviço Regional de Estatística.

Bom, o Sr. Deputado fala-me num comportamento que não gostou, do atual Presidente do Serviço Regional de Estatística, porque parece que terá ido explicar a um parceiro social quais eram os resultados e as justificações dos serviços oficiais de estatística, e acho que não foram postos em causa e não têm sido postos em causa, felizmente, por ninguém e não há, e é bom que se diga, nenhuma razão, até provem o contrário, que deve ser fundamentada e apresentada com toda a clareza para pormos em causa a idoneidade técnica e profissional do Sr. Presidente do Serviço Regional do Serviço de Estatística, Srs. Inspectores e dos seus funcionários.

É porque isto não se pode ser só amiguinho dos funcionários quando parece que dá jeito, quando depois as pessoas se distraem e o discurso objetivamente revela o contrário!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que sobre a matéria da constitucionalidade e da observância do Estatuto Político-Administrativo deste diploma estamos mais que explicados e não há dúvidas.

Por isso mesmo é que o PSD não apresenta um diploma para criar um instituto nem define a nomeação. Faz um “truquezinho” que é aprovar uma resolução que recomenda ao Governo, para o Governo fazer aquilo que sabe que é inconstitucional e que não cumpre o estatuto. Portanto, é isso que estamos a tratar, é de uma recomendação para o Governo fazer aquilo que muito bem, Sr. Deputado Francisco Coelho disse e explicou, não pode ser feito.

Mas vamos à segunda matéria que aqui é trazida, que tem a ver com a fiabilidade e a credibilidade do Serviço Regional de Estatística.

Primeira questão básica e concreta: o Serviço Regional de Estatística dos Açores tem esse funcionamento e esta orgânica desde, como foi dito, 1980. O Serviço Regional de Estatística rege-se pelo sistema estatístico nacional, está integrado no EUROSTAT e é membro efetivo do Conselho Superior de Estatística e rege-se pelo código de conduta das estatísticas europeias, como qualquer outra entidade estatística de Europa.

Sobre a fiabilidade e a credibilidade dos seus resultados, nunca houve qualquer dúvida nem nenhum caso concreto onde fosse levantado dúvidas sobre a fiabilidade e a credibilidade dos dados do Serviço Regional de Estatística. Desculpem, houve uma vez uma situação que aconteceu: 9 de março de 2018, declarações do Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Tinha sido então revisto em alta o PIB de 2015, o PIB provisório de 2015 era 1,7% e tinha passado para 3% portanto, um aumento do PIB real para 3%, e no dia 9 de março de 2018, através de uma nota de imprensa do PSD, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros refere que: “ Esta alteração dos dados do PIB da Região levada a cabo pelo Serviço Regional de Estatística são relevadoras da pouca fiabilidade das estatísticas sobre a situação da economia regional”.

Deputado André Bradford (PS): E não fizeram acusação!

O Orador: “Ainda, que ainda sejam referidos nos boletins trimestrais, não é aceitável estas correções feitas pelo Serviço Regional de Estatística

consubstanciem valores, que em termos relativos são tão significativos. Esta situação vem reforçar a necessidade de alterar o funcionamento do Serviço Regional de Estatística por esta alteração”.

Foi isso que foi dito e fundamentado pelo Sr. Deputado António Vasco e a única vez que o PSD fez uma afirmação sobre a falta de fiabilidade ou de credibilidade de uma estatística foi esta correção desta revisão em alta, como é feito todos os anos, do PIB da Região.

Só que isto tem um problema, foi esta a fundamentação e um exemplo para fazer esta alteração legislativa, só que aqui reside um problema: é que o PIB regional não é calculado pelo Serviço Regional de Estatística! O PIB regional é calculado diretamente no âmbito das contas regionais pelo Instituto Nacional de Estatística, não há qualquer intervenção do Serviço Regional de Estatística no cálculo do produto interno bruto de cada uma das sete regiões NUTS II.

Portanto, cai o único argumento que havia sobre esta matéria...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é um erro. Dava logo para chumbar no exame da 4.^a classe!

O Orador: ...aliás, quer o produto interno bruto, quer as estatísticas de emprego, determinação de taxas de desemprego, de estatísticas de finanças públicas como seja o défice ou a dívida pública, são estatísticas apuradas diretamente pelo Instituto Nacional de Estatística sem qualquer intervenção, direta ou indireta, do Serviço Regional de Estatística.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Só que, evidentemente, o que aqui estava em causa é: quando as estatísticas eram más o Serviço Regional de Estatística era bom, quando as estatísticas são boas o Serviço Regional de Estatística é mau...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vamos resolver isso!

O Orador: Só que aqui enganaram-se no alvo, porque estas estatísticas são todas a responsabilidade exclusiva do Instituto Nacional de Estatística, sem intervenção do Serviço Regional de Estatística.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E uma pergunta final, se me permitem e uma reflexão. Sendo assim essa proposta do PSD que tão boa, tão relevante, porque é que não há nenhum serviço de estatística, nenhum instituto de estatística em toda Europa, que tenha um processo de nomeação parlamentar como o PSD aqui propõe? Será que toda a Europa, todas as regiões da Europa, todos os países da Europa não têm a visão, não tem a responsabilidade e não tem a credibilidade que o PSD Açores tem? Ou, como dizia aquela mãe que via um filho a marchar, que ele marchando ao contrário era o único que marchava bem e os outros estavam todos a marchar mal!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, consideramos que o proponente não centra as suas preocupações naquilo que é o essencial. E aquilo que para nós é o essencial é a falta de dados que impera na Região e que trava, e muito, o conhecimento adquirido e é com conhecimento adquirido sobre a nossa realidade social e económica.

Isso não quer dizer que os dados existentes não sejam fiáveis aliás, como o Sr. Vice-Presidente teve ocasião de nos transmitir, e também, tal e qual como um

dos pareceres da Universidade dos Açores, mais precisamente da Faculdade de Economia e Gestão, também expressa essa isenção, essa fiabilidade. Não significa isto, que tenhamos qualquer suspeita sobre a fiabilidade da informação estatística fornecida no caso em apreciação, pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores.

Portanto, o que consideramos é que falta informação ou dados, mas o que falta mesmo aqui é uma desagregação desses mesmos dados, e essa não é uma perspetiva só do Bloco de Esquerda, essa é uma perspetiva também da Universidade dos Açores. Aliás, recordo que o Sr. Professor Fernando Diogo aquando da apreciação sobre o estado social da Região e no estudo que também depois deu origem aquele que é o diagnóstico da pobreza e exclusão social na Região, também teceu essa consideração, de que existem poucos dados desagregados sobre a realidade económica e social da Região e que era necessário proceder a essa desagregação. Algo que, pelo que eu entendi, está a ocorrer neste momento e poderá ser melhorado no futuro.

E isso acontece porquê?

Porque tal como disse o Sr. Vice-Presidente os dados estatísticos que nos chegam não são, digamos que, decididos exclusivamente por vontade política. Não, não é isso. Neste momento existem diretrizes europeias muito precisas acerca dos dados estatísticos que devem ser fornecidos pelos serviços ou até mesmo pelos institutos nacionais de estatística, e que aos quais nós não podemos fugir, e por isso mesmo, é que nós consideramos que o problema aqui não passa por uma falta de isenção ou independência deste serviço regional de estatística dos Açores face a orientações político-partidárias, mas a falta de desagregação de dados que não permitem ter um maior conhecimento da realidade económica e social, que seria e é preponderante para podermos atuar através de políticas transformadoras da nossa realidade.

E portanto, nós consideramos que o proponente falha aqui no seu alvo, e falha no seu alvo também porque, além de não estar tão preocupado com esta falta de desagregação de dados, centra a sua atenção naquela que é uma pretensa falta de isenção do Serviço Regional de Estatística.

Ora, eu quero recordar e penso que já foi aqui mencionado, quer pelo Deputado Francisco Coelho, quer pelo Sr. Vice-Presidente, que o Serviço Regional de Estatística foi recriado em 1980, através do Decreto-Lei n.º 124/80, de 17 de maio, e esse mesmo Decreto no n.º 2 do seu artigo 3.º diz-nos o seguinte: “Os Serviços Regionais de Estatística exercerão as suas atribuições e competências de acordo com as diretrizes, resoluções e normas emanadas do Conselho Nacional de Estatística, tendo em consideração o disposto no n.º 1 do artigo 2.º”, e aqui vamos realmente ao que interessa, se formos analisar o n.º 1 do artigo 2.º vemos claramente que essa isenção é garantida, porquê? Porque os Serviços Regionais de Estatística receberão orientação técnica do Instituto Nacional de Estatística e dependerão administrativamente dos respetivos Governos Regionais.

Ora, nós consideramos que esta legislação, tal e qual como está, cruzando com aquelas que são diretrizes europeias que obrigam os Institutos Nacionais de Estatística a disponibilizarem informação devidamente desagregada, atende àquela que deveria ser a principal preocupação e aquilo que deve ser o futuro da estatística nos Açores. E portanto, a haver aqui uma recomendação ao Governo Regional deveria ser no sentido de este conformar a disponibilização dos dados àquelas que são as diretrizes comunitárias, que são transversais a todos os países da União Europeia.

Portanto, nós consideramos que esta iniciativa do PSD não vai àquele que devia ser o centro da preocupação, relativamente à disponibilização dos dados estatísticos da Região, que nos permitiriam atuar politicamente e por isso mesmo não podemos acompanhar a vossa pretensão e votaremos contra.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A existência de dados rigorosos e de estatísticas credíveis, isentas e independentes são aspetos fundamentais para o diagnóstico e análise das sociedades, das suas realidades, para a tomada de decisões políticas e para o desenvolvimento de qualquer economia.

Há pouco mais de um ano, no âmbito de uma conferência proferida em São Miguel sobre democracia e autonomia, o Dr. Jaime Gama ilustre socialista, antigo Presidente da Assembleia da República, apontou algumas medidas que poderiam permitir a criação de uma sociedade e de uma economia mais sólidas, apontando nesse sentido, exatamente, a necessidade e a urgência da criação de estatísticas independentes e de dados objetivos e rigorosos na Região.

É também esta a posição, em termos genéricos, assumida pela maioria das entidades a quem foi solicitado um parecer sobre esta matéria.

Porém, para que isto seja possível é necessário que se garanta a autonomização dos serviços responsáveis pela informação estatística, garantindo nomeadamente a sua independência do poder político, quer em termos funcionais, quer em termos orçamentais, e no fundo são estes os princípios que estão subjacentes a esta resolução que pretende transformar o Serviço Regional de Estatística em Instituto Público Regional.

Ora, no nosso entender o que se propõe enquadra-se com o disposto no regime jurídico dos institutos públicos e fundações regionais, nomeadamente com o disposto nos artigos 8.º, 9.º e 10.º que se referem respetivamente aos fins, formas de criação e requisitos e processos de criação de institutos públicos regionais.

O ponto 2 deste último artigo determina que a criação do instituto público regional será sempre precedida de um estudo sobre a sua necessidade e implicações financeiras e sobre os efeitos relativamente ao setor em que vai exercer a sua atividade e portanto, seria uma etapa que teria que ser cumprida antes do Governo Regional poder avançar com a proposta de DLR, caso este projeto de resolução fosse aprovado.

Porém, de acordo com o artigo 2.º do regime jurídico dos institutos públicos e fundações regionais, os institutos regionais integram a administração indireta da Região Autónoma dos Açores, o que significa que não estão hierarquicamente subordinados ao Governo Regional, mas sim apenas sujeitos à sua superintendência e tutela, ou seja, o Governo apenas teria poderes de orientação e de fiscalização e controlo e não de direção. Não sei se será isso também que incomoda o Partido Socialista, mas a realidade é que esta solução e a criação de um instituto público regional, poderia de facto garantir a autonomização dos serviços responsáveis pela informação estatística e também a sua independência em relação ao poder político, e assim criar as condições para a existência das tais estatísticas independentes e isentas. Agora, se o presidente do instituto é eleito pela Assembleia, se é por maioria de dois terços ou não, bom, isto não é relevante. O que é relevante para o CDS é que ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não foi bem isso que ele disse!

O Orador: ... disse que era preciso criarmos as estatísticas isentas. Pois é, é a mesma coisa.

O que é relevante para o CDS, como referi, é criar condições para existência de estatísticas independentes, rigorosas, credíveis e isso pode ser de facto potenciado com a criação do Instituto Público Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedia, na sequência da citação que o Sr. Vice-Presidente fez de uma nota de imprensa e declarações minhas, do ano passado penso eu, relativamente ao PIB de 2017 ...

Deputado Carlos Silva (PS): 2015!

O Orador: ... e a afirmação do Sr. Vice Presidente que o SREA não fazia qualquer cálculo sobre essa matéria, eu tenho aqui um boletim trimestral de estatística do SREA em que na página dois diz o seguinte: “2017 – estimativa preliminar do SREA com base na média de valores trimestrais”, e portanto, se pudesse fazer o favor de chegar...

Deputado André Bradford (PS): Isso não prova nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Será então depois distribuído por todos.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho se o Sr. tinha necessidade de um parecer jurídico ou se achava que deveria haver um parecer jurídico no âmbito da apreciação deste diploma, pois bem, a Comissão serve precisamente por isso, nós propusemos a audição de diversas entidades, foram aprovadas uma série de entidades. O Partido Socialista achava que se devia confortar na sua posição com o parecer jurídico de alguma faculdade de direito, ou quem sabe, de algum ilustre jurista, bem pago, para poder produzir pareceres jurídicos, ...

Deputado André Bradford (PS): Ei! Outra vez?

O Orador: ... podíamos se calhar despende mais 19.000€ para pedir um parecer jurídico a algum jurista. Mas penso que não é isso que nos motiva para podermos avançar para esta discussão.

O Sr. Vice-Presidente acha que o Sr. Deputado Francisco Coelho é o Tribunal Constitucional! Ficamos também esclarecidos quanto a essa matéria.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não fique ciumento!

O Orador: Eu queria apenas dizer, que valorizar a opinião dos parceiros sociais a quem pedimos parecer relativamente aos diplomas que aqui discutimos é importante, até para credibilizar a necessidade de ouvirmos, não apenas em pró-forma, os pareceres sociais. E eu vou ler o que diz a Federação Agrícola dos Açores: “A área estatística é condição básica para que as medidas a integrar os diferentes documentos de planeamento regionais, onde são definidas as grandes estratégias e linhas de orientação sejam as mais adequadas, sendo desta forma fundamentais para o estabelecimento das principais prioridades da ação política a ser desenvolvida. Assim, a informação divulgada deve ser exata, objetiva e verdadeira, retratando a realidade existente, devendo ser igualmente difundida o mais rapidamente possível, para que todos os agentes da sociedade possam refletir atempadamente perante os dados apresentados numa forma ponderada e rigorosa”. E diz ainda a Federação Agrícola dos Açores: “atendendo a esta realidade, quaisquer melhorias que possam ser introduzidas e que contribuam para o aumento da qualidade prestada pelo Serviço Regional de Estatística são bem vindas, pelo que, a sua eventual passagem a instituto público pode ser uma boa medida, desde que contribua para a agilização, melhor funcionalidade e rapidez dos serviços prestados, nunca pondo em causa, não só o serviço de qualidade já existente, como também a própria autonomia da SREA...

Deputado André Bradford (PS): Ah! O serviço já existente!...

O Orador: ... face ao Serviço Nacional de Estatística”, e diz a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores : “A Câmara de Comércio e Indústria

manifesta como princípio, a sua total concordância com a existência de um sistema de estatística regional que seja independente dos poderes públicos,...

Deputado André Bradford (PS): Exatamente!

O Orador: ... independentemente da forma do seu estatuto jurídico. Um aspeto relevante para que haja salvaguarda da independência deste organismo passa pela existência de um orçamento adequado que não seja permanentemente exposto a decisões políticas, de forma a assegurar isenção, transparência e fiabilidade do sistema estatístico regional.” E cito ainda, novamente para reforçar...

Deputado José Contente (PS): O Professor Mário Fortuna!

O Orador: Não, não é o Professor que o Sr. referiu, é outro Professor.

A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, que também o Sr. Deputado Paulo Mendes fez referência, e diz assim: “ A existência de estatísticas fiáveis sobre a realidade açoriana tem sido desde há muito preocupação dos docentes e investigadores da área das Ciências Sociais. Também se tem verificado uma clara desadequação à realidade açoriana de alguns indicadores socioeconómicos produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística, o que prefigura a necessidade de desenvolvimento de um organismo público capaz de produzir informação estatística pertinente no quadro insular e arquipelágico.”

E portanto, Srs. Deputados tal como também fez referência o Sr. Deputado Paulo Mendes, já no plano de estratégia regional contra a pobreza é dito, logo no seu início, que não existem estatísticas na Região sobre a pobreza e que era importante também trabalharmos nisso.

Eu não sei, Sr. Deputado Paulo Mendes, porque é que elas não existem, eu sei que quem tem a tutela política sobre o Serviço Regional de Estatística dos Açores é este Governo Regional, e porque é que não produz determinados dados estatísticos na Região talvez o Governo Regional o saiba explicar.

O que nós pretendemos com esta proposta é, de facto, que exista um serviço de estatística nos Açores independente, que dê credibilidade aos agente económicos e à sociedade civil para que possamos todos, tal como fez referência o Sr. Vice-Presidente, não estarmos a discutir se as estatísticas são fiáveis quando favorecem a pretensão política de uns, ou se as estatísticas não são fiáveis quando não favorecem essa pretensão política.

Deputado André Bradford (PS): Nós achamos que elas são sempre fiáveis!

O Orador: Esse problema fica resolvido, pensamos nós, com a existência de uns Instituto Regional de Estatística independente da tutela político-partidária do Sr. Vice-Presidente do Governo.

É isso que propormos, é isso que achamos que achamos que é essencial, é isso que achamos que é uma matéria que promove o desenvolvimento dos Açores porque a informação é absolutamente necessária para que todos os agente económicos e a sociedade civil possam trabalhar nesta Região com credibilidade sobre os dados existentes podendo prever, naturalmente, aquilo que é o resultado dos investimentos que pretendem fazer ou das aceções políticas que pretendem aclarar quando fazem afirmações, relativamente à realidade regional, ao seu desenvolvimento e ao progresso que cada um quer para a nossa Região.

Muito obrigado.

Deputado José Contente (PS): O PSD está tão transparente que vai desaparecer!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou absolutamente convencido que o Dr. Jaime Gama tem razão.

Deputado Francisco César (PS): É claro!

O Orador: Dr. Jaime Gama é um observador atento da evolução política da nossa região e da evolução social, e nessa conferência, que foi aqui já referenciada e justamente referenciada, ele o que disse claramente é que, quando pretendia estudar a evolução económica e social dos Açores, ele e muitos outros académicos que ele conhece (que eu também conheço e que todos conhecemos), tem muita, muita dificuldade em encontrar os elementos estatísticos para elaborar esse trabalho.

Além de não encontrarem esses elementos estatísticos também têm uma segunda dificuldade, é que esses elementos quando são disponibilizados, já a realidade é outra e portanto, já estão desatualizados muitas das vezes, ou seja, não são produzidos em tempo útil.

E portanto, essas duas dificuldades que foram referenciadas pelo Dr. Jaime Gama, que a este respeito, como socialista histórico e na minha perspetiva uma das melhores cabeças políticas de sempre do Partido Socialista, é um testemunho que merece toda a credibilidade. É evidente também que nós vivemos numa região que do ponto de vista político tem uma característica muito particular, é que aqui não há alternância política. Aliás, o Dr. Jaime Gama também a esse respeito fez uma referência, considera que essa falta de alternância política não é normal, no âmbito do funcionamento dos sistemas políticos democráticos, não é normal! Acontece aqui, acontece na Madeira, acontecia na Andaluzia, mas na Andaluzia os 36 anos de governação socialista já terminaram, e estão a ser encontradas coisas muito interessantes ...

Deputado Francisco César (PS): Quantos anos?

O Orador: ...na Andaluzia sobre a governação socialista.

E portanto, nesta Região o que nós temos é falta de alternância política e portanto, há um governo que domina tudo e todos e a informação dos organismos que o Governo Regional tutela, não é uma informação absolutamente confiável.

Deputado Manuel Pereira (PS): É o Rei do Corvo!

Orador: Portanto temos estas características. Nesse sentido, eu aquilo que digo no âmbito desta discussão é que, de facto a informação estatística que está a ser produzida na Região não me satisfaz a mim, não satisfaz o mundo académico e não satisfaz todos aqueles que olham com independência para esta questão. Só satisfaz quem está ao serviço do partido governamental.

Por isso, na minha perspetiva é preciso fazer algo que garanta que esta informação é produzida com mais qualidade e com mais independência, e que possa produzir sob um conjunto muito mais complexo de questões de âmbito social e económico.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para acrescentar mais algumas informações e para citar também, Sr. Deputado João Bruto da Costa, o parecer da Faculdade de Economia e Gestão assinado pelo Professor Francisco José Ferreira Silva e vou citar o último parágrafo: “ A informação fornecida pelo Serviço Regional de Estatística tem verificado uma melhoria significativa ao longo dos últimos anos, quer relativamente ao número de indicadores, quer relativamente à dimensão das séries disponibilizadas, quer relativamente à facilidade de obtenção dos dados através da página da internet. Esperamos que esta trajetória se mantenha, independentemente do facto do serviço passar ou não a instituto público.” E portanto, é aqui reconhecida a qualidade da informação que é prestada. E por acaso é curioso que o Sr. foi muito seletivo naquilo que citou, mas isso também lá estava e é relevante Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Devia ter lido o parágrafo antes, mas a seguir eu leio!

O Orador: Pois...eu percebi, eu percebi a sua intenção!

Também gostaria de acrescentar que por curiosidade fui consultar o que é que acontecia na Região Autónoma da Madeira e o curioso é que existe uma Direção Regional de Estatística sobre a dependência da Secretaria Regional e da Administração Direta, curioso!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a matéria em relação à independência, credibilidade e enquadramento técnico do Serviço Regional de Estatística, eu penso que não há qualquer dúvida.

Segundo aspeto essencial, o Serviço Regional de Estatística constitui um núcleo de Instituto Nacional de Estatística, que por sua vez constitui uma componente do sistema estatístico europeu e as regras de nomeação, de funcionamento, de apuramento de estatística são as que estão definidas à escala europeia. Por isso mesmo, e aquilo que eu disse há pouco, até com uma parte final a brincar, agora reforço a sério: todas as entidades estatísticas europeias funcionam exatamente da mesma forma, com a mesma nomeação, e com os mesmos procedimentos. Não houve qualquer dúvida sobre esta matéria em toda a Europa e portanto, o que aqui se pretende fazer é retirar o Serviço Regional de Estatística do edifício de criação de estatísticas europeias certificadas e consolidadas nesse âmbito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é falso! Leia a Resolução e veja que isso é falso!

O Orador: É sobre essa matéria clara que estamos aqui a falar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não é!

O Orador: Não há dúvidas sobre esse aspeto, não há qualquer dúvida sobre aquilo que é o valor efetivo do desenvolvimento das estatísticas nos Açores.

Mais, quando uma parte substancial da componente estatística dos apuramentos estatísticos até nem são feitos, em termos oficiais, pelo Serviço Regional de Estatística, mas sim pelo Instituto Nacional de Estatística.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que dá os dados?

O Orador: As estatísticas sociais, como seja no âmbito da pobreza, como seja o apuramento da taxa de desemprego, o apuramento do emprego, o apuramento da população ativa, o apuramento do PIB no âmbito das contas regionais, o apuramento das finanças públicas, quer seja dívida e défice, todas elas são apuradas diretamente pelo Instituto Nacional de Estatística sem qualquer interferência do Serviço Regional de Estatística.

É essa a matéria que foi referida e é referida. Portanto, sobre isso não há qualquer dúvida nesta matéria.

Só uma nota final para o documento distribuído pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Oh Sr. Deputado, não vamos confundir as questões. Aquilo que o Sr. Deputado referiu que era exemplo de falta de credibilidade, que eu citei, e que acusou como exemplo de falta de credibilidade e de rigor, foi o apuramento definitivo do PIB em relação a 2015 que passou de 1.7% para 3% revisto em alta pelo Serviço Nacional de Estatística e que o Sr. disse que era um exemplo da falta de credibilidade do Serviço Regional de Estatística, quando esse valor é apurado, e a crítica está aqui, em relação ao Serviço Nacional de Estatística. Uma coisa muito diferente e quem apura o PIB, em termos oficiais nas contas regionais é o Instituto Nacional de Estatística. Aspeto muito diferente que o Sr. veio aqui trazer é o apuramento rápido, no âmbito do PIB, feito no início do ano seguinte que não são os dados que estávamos aqui a falar e que não tem a ver com o apuramento oficial do produto interno bruto que é feito no âmbito das regiões

NUTS II, pelo Instituto Nacional de Estatística e é o único indicador de PIB, que se rege todas as entidades estatísticas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Isto até está a ser um bocado humilhante!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Bem, eu não estou totalmente nem parcialmente convencido pelos argumentos do Sr. Deputado João Bruto da Costa até porque, e passo a explicar, se colocarmos de um lado um Instituto Regional de Estatística, tal e qual como é pretendido pelo grupo parlamentar do PSD, e o atual Serviço Regional de Estatística, nós vemos que quer uma entidade, quer a outra teriam de cumprir aquelas que são diretrizes emanadas pelo EUROSTAT nomeadamente e portanto, teriam que disponibilizar o mesmo tipo de estatísticas e com a mesma especificidade.

Aqui a grande diferença, e mais uma vez alerto o grupo parlamentar do PSD para isso, é que atualmente o Serviço Regional de Estatística pode estar é desprovido de meios, de meios para fazer face àquelas que são diretrizes emanadas pela União Europeia relativamente à disponibilização de dados que neste momento não são devidamente aferidos na Região, deviam ser divulgados. É isso que falta, e é isso que no nosso entender o grupo parlamentar do PSD poderia, se calhar com maior pertinência, ter apresentado como projeto de resolução, ou seja, prover o Serviço Regional de Estatística de meios que faltam. E isso sim, é responsabilidade política do Governo Regional que tutela administrativamente o atual Serviço Regional de Estatística.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, o Sr. afirmou aqui que o SREA não fazia estimativas de PIB, foi o que disse, independentemente do âmbito. E o documento que apresentou tem um quadro em que a referência estimativa preliminar efetuada pelo Serviço Regional de Estatística e foi com base nisso que fiz na altura as declarações que fiz.

Muito Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas mais dois pormenores, o Sr. Deputado Carlos Silva teve a bondade de ler parte do parecer da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores com a credibilidade que muito bem referiu, relativamente ao Presidente da Faculdade de Economia da Universidade dos Açores, mas podia ter lido o parágrafo antes, que diz assim:...

Deputado Francisco César (PS): E se lessem tudo?

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor disse que já tinha lido!

O Orador: ... “Para a missão da Faculdade de Economia e Gestão é importante que a informação estatística regional lhe seja fornecida de modo preciso e completo, por forma a apresentarmos uma análise mais rigorosa nos vários estudos, projetos que estamos a desenvolver. A qualidade de um estudo depende muito da quantidade e qualidade dos dados estatísticos que lhes servem de base, a transformação do Serviço Regional de Estatística dos Açores em Instituto Público Regional, não sendo imperativo, pode ser garante de uma

independência desejada dos serviços de Estatística, relativamente ao poder político.” E continuo a citar: ...

Deputado Carlos Silva (PS): Leia o último parágrafo!

O Orador: ... “somos assim de parecer favorável relativamente ao projeto de resolução em apreciação”.

Deputado Francisco César (PS): Leia o último!

O Orador: Oh Sr. Deputado, o último parágrafo o Sr. já leu!

Não está em causa aquilo que os Srs. querem desviar as atenções, primeiro pegaram-se com a inconstitucionalidade, agora o Sr. Vice-Presidente diz uma coisa que é falsa, que é nós querermos retirar as estatísticas regionais e o Serviço de Estatística dos Açores do edifício estatístico em termos europeus e nacionais. Isso é falso, tal como diz o ponto 3 da nossa resolução e cito: “o IREA irá integrar a estrutura do Sistema Estatístico Regional o Instituto Regional de Estatística dos Açores”...

Deputado Francisco César (PS): O IREA?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... o Instituto Regional de Estatística dos Açores irá integrar a estrutura do Sistema Estatístico Regional nos termos da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, e isso desmente totalmente aquela que era agora a nova razão, para conforme vai decorrendo o debate, arranjamem ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não, não! Há várias!

O Orador: ... aqui qualquer “probleminha” para não concretizarem isto que é uma necessidade, Sr. Deputado Paulo Mendes, de termos por parte da sociedade civil, por parte dos parceiros sociais, por parte dos investidores, por parte deste Parlamento, por parte de todos quanto querem trabalhar com dados estatísticos dos Açores, poderem ter um Instituto Público Regional, que podem efetivamente, trabalhar melhor aquilo que são as estatísticas regionais, independentemente de estarem sujeitos à tutela político-partidária do Vice-

Presidente do Governo, que é isso que nós queremos retirar para dar credibilidade àquilo que é o serviço produzido pelo Serviço de Estatística dos Açores, para que assim quer a Faculdade de Economia e Gestão, quer os parceiros sociais, quer a Universidade dos Açores em termos de Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, possam ter dados para trabalhar efetivamente aquela que é a nossa realidade e não andarmos a discutir aqui, se as estatísticas são boas para uns ou más para outros. São aquelas que são produzidas por um serviço independente, independente da tutela do Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção que há pouco referenciei, uma intervenção brilhante do Dr. Jaime Gama, que é uma personalidade por quem eu tenho uma enorme admiração intelectual, eu e muitos portugueses, eu e muitos açorianos, eu devo dizer que mesmo tendo em conta a enorme dificuldade que ele deteta de se poder aceder a uma informação estatística condigna, ele na sequência da análise que faz da economia e da intervenção do poder governamental na economia e na falta de independência da sociedade, deixa esta reflexão que eu não resisto a deixar aqui e ao ler, porque acho que deve fazer parte dos diários desta casa, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Costuma fazer! Fica tudo gravado!

O Orador: ... e diz o seguinte: “se uma economia que funciona numa sociedade assim, é uma economia livre, apta a gerar uma sociedade mais livre e mais responsável? Ou se, pelo contrário, é uma economia que gere uma sociedade mais conformada, mais propensa a viver com essa rotina do que enfrentar os desafios do futuro.” Será que esse tipo de sociedade é um tipo de sociedade onde possa emergir facilmente uma crítica? Uma proposta

alternativa? Uma ideia diferenciada? Será que essa sociedade pode gerar este tipo de alternativas?

A minha resposta é: Não! Não pode, e este debate é bem a prova de que numa sociedade deste tipo é muito difícil que possam prosperar todos aqueles que têm uma perspetiva crítica em relação ao exercício do poder ou em relação aos mecanismos que o poder regional tem implantado há muito tempo.

Esta é uma reflexão que eu considero muito pertinente e que ganha muito atualidade, tendo em conta a evolução deste debate.

Finalmente, quero fazer uma pequena referencia em relação à questão da constitucionalidade. Eu aqui acho que tenho algum pedigree, ...

Deputado André Bradford (PS): É por ser constitucionalista!

O Orador: ... não por ser constitucionalista, como já o Sr. Deputado André Bradford já está a correr na direção errada como sempre. Não por isso, mas por ter o privilégio aqui de a Sra. Presidente já por quatro ou cinco vezes, ter considerado que os diplomas que aqui apresento são inconstitucionais e portanto, essa flexibilidade que existe no nosso sistema político e parlamentar é uma flexibilidade que cai por terra ...

Deputado Francisco Coelho (PS): É preciso não exagerar, Sr. Deputado!

O Orador: ... observando a forma como sistematicamente alguns dos diplomas que eu aqui apresentei foram imediatamente travados pela presidência desta Casa.

Por isso, essa flexibilidade existe para uns e obviamente não existe para outros! Por isso eu penso que esta experiência, a prática das coisas, a verdade das coisas, a verdade dos factos, prova bem, em relação à constitucionalidade, aquilo que foi afirmado não é verdade.

Presidente: Sr. Deputado André Bradford tem agora a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, chegados a esta fase, mais ou menos intermédia, de apreciação dos diplomas que constituem o chamado “pacote da transparência” apresentado pelo Partido Social Democrata, o que começa a parecer é que não se trata de um pacote da transparência, mas talvez mais de um pacote da suspeição, ...

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque o ponto de partida de quase todas as iniciativas é a ausência de transparência. Depois, quando se precisa de fundamento, quando se buscam justificações para que se possa alegar essa dita falta de transparência, nunca existem exemplos concretos.

Há pouco, no diploma que tinha a ver com a eventual criação de uma unidade específica de tratamento de matérias orçamentais aqui na Assembleia a suspeição era sobre – percebi, pareceu-me a mim – a suspeição recai sobre a capacidade técnica ou isenção política dos funcionários desta Casa, porque de outra maneira não se justifica...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... criar uma unidade à parte para fazer aquilo que os Srs. consideram que não pode ser feito com isenção, com qualidade, com capacidade por aqueles funcionários que já existem nesta Casa.

E agora a suspeição é basicamente sobre as regras estatísticas europeias, porque não há nenhum caso concreto, não há nenhum exemplo, os senhores não trazem aqui nenhum caso que faça duvidar da qualidade da informação estatística produzida na Região Autónoma dos Açores ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É não produzir!

O Orador: Os Srs. pura e simplesmente não gostam que seja um Serviço Regional e que esteja na dependência da tutela política do Governo Regional.

Não gostam, incomoda-vos!

Deputado Manuel Pereira (PS): Eles não gostam!

O Orador: E portanto, suspeitam que isso não é bom! E como suspeitam que isso não é bom, querem que seja de outra maneira.

Oh meus Srs. não é assim que se pode alterar para melhor, a governação dos Açores , não é porque os Srs. não gostam...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... é porque há problemas de facto, é porque há casos concretos. Estamos a falar de um serviço que produz 122 operações estatísticas anuais, dessas 122 operações estatísticas anuais qual é aquela que os Srs. acham que merece suspeitas?

Deputado Manuel Pereira (PS): Todas!

O Orador: Que não revela isenção? Que traz problemas ? Que não é verdade? Que foi mal feita?

Deputado Manuel Pereira (PS): Tudo!

O Orador: Digam lá! E aí agente começa a discutir, quando nos disserem porque é que em 122 operações estatísticas existe um problema de falta de isenção, que vos motiva suspeições polícias, agente começa a ter motivo e a conseguir conversar.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Assim, estamos pura e simplesmente a discutir um incómodo do Partido Social Democrata porque existe um Serviço de Estatística, que por acaso, está na dependência de um departamento do Governo

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que por acaso!

Deputado Manuel Pereira (PS): Desde 1980!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quem é que o criou, Sra. Deputada Sabrina?

O Orador: Ainda por cima, um Serviço de Estatística que funciona, não de acordo com as regras que o Sr. Vice-Presidente criou, não de acordo com as regras que o presidente, o responsável do serviço criou, mas de acordo com as regras que toda a gente na Europa inteira, usa para apurar as estatísticas!

E portanto, oh Sra. Presidente, este debate começa a parecer uma certa inutilidade e portanto, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nunca é inútil!

O Orador: julgo que a meio da apreciação das iniciativas, começa-nos a parecer que não havendo nenhum tipo de fundamento concreto, sendo que a única crítica que o PSD Açores fez ao Serviço Regional de Estatística, sabemos pelo Sr. Vice-Presidente, que estava errada, que nem era dirigida ao Serviço Regional de Estatística, mas sim ao INE, quer dizer...qual é o fundamento, porque é então que esse Serviço Regional de Estatística vos merece dúvidas, suspeições e acusações de falta de qualidade e de falta de isenção?

Deputado Manuel Pereira (PS): Coragem para fazer isso!

O Orador: Julgo que seria essa a resposta, devia ser esse o ponto de partida deste debate, tal como há pouco no debate da UTAO, da eventual UTAO, a conversa devia ser, do nosso ponto de vista, devia ter começado por uma crítica da vossa parte aos funcionários e aos técnicos superiores desta Casa e à sua eventual falta de qualidade, falta de capacidade e falta de isenção!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nós, Bloco de Esquerda, não temos nada contra a possibilidade no abstrato de serem criados Institutos Públicos Regionais. Não é isso que nos impede de votar favoravelmente a proposta do grupo parlamentar do PSD.

Agora, e já tivemos ocasião por várias vezes ao longo deste debate, alertar o PSD para aquela que, no nosso entender, é a grande falha do Serviço Regional de Estatística, ou seja, a falta de meios e essa é a única falha política que nós consideramos que deve ser apontada ao Governo Regional. E é por isso também que o Governo Regional, através do Serviço Regional de Estatística não consegue atender aquela que são as diretrizes europeias emanadas, no que diz respeito à necessidade e obrigação da desagregação de dados, o que nem sempre tem acontecido.

Agora, também percebi que a principal preocupação do PSD com este projeto resolução é garantir uma pretensa isenção a quem produz estatística nos Açores, convertendo esse Serviço Regional de Estatística num Instituto Público Regional.

Ora, eu devo recordar, e essa isenção é garantida de acordo com o n.º 4 da resolução, por uma eleição do presidente deste instituto, deste futuro eventual instituto, por maioria de dois terços dos deputados presentes na Assembleia.

Ora, eu não vou tão longe no tempo, como o Sr. Deputado Francisco Coelho que foi até ao século XVIII, eu esta tarde tive ocasião, no máximo, de voltar 10 anos atrás, não tenho capacidade para ir até ao século XVIII, mas também não preciso. Apesar, de perceber e concordar com aquela que foi a interpretação histórica e jurídica, aludida pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, nós não necessitamos ir tão longe no tempo. Basta recordar aquilo que está estabelecido no Decreto Legislativo Regional n.º 13/2007/A, que aliás foi referido hoje também durante este debate pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, e que, penso eu, foi aprovado à época por unanimidade nesta Casa. E isso quer dizer que o grupo parlamentar do PSD também aprovou este Decreto Legislativo Regional. Ora, e esse Decreto Legislativo Regional estabelece que os conselhos diretivos e respetivos presidentes dos Institutos Públicos Regionais são nomeados por despacho do Presidente do Governo Regional e de um membro do Governo

Regional da tutela, o que quer dizer que, aquilo que o PSD recomenda ao Governo Regional, na realidade é o mesmo que recomendar ao Governo Regional o incumprimento deste Decreto Legislativo Regional que foi aprovado pelo próprio grupo parlamentar do PSD em 2007, julgo eu.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado José Contente (PS): É verdade!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Grande lição!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado Paulo Mendes.

Tem agora a palavra Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado André Bradford tem o hábito de colocar na boca dos outros aquilo que eles não disseram. E isso é um hábito que eu espero que o Sr. perca rapidamente, atendendo aquela que é a missão, que pelos vistos terá, em termos de representação dos Açores, porque não passará tao facilmente, certamente, o Sr. andar a colocar na boca dos outros aquilo que eles não disseram. Nunca dissemos aqui que os funcionários da Assembleia que eram pouco credíveis...

Deputado Manuel Pereira (PS): Falta de coragem!

Deputado André Bradford (PS): Pensaram, mas não disseram!

O Orador: ...pois, tal como o Sr. confessa nós não dissemos, e portanto, é uma interpretação sua. Certamente, essa sua interpretação valerá o mesmo para a Assembleia da República, porque vem de uma UTAO na Assembleia da Republica, provavelmente todos os deputados que aprovaram a existência dessa UTAO, não confiam nos serviços da Assembleia da República, nem nos funcionários públicos que lá trabalham, para produzir informação que é necessária para a existência dessa UTAO, e portanto, Sr. Deputado devolvo-lhe a interpretação, é sua, exclusivamente sua, não foi dito pelo PSD.

E relativamente a esta matéria das estatísticas regionais também não é o PSD que o diz Sr. Deputado, são os parceiros sociais que entregaram pareceres a este diploma, que dizem que era favorável, que era mais credível, que favorecia a interpretação da realidade açoriana haver um Instituto Público Regional que produzisse, ou que trabalhasse as estatísticas relativas à Região Autónoma dos Açores.

Sr. Deputado Paulo Mendes, aquilo que o Sr. diz, naturalmente que importa para o facto da proposta que nós recomendamos ao Governo que faça, mas essa proposta que recomendamos ao Governo na matéria que o Sr. afirma, como o Sr. muito bem sabe, pode muito bem criar a norma que exceciona relativamente ao presidente do Instituto de Estatística. E portanto, não há nenhum impedimento legal a que o Governo possa cumprir esta resolução, apresenta um diploma que possa depois conformar com aquele que é o diploma, que o Sr. muito bem citou, sobre os Institutos Públicos Regionais. Não é impeditivo, não é este diploma que o impede, é apenas e só uma recomendação ao Governo para que o Governo aprove e apresente nesta Assembleia a criação do Instituto Regional de Estatística dos Açores, que venha dar, como eu já disse, credibilidade, fiabilidade e melhor trabalho estatístico para que os parceiros sociais, os investidores e todos nós possamos melhor trabalhar as estatísticas regionais, através de um instituto que não fique dependente de uma tutela governativa, que todos nós sabemos que política e partidariamente tem a sua conotação e que isso tolda, de alguma forma aquela que é uma informação estatística, que apesar de tudo deve ser fiável. É menos credível por esse facto.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): E as inconstitucionalidades?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, a questão final que coloco é: Se uma tutela, nos termos políticos, como foi referido dá menos credibilidade às estatísticas, a questão é: Sendo essa a forma de tutela de todos os institutos estatísticos europeus, quer o Sr. Deputado dizer que, todos os institutos estatísticos europeus estão feridos de credibilidade?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Era retórico de certeza!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sras. e Srs. Deputados vamos então passar à votação...

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

Deputado André Bradford (*PS*): Não estava inscrito!

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quem dirige os trabalhos é a Sra. Presidente.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Muito bem! Não se esqueça!

O Orador: Eu considero que é importante fazer aqui uma síntese deste debate, da nossa parte, uma vez que ainda dispomos de tempo e é importante dizer o seguinte: O Dr. Jaime Gama, fundador do Partido Socialista...

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Isso já é fixação!

O Orador: ... afirmou, de forma reiterada, que não consegue analisar a situação social e económica porque faltam dados estatísticos nos Açores e os que existem estão muitas vezes desatualizados.

Eu li notícias, como por exemplo, também a Associação Agrícola chegou a dizer que “a falta de estatísticas impede o planeamento da produção agrícola

nos Açores”. No mundo académico exatamente a mesma coisa, os investigadores estão muitas vezes confrontados com falta de elementos estatísticos, o próprio Governo Regional nos documentos que produz, nomeadamente por exemplo, em relação ao documento que produziu para o combate à pobreza, refere a falta desses elementos estatísticos. Existem um grande conjunto de empresas e agente económicos que referem constantemente que falta essa informação perística, e que essa falta de informação estatística que prejudica também, gravemente o investimento nos Açores.

Deputado Manuel Pereira (PS): Se o Jaime Gama diz!

O Orador: Existem portanto, um conjunto de condicionalismo, um conjunto muito grande de agentes sociais e económicos e políticos também, que constata essa falta de elementos estatísticos.

É preciso fazer qualquer coisa e o que este debate demonstra é que o Partido Socialista e o Governo Regional consideram que a situação atual é ótima, estão contentes com a informação que existe ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Mas quem é que disse isso?

O Orador: ...e a forma como os serviços estatísticos funcionam. Claro, estão contentes porque essa situação vos tem permitido governar ao longo das últimas duas décadas.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Agora sim, julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do Partido Socialista, 2 do BE, 18 votos a favor do PSD, 1 do PPM, 3 abstenções do CDS e 1 do PCP.

Presidente: Concluimos assim este ponto. Vamos então entrar no ponto 9 da nossa agenda, Projeto de Resolução n.º...

Sr. Deputado André Bradford...

Deputado André Bradford (PS): Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental.

Considerando também o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos e regressamos amanhã às 10h00.

Eram 19 horas e 20 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal de Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Marta Cristina Moniz do Couto

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Transcrição efetuada pelos serviços da Redação